



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

I) Gabinete do Prefeito

Despacho do Sr. Prefeito

Requerimento :

Protocolo: nº 34.939

Assunto: Locação e Alvará do Lago Municipal

Requerente: Carlos Cristiano Candido

Deferido em: 27/09/2017

Prefeitura Municipal de Albertina, 27 de setembro de 2017.

João Paulo Facanali de Oliveira
Prefeito Municipal

Despacho do Sr. Prefeito

Requerimento :

Protocolo: nº 34.945

Assunto: Dispensa de 01 dia de trabalho, por ter trabalhado na eleição de 2016.

Requerente: Carina Roteli

Deferido em: 27/09/2017

Prefeitura Municipal de Albertina, 27 de setembro de 2017.

João Paulo Facanali de Oliveira
Prefeito Municipal

II) Secretaria de Administração

Não há publicação.

III) Secretaria de Educação

Não há publicação.

IV) Secretaria de Saúde

Não há publicação.

V) Controladoria Geral do Município

Não há publicação.

VI) Diretoria de Assistência Social

Não há publicação.

“Abre crédito adicional suplementar no orçamento municipal do corrente exercício, e dá outras providências”

VII) Licitações e Contratos

DISPENSÁVEL DE LICITAÇÃO

COMPRAS E OU SERVIÇOS DE: 29 de setembro de 2017

OBJETO: Serviço de funilaria e pintura no caminhão FORD/CARGO 1517, de cor vermelha, placas GMM-2908 pertencente a diretoria de transportes e viação rural desta prefeitura.

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 00024/2017.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Albertina/MG, constituída pela Portaria nº 4.705/2017, nos termos do disposto no art. 24, II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, **resolve:**

DISPENSAR a Licitação, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a favor da empresa ARIALDO ANTONIO BAPTISTELLA

VEICULOS - EPP, CNPJ 03.281.547/0001-09, situada na ETELVINO MODESTO DE ALMEIDA, 42 - RECREIO VISTA ALEGRE - SANTO ANTONIO DE POSSE/SP com o valor total de R\$ 7.800,00 (Sete Mil Oitocentos Reais), tendo presente o constante dos autos. Ressalte-se que o preço praticado pela(o) CONTRATADA(O) está dentro do mercado e atende ao interesse público.

Face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, submetemos o ato à apreciação da autoridade superior para ratificação e devida publicidade, nos termos do artigo 30 da Lei Orgânica Municipal.

Prefeitura Municipal de Albertina/MG, aos 29 de setembro de 2017.

| | | |
|-----------------------------|-------------------------------|---------------------------|
| Joelma Aparecida dos Santos | Regiane Mianti de Lima | Henrique Eduardo Mariotti |
| Presidente da CPL | Vice-Presidente da CPL | Membro da CPL |

RATIFICAÇÃO

RATIFICO o Ato de Dispensa de Licitação nº. 00024/2017, exarado pela Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal, o qual dispensou, com fundamento no art. 24, II da Lei nº 8.666/93, a favor da empresa ARIALDO ANTONIO BAPTISTELLA VEICULOS - EPP, CNPJ 03.281.547/0001-09, situada na ETELVINO MODESTO DE ALMEIDA, 42 - RECREIO VISTA ALEGRE - Santo Antonio de Posse/SP com o valor total de R\$ 7.800,00 (Sete Mil Oitocentos Reais), no valor de R\$ 7.800,00 (Sete Mil Oitocentos Reais), nos termos do art. 26 da Lei Federal de Licitações, vez que o processo encontra-se devidamente instruído.

Prefeitura Municipal de Albertina/MG, aos 29 de setembro de 2017.

JOÃO PAULO FACANALI DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

VIII) Atos Oficiais

LEI Nº 1.239, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

O Prefeito do Município de Albertina, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art.1º Fica autorizado a abertura pelo Poder Executivo Municipal, no presente exercício e no orçamento corrente, o crédito suplementar abaixo especificado criando-se as fontes de recurso nas dotações abaixo, ampliando-se os respectivos valores indicado com a nova fonte.

| | |
|------------------------------------------------------|----------------------|
| 02.02.04.18.541.5021.3009.4490.52.00 - 133 Fonte 100 | R\$6.000,00 |
| 02.02.05.04.122.5014.3013.4490.52.00 - 155 Fonte 100 | R\$12.500,00 |
| 02.02.05.15.451.5023.4027.3390.39.00 - 160 Fonte 116 | R\$10.000,00 |
| 02.02.06.26.782.5028.4032.3390.39.00 - 180 Fonte 116 | R\$10.000,00 |
| 02.04.01.10.301.5039.4050.3390.39.00 - 299 Fonte 255 | R\$100,00 |
| TOTAL | R\$ 38.600,00 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art.2º Para a abertura do crédito adicional suplementar constante no art. 1º ocorrerá a redução das seguintes dotações:

| | |
|---------------------------------------------------------|----------------------|
| 02.01.03.02.061.5011.4004.3390.91.00 - 34 Fonte 100 | RS 10.000,00 |
| 02.01.03.04.122.5011.4006.3390.30.00 - 39 Fonte 100 | RS 1.000,00 |
| 02.01.03.04.122.5011.4006.3390.39.00 - 41 Fonte 100 | RS1.000,00 |
| 02.02.01.04.122.5017.4014.3390.39.00 - 71 Fonte 100 | RS6.500,00 |
| 02.02.05.15.451.5023.3016.4490.51.00 - 161 Fonte 116 | RS20.000,00 |
| 02.04.01.10.301.5039.3040.4490.52.00 - 316 Fonte 255 | RS100,00 |
| TOTAL | RS\$38.600,00 |

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 20 de setembro 2017.

Prefeitura Municipal de Albertina-MG, 02 de outubro de 2017.

João Paulo Facanali de Oliveira
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.240, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.

“Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento municipal do corrente exercício, e dá outras providências.”

O Prefeito do Município de Albertina, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art.1º Fica aberto pelo Poder Executivo Municipal, no presente exercício e no orçamento corrente, o crédito adicional especial abaixo especificado, constantes do vigente orçamento, ampliando-se nelas os respectivos valores indicados, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: 02 - Poder Executivo;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 – Secretaria Municipal de Administração
SUB-UNIDADE: 04 – Diretoria de Meio Ambiente e Turismo;
FUNÇÃO: 23 – Comercio e Serviços
SUB-FUNÇÃO: 695 – Turismo;
PROGRAMA: 5022 – Promoção de Atividades Turística;
ATIVIDADE – 4082 – Convenio com Circuito de Turismo
CATEGORIA ECONÔMICA: 3370.41.00 – Contribuições
FONTE: 100 – Recursos próprios;
SALDO: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 2º Art.2º Para a abertura do crédito adicional especial constante no art. 1º ocorrerá a redução da seguinte dotação: 02.02.06.26.782.5028.4033.3390.30.00-181 Fonte 100

Art. 3 Fica modificado a Lei 1.103, de 08 de novembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA 2013/2017, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º Ficam alterada a Lei 1.180 de 05 de maio de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2017, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º desta Lei.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrario

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Albertina-MG, 02 de outubro de 2017.

João Paulo Facanali de Oliveira
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR nº 77, de 2 de outubro de 2017

Institui o Novo Código Tributário do Município de Albertina e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Albertina, Estado de Minas Gerais.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o novo Código Tributário do Município de Albertina (CTMA).

LIVRO I - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ALBERTINA (CTMA)

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A atividade tributária do Município de Albertina, regulada pelo CTMA e pela legislação tributária municipal, observará as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, dos tratados e convenções internacionais recepcionados pelo Estado Brasileiro, do Código Tributário Nacional, das demais normas complementares à Constituição Federal que tratem de matéria tributária e da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo de competência do Município de Albertina é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei; ou,
II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

TÍTULO II - DOS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALBERTINA

CAPÍTULO I - DO ELENCO TRIBUTÁRIO

Art. 5º Os tributos componentes do Código Tributário Municipal são:

I - os impostos sobre:

a) propriedade predial e territorial urbana (IPTU);
b) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos a sua aquisição (ITBI); e,

c) serviços de qualquer natureza (ISSQN);

II - as taxas especificadas nesta Lei Complementar:

a) em razão do exercício regular do poder de polícia; ou,
b) pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - as contribuições:

a) de melhoria, decorrente de obras públicas; e,
b) para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP).

Parágrafo único. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à Administração Tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, nos termos da lei e respeitados os direitos individuais, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 6º A atribuição constitucional de competência tributária do Município de Albertina compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, e observado o disposto neste Código.

Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição, mediante lei, das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida pelo Município de Albertina a outra pessoa jurídica de direito público.

§ 1º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao Município de Albertina.

§ 2º A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral do Município de Albertina.

§ 3º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

CAPÍTULO III - DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR DO MUNICÍPIO

Art. 8º É vedado ao Município de Albertina, além de outras garantias asseguradas ao contribuinte:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b deste inciso;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer diferença tributária entre serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins

lucrativos, que atendam aos requisitos previstos no § 6º deste artigo;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

§ 1º A vedação da alínea c do inciso III deste artigo não se aplica à fixação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

§ 2º A vedação da alínea a do inciso VI deste artigo é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações da alínea a do inciso VI e do § 2º deste artigo, não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas nas alíneas b e c do inciso VI deste artigo compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º O disposto no inciso VI e § 2º deste artigo, não exclui a atribuição, por lei, às entidades neles referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte, e não as dispensam da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 6º A vedação expressa na alínea c do inciso VI deste artigo é subordinada à observância dos seguintes requisitos pelas instituições de educação e assistência social:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e,

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 7º O reconhecimento administrativo de imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, prevista na alínea c do inciso VI deste artigo, fica condicionado à solicitação dirigida ao Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme regulamento, a quem caberá decidir e expedir o certificado.

§ 8º Na falta de cumprimento do disposto no § 6º deste artigo o responsável pelo Serviço de Tributação deve suspender a aplicação do benefício fiscal, com efeitos retroativos à época em que o beneficiário deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.

TÍTULO III - DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)

CAPÍTULO I - DO FATO GERADOR, DA INCIDÊNCIA E NÃO-INCIDÊNCIA

Art. 9º Constitui fato gerador do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), a propriedade, o domínio útil ou a posse de todo e qualquer bem imóvel, por natureza ou acessão física, tal como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município de Albertina, na forma e condições estabelecidas nesta Lei Complementar.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 10. Considera-se ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro do ano a que corresponda o lançamento.

Art. 11. Para os efeitos do disposto no *caput* do art. 9º deste Código, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem postes para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º Observado o disposto no art. 32, § 2º da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), são também consideradas zonas urbanas, para os efeitos do IPTU, as áreas urbanizáveis e as de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, inclusive à residencial de recreio, à indústria, ao comércio ou à prestação de serviços, mesmo que localizados fora da zona definida no *caput* deste artigo.

§ 2º Deverá o Município atualizar seu programa de macrozoneamento municipal, descaracterizando áreas cadastradas como rurais e que se encontram em zona urbana ou zona de expansão urbana, definindo-as como de competência de tributação municipal com incidência de IPTU, proporcionando aumento de arrecadação municipal e viabilizando o ordenamento territorial para cumprimento da função social da propriedade e maior oferta de lotes urbanizados.

§ 3º A Lei que delimitar a zona urbana indicará e definirá os vários setores tributários, contínuos ou intermitentes que a comporão, em razão conjunta ou isolada, dos seguintes fatores:

I - localização;

II - uso predominante;

III - áreas predominantes dos terrenos;

IV - áreas e tipologias predominantes das edificações; e

V - exigências da legislação urbanística, se for o caso.

Art. 12. O IPTU incide sobre imóveis sem edificações e sobre imóveis edificados.

§ 1º Para os efeitos do *caput* deste artigo e aplicação das respectivas alíquotas, considera-se:

I - terreno, o imóvel:

a) sem edificação;

b) com edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada, bem como condenada, em ruínas ou em demolição; ou,

c) cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

II - edificado, o imóvel construído e que possa ser utilizado para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino.

§ 2º A destinação do imóvel não edificado e edificado para fins residenciais e não residenciais, será considerada para fins de fixação das faixas de alíquotas.

§ 3º A ausência de pintura, revestimentos e acabamentos finais não afastará sua condição de edificado se a estrutura dele já estiver concluída.

§ 4º Quando a obra estiver concluída, o interessado deverá requerer ao Município o habite-se, ensejando, o descumprimento dessa obrigação, a aplicação de multa

estabelecida na legislação urbanística do Município de Albertina.

§ 5º O habite-se deverá ser apresentado quando da instrução de processos que tratem de reclamação contra o lançamento de IPTU, no que se refere à área construída e ao valor venal da edificação.

§ 6º A incidência do IPTU, sem prejuízo das cominações cabíveis, independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas.

CAPÍTULO II - DO SUJEITO PASSIVO

Seção I - Do Contribuinte do IPTU

Art. 13. Contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

Seção II - Da Atribuição de Responsabilidade Solidária e dos Responsáveis

Art. 14. O IPTU constitui ônus real, acompanhando o imóvel em todas as mutações de domínio.

Parágrafo único. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o titular do domínio pleno, o titular de direito de usufruto, uso ou habitação, o possuidor titular de direito real sobre bem imóvel alheio, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isenta do imposto ou a ele imune.

CAPÍTULO III - DO CÁLCULO DO IPTU

Seção I - Da Base de Cálculo e do Valor Venal

Art. 15. A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, obtido através da Planta Genérica de Valores (PGV), utilizando-se a metodologia de cálculo definida neste Código, ou através de avaliação individual do imóvel quando de sua inclusão no cadastro imobiliário.

§ 1º Considera-se valor venal do imóvel, para os fins previstos neste artigo:

I - no caso de terreno sem edificação ou com edificação em andamento, paralisada, condenada, em ruínas ou em demolição: o valor fundiário do solo;

II - no caso de terreno com edificação em andamento, estando parte habitada: o valor do solo e da edificação utilizada, considerados em conjunto; ou,

III - nos demais casos: o valor do solo e da edificação, considerados em conjunto.

§ 2º Poderá ser utilizada na avaliação individual de imóvel, prevista no *caput* deste artigo, a base de cálculo correspondente a 80,00 (oitenta inteiros por cento) do maior valor do imóvel obtido em função de suas características e condições peculiares, utilizando-se uma das seguintes fontes:

I - declarações fornecidas pelo sujeito passivo na formalização de processos de transferências imobiliárias; ou
II - contratos e avaliações imobiliárias efetuadas por agentes financeiros ou pela Comissão de Avaliação para fins de Imposto Sobre a Transmissão *inter vivos* de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles (ITBI).

§ 3º Não se constitui aumento de tributo a atualização do valor monetário da base de cálculo dos imóveis constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal (CIF), corrigido, anualmente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA - E), calculado pelo



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo.

§ 4º Para imóvel a ser incluído no cadastro imobiliário, prevalecerá sobre os critérios da PGV, prevista no *caput* deste artigo, o valor do imóvel apurado pelo Fisco em avaliação individual, caso o contribuinte conteste, formalmente, o valor atribuído mediante dados daquela planta.

Art. 16. O imposto será calculado anualmente, de forma escalonada, sobre o valor venal do imóvel, por parcela compreendida em cada uma das faixas de valor constantes do Anexo I deste Código, mediante a aplicação da alíquota correspondente.

Seção II - Das Alíquotas do IPTU, da Progressividade no Tempo e seus Efeitos

Art. 17. Aplicar-se-á, no cálculo do IPTU, sobre o valor venal do imóvel a que se refere o *caput* do art. 15 deste Código, quando na unidade imobiliária houver cadastro de edificações com utilizações distintas, residencial e não residencial, a alíquota correspondente imóvel não residencial.

Art. 18. O IPTU será progressivo no tempo nos termos do que dispuser a Lei Complementar Municipal.

Parágrafo único. O Poder Executivo terá prazo de um ano a partir da publicação desta lei complementar, para apresentar ao Poder Legislativo, projeto de lei que institua, nos termos dos arts. 5º a 8º, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (denominada Estatuto da Cidade), instrumentos para o cumprimento da função social da propriedade no Município de Albertina.

Seção III - Da Forma de Apuração do Valor Venal

Art. 19. A apuração do valor venal, para efeito de lançamento do IPTU, segue as regras e os métodos fixados nas Seções III a V deste Capítulo, observados os Anexos II e III deste Código, ou através de avaliação individual do imóvel em conformidade com o disposto no *caput, in fine*, § 2º e § 4º, *in fine*, do art. 15 deste Código.

Parágrafo único. Do art. 20 ao 33 deste Código está descrita a Planta Genérica de Valores (PGV) do Município de Albertina, para fins de cadastro, lançamento e arrecadação do IPTU.

Art. 20. O valor venal do bem imóvel será obtido através da soma do valor venal do terreno e do valor venal da construção, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VVI = VVT + VVC$$

Onde:

VVI = valor venal do imóvel
VVT = valor venal do terreno
VVC = valor venal da construção

Art. 21. Para efeito de determinação do valor venal do imóvel, considera-se:

I - valor venal do terreno, aquele obtido através da multiplicação da sua fração ideal pelo valor genérico do metro quadrado dele, aplicados os fatores corretivos, de acordo com as fórmulas abaixo:

$$VVT = \frac{FIT \times VM^2T}{FCT} \quad \text{e} \quad FIT = \frac{AT \times ACU}{ATC}$$

Onde:

VVT = valor venal do terreno
FIT = fração ideal do terreno
VM²T = valor genérico do metro quadrado de terreno
FCT = produto dos coeficientes atribuídos aos fatores corretivos de terreno para *Situação, Perfil e Solo*
AT = área do terreno em m²
ACU = área construída da unidade autônoma em m²
ATC = área total construída em m²

II - valor venal da construção, aquele obtido através da multiplicação da área construída da unidade pelo percentual indicativo da *Categoria da Construção*, multiplicado pelo valor genérico de m² do tipo de construção, em moeda corrente nacional, aplicado o fator corretivo, de acordo com a fórmula abaixo:

$$VVC = \frac{ACU \times CAT \times VM^2C \times FCC}{100}$$

Onde:

VVC = valor venal da construção
ACU = área construída da unidade autônoma em m²
CAT = somatório dos pontos atribuídos para *Estrutura, Cobertura, Vedação, Forro, Revestimento Externo, Sanitários, Acabamento Interno e Piso*
VM²C = valor em moeda corrente nacional do m² do tipo de construção, discriminado conforme planta genérica de valores de M² do tipo de construção
FCC = produto dos coeficientes atribuídos aos fatores corretivos de *Alinhamento, Localização, Posição e Conservação*

III - O fator corretivo de terreno (FCT) e o fator corretivo de construção (FCC), serão atribuídos de acordo com as seguintes tabelas:

a) FCT - *Situação*: consiste em graduação atribuída ao terreno, de conformidade com a sua configuração na quadra que em que se encontra e em relação ao sistema viário adjacente;

| Situação | Coefficiente |
|---------------------|--------------|
| Uma frente | 1,00 |
| Mais que uma frente | 1,10 |
| Encravado | 0,80 |

b) FCT - *Perfil*: grau atribuído ao relevo do terreno, considerando-se seu eixo longitudinal aproximado, no sentido de sua testada principal para os fundos;

| Perfil | Coefficiente |
|-----------|--------------|
| Plano | 1,00 |
| Aclive | 0,90 |
| Declive | 0,70 |
| Irregular | 0,80 |

c) FCT - *Solo*: grau atribuído ao terreno, conforme as características físicas predominantes de seu solo (Pedologia);

| Solo | Coefficiente |
|-----------|--------------|
| Firme | 1,00 |
| Alagado | 0,60 |
| Inundável | 0,70 |
| Misto | 0,80 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

d) FCC - Alinhamento: grau atribuído à unidade construída considerando-se o posicionamento de qualquer de suas fachadas, ou de seus limites externos, em relação as testadas, principal ou secundária, do terreno;

| Alinhamento | Coefficiente |
|-------------|--------------|
| Alinhada | 0,80 |
| Recuada | 1,00 |

e) FCC - Localização: grau atribuído à unidade construída considerando-se sua localização dentro do terreno em função da profundidade deste, tomando-se como referência a testada principal;

| Localização | Coefficiente |
|-------------|--------------|
| Frente | 1,00 |
| Fundos | 0,90 |

f) FCC - Posição: grau atribuído à unidade construída considerando-se seu posicionamento em relação aos lados do terreno ou outra unidade construída no mesmo terreno;

| Posição | Coefficiente |
|-----------|--------------|
| Isolada | 1,00 |
| Conjugada | 0,90 |
| Germinada | 0,75 |

g) FCC - Conservação: grau atribuído à unidade construída considerando-se seu estado geral de conservação.

| Conservação | Coefficiente |
|-------------|--------------|
| Ótima | 1,10 |
| Boa | 1,00 |
| Regular | 0,80 |
| Má | 0,50 |

Art. 22. A apuração da categoria (CAT) da unidade construída, será efetuada pela atribuição de quantidade de pontos a cada item componente do quadro de avaliação, tomados conforme o "tipo de construção", e de acordo com as seguintes tabelas:

| Estrutura | Casa | Apartamento | Loja | Galpão | Telheiro | Especial |
|-----------|------|-------------|------|--------|----------|----------|
| Alvenaria | 07 | 10 | 10 | 15 | 15 | 18 |
| Metálica | 20 | 10 | 10 | 15 | 15 | 20 |
| Madeira | 04 | 00 | 05 | 20 | 10 | 15 |

| | | | | | | |
|----------|----|----|----|----|----|----|
| Concreto | 20 | 20 | 20 | 00 | 20 | 20 |
|----------|----|----|----|----|----|----|

| Cobertura | Casa | Apartamento | Loja | Galpão | Telheiro | Especial |
|-----------------|------|-------------|------|--------|----------|----------|
| Telha de Barro | 07 | 07 | 09 | 08 | 15 | 10 |
| Cimento Amianto | 05 | 07 | 08 | 08 | 18 | 09 |
| Galvanizada | 08 | 09 | 09 | 09 | 19 | 10 |
| Laje | 09 | 10 | 10 | 10 | 20 | 10 |
| Especial | 10 | 10 | 10 | 15 | 20 | 15 |

| Vedação | Casa | Apartamento | Loja | Galpão | Telheiro | Especial |
|-------------|------|-------------|------|--------|----------|----------|
| Inexistente | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Alvenaria | 05 | 05 | 05 | 05 | 00 | 06 |
| Madeira | 04 | 04 | 04 | 04 | 00 | 05 |
| Especial | 08 | 08 | 10 | 06 | 00 | 10 |

| Forro | Casa | Apartamento | Loja | Galpão | Telheiro | Especial |
|-------------|------|-------------|------|--------|----------|----------|
| Inexistente | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 09 |
| Madeira | 05 | 00 | 08 | 09 | 09 | 09 |
| Estuque | 08 | 08 | 09 | 09 | 09 | 09 |
| Laje | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | | | | |
|----------------------|----|----|----|----|----|----|
| Chapa Compensado | 09 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Chapa PVC / Plástica | 09 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |

$$\frac{FIT = AT \times ACU}{ATC}$$

Onde:

FIT = fração ideal do terreno
 AT = área do terreno em m²
 ACU = área construída da unidade autônoma em m²
 ATC = área total construída em m²

Tabela V

| Revestimento Externo | Casa | Apartamento | Loja | Galpão | Telheiro | Especial |
|----------------------|------|-------------|------|--------|----------|----------|
| Inexistente | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Reboco/Pintura | 6 | 08 | 09 | 06 | 00 | 09 |
| Cerâmico | 08 | 09 | 09 | 08 | 00 | 10 |
| Especial | 10 | 10 | 10 | 10 | 00 | 10 |

Tabela VI

| Sanitário | Casa | Apartamento | Loja | Galpão | Telheiro | Especial |
|-------------|------|-------------|------|--------|----------|----------|
| Inexistente | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Externo | 03 | 00 | 08 | 10 | 10 | 10 |
| Interno | 05 | 05 | 10 | 15 | 12 | 15 |
| Mais que um | 10 | 10 | 15 | 20 | 15 | 20 |

Tabela VII

| Acabamento Interno | Casa | Apartamento | Loja | Galpão | Telheiro | Especial |
|--------------------|------|-------------|------|--------|----------|----------|
| Inexistente | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Simples | 04 | 04 | 06 | 07 | 05 | 10 |
| Médio | 06 | 06 | 08 | 08 | 08 | 12 |
| Bom | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 15 |

Tabela VIII

| Piso | Casa | Apartamento | Loja | Galpão | Telheiro | Especial |
|----------------|------|-------------|------|--------|----------|----------|
| Terra Batida | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Tijolo/cimento | 05 | 05 | 10 | 10 | 10 | 15 |
| Madeira | 15 | 15 | 18 | 18 | 18 | 20 |
| Cerâmico | 15 | 15 | 18 | 18 | 18 | 20 |
| Especial | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 25 |

Art. 23. Consideram-se edículas as construções que completam a unidade principal.

Parágrafo único. Quando existir mais de uma unidade autônoma edificada no mesmo terreno, a área deste será substituída pela fração ideal calculada pela seguinte fórmula:

Art. 24. Constituem instrumentos para a apuração da base de cálculo do IPTU:

I - os elementos contidos no Cadastro Imobiliário Fiscal (CIF) e/ou os apurados em campo, que possibilitem a caracterização do imóvel;

II - o valor genérico do metro quadrado do terreno definido pela Planta Genérica de Valores (PGV), consoante o Anexo II deste Código;

III - o valor genérico do metro quadrado do tipo de construção definido pela PGV, consoante Anexo III deste Código.

Art. 25. Os logradouros ou trechos de logradouros que não constarem da Listagem de Valores integrante do Anexo II deste Código, e que vierem a ser criados ou instituídos, terão os valores genéricos do metro quadrado de terreno atribuídos pelos valores dos trechos de logradouros mais próximos, com características semelhantes e que reflitam valores de mercado verificados nas transferências imobiliárias.

Subseção I - Da Profundidade Equivalente do Terreno

Art. 26. Para efeito do disposto neste Capítulo, considera-se:

I - terreno encravado: aquele que não se comunica com a via pública, exceto por servidão de passagem por outro imóvel;

II - terreno de esquina: aquele em que os prolongamentos de seus alinhamentos, quando retos, ou das respectivas tangentes, quando curvos, determinem ângulos internos inferiores a cento e trinta e cinco graus e superiores a quarenta e cinco graus.

Subseção II - Da Apuração do Valor do Imóvel Construído, da Idade das Edificações e da Aplicação dos Fatores de Depreciação e de Conservação

Art. 27. O valor venal do imóvel construído será apurado pela soma do valor do terreno com o valor da construção.

Art. 28. A área construída total será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou pilares, computando-se, também, a superfície das sacadas de cada pavimento, cobertas ou descobertas.

§ 1º Em casos de piscinas, de quadras esportivas, campos de futebol e similares, a área construída será obtida através da medição dos contornos internos de suas paredes, no primeiro caso; e da medição da área destinada à prática esportiva, nos demais casos, sem prejuízo das áreas que lhe são pertinentes, tais como as providas de assentos, bancos, arquibancadas, quando existentes, bem como as destinadas a banheiros e vestiários.

§ 2º A aferição da área de que trata o caput e o § 1º deste artigo pode dar-se de modo físico ou por meio de tratamento de imagens aerofotogramétricas, de satélite ou similar.

§ 3º Inexistindo registro de imóvel com a averbação de cada unidade autônoma ou subunidade, edificadas dentro do



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

mesmo lote, deverá ser computado, para o cálculo do IPTU, o somatório das áreas de todas as unidades existentes.

Art. 29. No cômputo da área territorial tributável em condomínios, acrescentar-se-á, à área privativa de cada condômino ou proprietário, aquela que lhe for imputável das áreas comuns em função da cota parte a ele pertencente.

Art. 30. No cômputo da área construída em edificações cuja propriedade seja condominial, acrescentar-se-á, à área privativa de cada condômino ou proprietário, aquela que lhe for imputável das áreas comuns em função da quota parte a ele pertencente, em conformidade com a área edificada real constante na NBR 12.721.

Art. 31. O valor unitário do metro quadrado de construção será obtido ou pelo enquadramento das edificações existentes no Município em um dos tipos do Anexo III deste Código, em função de sua área predominante e, em um dos padrões de construção, ou através de avaliação individual prevista no *caput*, *in fine* e § 2º do art. 15 deste Código.

Seção IV - Das Glebas

Art. 32. Considera-se gleba, para os efeitos deste Código, o terreno com área superior a um mil metros quadrados, situado em zona urbana ou de expansão urbana do Município, para o qual se adotará a metodologia normatizada para glebas prevista na Tabela IX do Anexo I deste Código.

Parágrafo único. Excetuam-se da hipótese prevista no *caput* deste artigo os terrenos edificados para fins não residenciais e os terrenos, edificados ou não, circunscritos a condomínios, loteamentos e congêneres.

Seção V - Da Fixação de Valores e da Atualização Monetária

Art. 33. Os valores unitários do metro quadrado de terreno e das construções serão expressos em valores e padrão monetários vigentes e, no procedimento de cálculo para a obtenção do valor do imóvel, desprezar-se-ão frações inferiores à menor unidade monetária.

Parágrafo único. As atualizações dos valores constantes do *caput* deste artigo far-se-ão, anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo.

Seção VI - Do Arbitramento da Base de Cálculo

Art. 34. O Fisco Municipal deverá arbitrar os dados dos imóveis para fins de determinação do seu valor venal, quando:

I - o sujeito passivo ou o responsável impedir o levantamento dos elementos integrantes do imóvel, necessários à apuração de seu valor venal;

II - o imóvel se encontrar permanentemente fechado ou não for localizado seu proprietário ou responsável; ou,

III - o sujeito passivo ou o responsável não fornecer os elementos necessários à identificação do imóvel, ou fornecendo-os, sejam insuficientes ou não mereçam fé.

§ 1º Na ocorrência das condutas descritas nos incisos I e III do *caput* deste artigo, o sujeito passivo pode se submeter a multa estabelecida neste Código e na forma que dispuser o regulamento.

§ 2º Nas hipóteses previstas no *caput* deste artigo, a base de cálculo, para fixação do montante do IPTU, será obtida, quando a Administração Tributária não

dispuser de outros meios, utilizando-se os seguintes critérios:

I - área construída igual a setenta por cento da área do terreno, por pavimento;

II - padrão da construção médio;

III - FCC - *Conservação* a que alude a alínea g, do inciso III do art. 21 deste Código na conservação boa;

IV - CAT a que se refere o art. 22 deste Código na condição Especial, para todos os itens.

§ 3º Os demais dados cadastrais do imóvel serão coletados com base em verificação *in loco* e por outros meios disponíveis.

CAPÍTULO IV - DO LANÇAMENTO DO IPTU

Art. 35. É anual o lançamento do IPTU, efetuado em nome do sujeito passivo conforme o disposto nos arts. 13 e 14 deste Código.

§ 1º Os créditos tributários relativos ao IPTU sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a Certidão Negativa de Débito referente ao imposto.

§ 2º O lançamento será efetuado à vista dos elementos do CIF, quando declarados pelo sujeito passivo, ou apurados pelo Fisco.

§ 3º Em relação ao exercício financeiro então vigente, quando for realizado lançamento original de IPTU após o vencimento da cota única, em decorrência da omissão de lançamento ao tempo do fato gerador, serão asseguradas ao sujeito passivo as regras estabelecidas para os demais lançamentos.

Art. 36. Obedecido o prazo decadencial, a Administração Tributária, a pedido do sujeito passivo ou de ofício, deve revisar o lançamento do IPTU sempre que verificar que os dados cadastrais existentes à época do lançamento estão em desacordo com a situação fática do imóvel, podendo, nestes casos, serem efetuados lançamentos omitidos nas épocas próprias ou serem promovidos lançamentos substitutivos.

§ 1º O pedido de revisão de lançamento somente será admitido se devidamente fundamentado e instruído com os documentos comprobatórios das alegações, previstos em regulamento.

§ 2º O pedido de revisão de lançamento que questione área edificada somente será admitido se devidamente fundamentado e instruído com os documentos comprobatórios das alegações, como registro de imóvel atualizado e habite-se, alvará de construção ou planta baixa assinada pelo responsável técnico da obra, bem como outros previstos em regulamento.

§ 3º O pedido de revisão de lançamento que questione área edificada condominial somente será admitido se devidamente fundamentado e instruído com a NBR 12.721 respectiva, sem prejuízo do disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º A revisão de lançamento será feita em conformidade com a legislação tributária da época a que o mesmo se referir, sendo o seu valor atualizado, anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, acrescido de multa e juros moratórios.

Art. 37. O sujeito passivo será regularmente notificado do lançamento:

I - com o envio da notificação ao endereço do próprio imóvel ou no domicílio fiscal declarado; ou,

II - por edital.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

§ 1º O envio das notificações de lançamento será precedido pelas publicações de edital no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOM), e conterà a:

I - forma de pagamento, o número de parcelas e as datas de pagamento do imposto;

II - data da última postagem dos documentos de arrecadação; e,

III - indicação dos meios e locais alternativos de obtenção dos documentos de arrecadação.

§ 2º Para todos os efeitos legais, considera-se efetuada a notificação do lançamento cinco dias após a data da última postagem.

§ 3º A notificação referida no inciso I do *caput* deste artigo poderá ser ilidida pelo comparecimento do sujeito passivo ou de seu representante legal ao Departamento de Tributação, e comunicação do não recebimento da notificação até a data do vencimento, ocasião em que será notificado em conformidade com o respectivo lançamento.

§ 4º O sujeito passivo que no lançamento tiver domicílio fiscal incompleto ou não declarado, deverá requerer os respectivos documentos de arrecadação junto ao Departamento de Tributação, ou emitilos, via internet, através do sítio da Prefeitura Municipal de Albertina, havendo disponibilidade.

Art. 38. Na hipótese de condomínio, o lançamento do IPTU será realizado em nome de um, de alguns ou de todos os condôminos, exceto quando se tratar de condomínio constituído de unidades autônomas, nos termos da lei civil, caso em que o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos seus respectivos titulares, incluindo na base tributável a fração ideal sobre o terreno e demais partes comuns, atribuídas a cada unidade.

Art. 39. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II - o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.

III - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.

Art. 40. O lançamento promovido em face do espólio deverá indicar o CPF do *de cujus*.

Art. 41. No caso de imóvel objeto de promessa de compra e venda o lançamento do IPTU será efetuado em nome do promitente vendedor, até que seja registrada no Cartório de Registro de Imóveis a promessa de compra e venda ou a escritura definitiva da unidade vendida, circunstâncias que determinarão o lançamento do imposto em nome do promitente comprador.

Art. 42. O IPTU será lançado em nome do proprietário do imóvel, independentemente de turbação ou esbulho possessório, ressalvada a sujeição passiva do possuidor, cuja posse esteja em processo de regularização fundiária.

Art. 43. Havendo projeto de loteamento aprovado pelo Município de Albertina e devidamente registrado em Cartório de Registro de Imóveis, o Fisco Municipal deverá cadastrar e lançar o IPTU em lotes individualizados.

Parágrafo único. O cadastramento e o lançamento do IPTU em lotes individualizados a que se

refere o *caput* deste artigo, serão realizados para loteamentos clandestinos ou para aqueles em que forem iniciadas as vendas dos lotes antes do registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis.

CAPITULO V - DO PAGAMENTO DO IPTU

Art. 44. O pagamento do IPTU poderá ser efetuado de uma só vez ou em cotas mensais e sucessivas, na forma e prazo previstos neste Código e em regulamento, facultando-se ao sujeito passivo o pagamento simultâneo de diversas parcelas.

Art. 45. Os débitos não pagos nos respectivos vencimentos, serão atualizados, anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, acrescidos de multa e juros moratórios, na forma disciplinada neste Código.

Art. 46. O débito vencido será encaminhado para cobrança, com posterior inscrição na dívida ativa, se for o caso.

Art. 47. O recolhimento do imposto não importa em presunção, por parte do Município, para quaisquer fins, do direito de propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

CAPITULO VI - DAS ISENÇÕES

Art. 48. Fica isento do pagamento do IPTU o imóvel:

I - edificado, que tenha como proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, as Associações de Bairros, Associações de Moradores de Bairros e Vilas, Centros Comunitários e congêneres, sem fins lucrativos, que congreguem associados na defesa de seus interesses sociais, quando destinados exclusivamente às atividades estatutárias;

II - residencial de propriedade de ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que tenha servido no teatro de operações de guerra na Itália, desde que nele resida e não possua outro imóvel no Município;

III - de propriedade de associações desportivas, recreativas e de assistência social, sem fins lucrativos, destinados ao uso de seu quadro social ou à prática de suas finalidades essenciais e estatutárias, excetuando-se as associações de moradores em condomínios e loteamentos;

IV - cedido gratuitamente à administração direta ou indireta do Município de Albertina, durante o prazo da cessão;

V - declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo Poder desapropriante;

VI - único, com no máximo 60 m² (sessenta metros quadrados) de área construída, de que seja proprietária ou usufrutuária pessoa viúva, a qual o tenha como residência efetiva e que possua, comprovadamente, renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos em vigor no País;

VII - as associações profissionais e os sindicatos, quando reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, se sediados no Município, quanto aos imóveis de sua propriedade e de uso específico em suas atividades;

VIII - edificado, de caráter residencial, que tenha como proprietário, titular do domínio útil ou possuidor contribuinte portador de doença grave, contagiosa ou



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

incurável, qual seja, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), cirrose hepática ou fogo selvagem, devidamente comprovada por laudo médico, desde que não possua outro imóvel no Município, desde que nele resida e o contribuinte comprove ter renda familiar mensal igual ou inferior a três salários mínimos em vigor no País.

Parágrafo único. Para o caso dos incisos VI e VIII deste artigo, embasam o requerimento a ser protocolizado pelo contribuinte interessado no benefício de isenção de IPTU, o laudo médico que identifique a doença, o comprovante de renda ou declaração de renda firmada na forma da lei e o laudo do Serviço de Assistência Social do Município, quando for o caso.

Art. 49. A isenção a que se refere o art. 48 deste Código deverá ser requerida a cada ano, instruindo-se o requerimento com as provas do atendimento das condições estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. O benefício de isenção de que trata o *caput* deste artigo tem validade a partir do exercício posterior ao do requerimento, quando for o caso, e a inobservância no pleito, da forma, condições e prazos estabelecidos na legislação tributária municipal implicam em renúncia à vantagem fiscal.

Art. 50. O benefício a que se refere o art. 48 deste Código será concedido mediante despacho fundamentado da autoridade competente.

Art. 51. O sujeito passivo deve informar ao Fisco Municipal que o benefício da isenção tornou-se indevido, no prazo de noventa dias contados a partir do momento em que as condições que justificaram a sua concessão deixarem de ser preenchidas, sob pena de multa estabelecida neste Código.

CAPÍTULO VII - DO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL

Seção I - Da Inscrição e Alteração Cadastral

Art. 52. A inscrição e a alteração no CIF são obrigatórias e feitas de ofício ou a pedido do sujeito passivo ou de seu representante legal, devendo ser instruídas com os elementos necessários ao lançamento do IPTU, conforme dispuser o regulamento, cabendo uma inscrição para cada unidade imobiliária autônoma.

§ 1º Serão obrigatoriamente inscritos no CIF todos os imóveis situados na zona urbana do Município de Albertina e os que venham a surgir por desmembramentos ou remembramentos dos atuais, ainda que seus titulares sejam beneficiários de imunidade ou isenção tributária.

§ 2º A inscrição de imóvel no CIF deverá ser realizada por ocasião da concessão do habite-se ou do registro do título de aquisição do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 3º O sujeito passivo é obrigado a comunicar as alterações promovidas no imóvel que possam afetar a incidência, a quantificação e a cobrança dos tributos, no prazo de trinta dias da efetivação da mudança.

§ 4º O sujeito passivo ou seu representante legal ficam obrigados a apresentar a documentação exigida pelo Fisco, importando a recusa ou protelação em embaraço à ação fiscal, sujeitando-se aquele,

pelo descumprimento da obrigação acessória, ao pagamento de multa estabelecida neste Código.

§ 5º O sujeito passivo do IPTU, quando convocado pelo Fisco, é obrigado a realizar o cadastramento ou recadastramento dos imóveis de que seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, ainda que alcançado por imunidade ou isenção tributária, na forma, prazo e condições estabelecidos em regulamento.

Art. 53. Para fins de inscrição, alteração e regularização de dados cadastrais, o sujeito passivo é obrigado a declarar em formulário próprio, definido em regulamento, os dados ou elementos necessários à perfeita realização do lançamento do IPTU, juntando com a documentação comprobatória dos dados declarados.

Parágrafo único. A declaração deverá ser efetivada:

- I - imediatamente à:
 - a) conclusão da construção no todo ou em parte, em condições de habitação;
 - b) aquisição da propriedade, do domínio útil ou da posse de bem imóvel;
- II - dentro do prazo de trinta dias, contados da data da:
 - a) demolição ou perecimento da construção existente no imóvel;
 - b) conclusão da reforma ou aumento da construção existente no imóvel;
 - c) desmembramento ou remembramento de imóvel;
 - d) alteração na utilização do imóvel;
 - e) mudança de endereço para entrega de notificação;
 - f) do falecimento do contribuinte; ou
 - g) outros fatos ou circunstâncias que possam afetar a incidência, o cálculo ou a administração do IPTU.

Art. 54. Os responsáveis por loteamentos, pessoas físicas ou jurídicas, leiloeiros, construtoras, incorporadoras, imobiliárias, bem como as instituições financeiras e órgãos governamentais que financiem a aquisição de imóveis, ficam obrigados a enviar ao Departamento de Tributação a Declaração Imobiliária (DIM), em que constem os dados sobre os imóveis situados na zona urbana e de expansão urbana de Albertina, que tenham sido alienados definitivamente ou que foram objeto de promessa de compra e venda em que se não pactuou arrependimento e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, constando:

- I - endereço do imóvel;
- II - data e valor da transcrição;
- III - nome, CPF/CNPJ e endereço de correspondência do adquirente e do transmitente;
- IV - inscrição imobiliária e número do registro de imóvel;
- V - espécie do negócio; e,
- VI - informações adicionais a serem definidas em regulamento.

§ 1º As construtoras, incorporadoras, imobiliárias, instituições financeiras e órgãos governamentais referidos no *caput* deste artigo serão nomeados de forma individualizada através de regulamento.

§ 2º Será objeto da DIM o aditivo a contrato anteriormente informado.

§ 3º O modelo, o prazo e a forma de entrega da DIM serão definidos em regulamento.

Art. 55. Considera-se unidade imobiliária, para fins de inscrição, o imóvel territorial sem



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

edificação e o edificado para fins residencial ou não residencial.

§ 1º As unidades imobiliárias autônomas edificadas só receberão número de inscrição individualizado se houver registro de imóvel específico para cada unidade.

§ 2º Para efeito de desmembramento ou remembramento, a nova inscrição somente será efetuada no cadastro do IPTU mediante a aprovação do projeto pelo órgão competente do Município ou comprovação de averbação da matrícula no registro de imóvel respectivo.

§ 3º Nos casos de existência de unidades imobiliárias cadastradas no Departamento de Tributação em desacordo com a legislação de regência, poderá ser efetuado, de ofício, desmembramento ou remembramento, no âmbito do Cadastro Imobiliário, para atender às exigências legais.

§ 4º Quando as edificações ocuparem lotes registrados em cartório com mais de uma matrícula, em nome de um mesmo proprietário, as áreas dos terrenos correspondentes a estes registros serão unificadas para cadastro das edificações como unidade imobiliária autônoma.

§ 5º Quando as edificações ocuparem lotes registrados em cartório com mais de uma matrícula em nome de mais de um proprietário, as áreas dos terrenos correspondentes a estes registros serão unificadas para cadastro das edificações como unidade imobiliária autônoma, em nome de qualquer um dos proprietários, ficando os demais solidariamente obrigados.

Art. 56. As declarações prestadas pelo sujeito passivo, no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam na sua aceitação pelo Fisco, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Parágrafo único. O cadastro imobiliário fiscal poderá ser atualizado a partir das informações coletadas por meio de recadastramento utilizando imagens aerofotogramétricas, de satélite ou similar.

Art. 57. O imóvel, edificado ou não, será inscrito pelo logradouro:

I - de situação natural;

II - de maior valor, quando se verificar possuir mais de uma frente; ou

III - que lhe dá acesso, no caso de terreno de vila, ou pelo qual tenha sido atribuído maior valor, em havendo mais de um logradouro de acesso.

Art. 58. A inscrição no CIF e o lançamento do IPTU, da edificação construída sem licença, ou em desobediência às normas técnicas ou ao Código de Obras e Edificações de Albertina, não geram direito ao proprietário e não excluem o direito do Município de exigir a adaptação da edificação às normas legais próprias ou a sua demolição, sem prejuízo de outras sanções estabelecidas na legislação.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo quanto ao remembramento ou desmembramento com iguais irregularidades.

Seção II - Do Cancelamento de Inscrição Cadastral

Art. 59. O cancelamento da inscrição no CIF poderá ocorrer de ofício ou a pedido do sujeito passivo ou de seu representante legal, nas seguintes situações:

I - de ofício, sempre nos casos em que ocorrer remembramento e incorporação de imóvel ao patrimônio público com fins de construção de logradouro público e leito de via, bem como para desapropriação para fins de interesse social; ou

II - de ofício ou a pedido do sujeito passivo, em decorrência de remembramento, demolição de edifício com mais de uma unidade imobiliária, ou em consequência de fenômeno físico, tal como avulsão, erosão ou invasão das águas do rio, casos em que, quando do pedido, deverá o sujeito passivo declarar a unidade porventura remanescente.

Seção III - Das Infrações e Penalidades

Art. 60. O descumprimento das obrigações acessórias previstas nos arts. 51, 52 e 53 deste Código, sujeitará o sujeito passivo ao pagamento de multa estabelecida neste Código e na forma que dispuser o regulamento.

CAPÍTULO VIII - DA FISCALIZAÇÃO DO IPTU

Art. 61. Estão sujeitos à fiscalização os imóveis, edificados ou não, os respectivos sujeitos passivos, administradores, locatários e os Cartórios de Registro de Imóveis onde estejam registrados, os quais não poderão impedir vistorias realizadas pelo Fisco, através de seus agentes ou por quem esteja por estes devidamente designados, nem deixar de fornecer-lhes as informações solicitadas, de interesse do Fisco Municipal e nos limites da Lei.

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto no *caput* deste artigo importa em embaraço à ação fiscal, sujeitando o sujeito passivo ao pagamento de multa estabelecida neste Código e na forma que dispuser o regulamento.

Art. 62. Os tabeliães, escrivães, oficiais de registro de imóveis, ou quaisquer outros serventuários públicos não poderão lavrar escrituras de transferência, nem transcrição ou inscrição de imóvel, lavrar termos, expedir instrumentos ou títulos relativos a atos de transmissão de imóveis ou direitos a eles relativos, sem a prova antecipada do pagamento dos tributos e multas de competência do Município que incidam sobre estes.

Art. 63. As imobiliárias, construtoras, incorporadoras administradoras de condomínios e congêneres, ficam obrigadas a auxiliar a fiscalização, facilitando o exame, em suas dependências, dos livros, registros e outros documentos, e a fornecer, quando solicitadas, informações relativas aos contratos sob sua intervenção.

Art. 64. Os síndicos e administradoras de condomínios e loteamentos serão obrigados, quando notificados, a informar ao Departamento de Tributação a relação dos proprietários, contendo domicílio fiscal, CPF e RG, bem como relação das edificações construídas, acompanhadas das respectivas plantas aprovadas pelo Município.

Art. 66. O descumprimento das condutas previstas nos arts. 54, 62, 63 e 64 deste Código, sujeita as pessoas neles descritas ao pagamento de multa estabelecida nesta Lei Complementar e na forma que dispuser o regulamento.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AO IPTU



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 67. A pessoa jurídica de direito público ou órgão municipal responsável pela concessão do "habite-se" é obrigada, para a sua expedição, a remeter ao Departamento de Tributação o respectivo processo administrativo instruído com os dados relativos à construção ou reforma do imóvel, para os fins de cadastramento, fiscalização tributária e lançamento dos tributos devidos.

Parágrafo único. A concessão do "habite-se" fica condicionada à comprovação pelo sujeito passivo, junto ao Departamento de Tributação, do pagamento dos tributos devidos e do cumprimento de qualquer outra obrigação tributária acessória.

Art. 68. As concessionárias de serviço público deverão enviar por meio magnético ou eletrônico ao Departamento de Tributação, quando solicitados, os dados cadastrais dos seus usuários localizados no Município de Albertina, nos termos do regulamento.

§ 1º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, as concessionárias deverão compatibilizar os dados relativos ao endereço do imóvel por ela atendido com os do Cadastro Imobiliário do Departamento de Tributação.

§ 2º O descumprimento da conduta prevista no *caput* deste artigo sujeitará as concessionárias de serviço público ao pagamento de multa estabelecida neste Código e na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A obrigação prevista no *caput* deste artigo é extensiva a todas as pessoas jurídicas estabelecidas no Município de Albertina em relação aos seus bancos de dados, com imposição, pelo seu descumprimento, da penalidade prevista no § 2º deste artigo.

Art. 68. Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos, seus prepostos e os serventuários da justiça não poderão embarçar a fiscalização do IPTU, pelo Departamento de Tributação, obrigando-se a:

I - facilitar e facultar o exame, em cartório, dos livros, registros, autos, documentos e papéis que interessem à arrecadação do tributo;

II - fornecer aos agentes do Fisco, competentes à fiscalização do IPTU, quando solicitada, certidão dos atos lavrados, transcritos, averbados, inscritos ou registrados, concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos; e

III - fornecer, na forma regulamentar, dados relativos às guias de recolhimento que lhes foram apresentadas.

Parágrafo único. O embaraço à ação fiscal de que trata este artigo sujeita as pessoas nele mencionadas ao pagamento de multa estabelecida neste Código e na forma que dispuser o regulamento.

Art. 69. O titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais fica obrigado a comunicar ao Departamento de Tributação, até o dia 15 de cada mês, o registro dos óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior, devendo da relação constar o nome e o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do *de cuius*.

Parágrafo único. O descumprimento da conduta prevista neste artigo sujeitará o titular do cartório ao pagamento de multa estabelecida neste Código e na forma que dispuser o regulamento.

Art. 70. Constará da Notificação do IPTU, quadro comparativo entre a situação do imóvel no exercício anterior e no atual, contendo informações sobre: localização e utilização do imóvel, incidência do tributo,

áreas tributadas, alíquota aplicável, base de cálculo e valor a pagar.

Art. 71. O lançamento do IPTU não implica reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 72. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que não se encontre na posse de outrem, constituir-se-á em perda da propriedade, na forma da lei civil.

§ 1º O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser arrecadado, como bem vago, e três anos depois, caso se encontre na circunscrição, passar à propriedade do Município de Albertina.

§ 2º Presumir-se-á de modo absoluto a intenção a que se refere o *caput* deste artigo, quando cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais, não estando subordinado a qualquer outra condição.

Art. 73. Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a Ficha de Inscrição Cadastral (FIC) mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, a natureza do feito e o Juízo onde se processa a ação.

§ 1º Incluem-se também na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

§ 2º Nos casos mencionados no *caput* e § 1º deste artigo e em casos congêneres, as definitivas alterações cadastrais na FIC serão realizadas somente após o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis do respectivo título.

Art. 74. Será exigida a prévia quitação dos tributos municipais incidentes sobre os imóveis originários e a atualização dos dados cadastrais correspondentes, nos seguintes casos:

I - concessão de Alvará de Construção ou Reforma e Habite-se;

II - aprovação de loteamentos;

III - desmembramento e remembramento de lotes;

IV - alteração de nome do sujeito passivo junto ao Cadastro Imobiliário;

V - pedido de reconhecimento de imunidade de IPTU;

VI - certidão de integração de imóvel ao cadastro;

VII - contratos de locação de bens imóveis a órgãos públicos; e,

VIII - contratos de locação de bens imóveis sob intermediação de imobiliárias.

§ 1º A formalização dos pedidos previstos nos incisos I a VI do *caput* deste artigo fica condicionada à quitação total dos tributos municipais relativos ao imóvel objeto, ainda que estes débitos tenham sido anteriormente parcelados, caso em que as parcelas vincendas terão as datas de vencimentos antecipadas, devendo o interessado apresentar a respectiva Certidão Negativa de Débito de IPTU.

§ 2º Por ocasião da assinatura dos contratos previstos nos incisos VII e VIII do *caput* deste artigo, os órgãos públicos e imobiliárias são obrigados a exigir prova de regularidade fiscal do imóvel objeto da locação, sob pena de multa estabelecida neste Código e na forma que dispuser o regulamento.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

TÍTULO IV - DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS (ITBI)

CAPÍTULO I - DO FATO GERADOR DO ITBI

Art. 75. O Imposto Sobre a Transmissão *inter vivos* de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles (ITBI), tem como fato gerador:

I - a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso de:

a) bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme o disposto na lei civil;

b) direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

II - a cessão, por ato oneroso, de direitos relativos às transmissões referidas nas alíneas "a" e "b" do inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo decorre do registro do instrumento em Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 76. Incide o ITBI sobre as seguintes mutações patrimoniais, *inter vivos*, por ato oneroso:

I - compra e venda pura ou condicional de imóveis, ou atos equivalentes; o direito real proveniente de promessa de compra e venda de imóveis; e as cessões de direitos deles decorrentes;

II - dação em pagamento;

III - direito real de superfície, servidão, usufruto, uso ou habitação;

IV - permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;

V - arrematação e remição;

VI - adjudicação que não decorra de sucessão hereditária;

VII - incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição, ressalvados os casos previstos nos incisos I e II do art. 77 deste Código;

VIII - transferência de imóvel do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores, ressalvado o disposto no inciso III do *caput* do art. 77 deste Código;

IX - transferência de direitos sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;

X - cessão de direito a sucessão, ainda que por desistência ou renúncia, quando ocorrer de forma onerosa;

XI - no mandato em causa própria, e respectivo subestabelecimento, quando este configure transação e o instrumento contenha requisitos essenciais à compra e à venda;

XII - concessão de uso especial para fins de moradia;

XIII - concessão de direito real de uso;

XIV - sub-rogação na cláusula de inalienabilidade;

XV - acessão física, quando houver pagamento de indenização;

XVI - cessão do direito real de superfície;

XVII - cessão do direito real de usufruto;

XVIII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XIX - cessão de direito na acessão física, quando houver pagamento de indenização;

XX - cessão de direito do arrematante, do adjudicatário ou do remitente, depois de assinado o Auto de Arrematação, Adjudicação ou Remição;

XXI - cessão de benfeitorias e construções em terreno comprometido à venda ou alheio;

XXII - excesso em bens imóveis, situados em Albertina, partilhados ou adjudicados, na dissolução da sociedade conjugal, a um dos cônjuges;

XXIII - tornas ou reposições que ocorram:

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando, em face ao valor dos imóveis, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, for atribuído a um dos cônjuges separados ou divorciados, ou ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro, recebimento de imóvel situado no Município, como quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;

b) nas divisões, para extinção de condomínio de imóvel, situado em Albertina, quando qualquer condômino receber quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal;

XXIV - em todos os demais atos e contratos onerosos translativos da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, ou dos direitos sobre imóveis;

XXV - qualquer ato judicial ou extrajudicial *inter vivos*, não especificados nos incisos I a XXIV deste artigo, que importe em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos relativos aos mencionados atos; ou,

XXVI - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso XXV.

§ 1º Para efeitos de incidência do ITBI, equiparam-se à compra e à venda, a permuta:

I - de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II - de bens imóveis situados em Albertina por outros quaisquer bens que estejam situados fora do seu território.

§ 2º A incidência do ITBI se dará por ocasião dos registros dos títulos, no Cartório de Registro de Imóveis competente, relativos às transmissões onerosas de bens imóveis *inter vivos* e de direitos reais sobre imóveis, bem como relativos às cessões onerosas de direitos delas decorrentes.

§ 3º Cessão de Direitos, para o disposto neste Código, é o instrumento através do qual se opera a transmissão de direitos reais sobre determinado bem.

§ 4º Na dissolução de sociedade conjugal, quando da realização da transferência de titularidade de qualquer bem imóvel, individualmente considerado, a incidência do ITBI se dará sobre cinquenta por cento do valor do bem.

§ 5º A declaração de inexistência de excesso de meação somente será emitida quando houver as transferências de titularidade de todos os imóveis conjuntamente.

§ 6º Incidirá ITBI sempre que o imóvel estiver situado em Albertina, mesmo que o título translativo tenha sido lavrado em qualquer outro Município.

CAPÍTULO II - DA NÃO INCIDÊNCIA DO ITBI

Art. 77. Não incide ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos, quando:

I - incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital social;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

II - decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica; e,

III - da desincorporação aos mesmos alienantes dos bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital social.

§ 1º Não se aplica o que dispõem os incisos I, II e III do *caput* deste artigo, quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e a venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

§ 2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de cinquenta por cento da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos vinte e quatro meses anteriores e nos vinte e quatro meses seguintes à aquisição, decorrerem de transações a que se referem o § 1º deste artigo.

§ 3º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de vinte e quatro meses antes dela, apurar-se-á a preponderância, considerando-se os trinta e seis meses seguintes à data da aquisição.

§ 4º Verificada a preponderância a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo, tornar-se-á devido o ITBI nos termos da disposição legal vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles.

§ 5º A preponderância da atividade referida no § 1º deste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

§ 6º A prova de inexistência da preponderância da atividade, sujeita ao exame e verificação fiscal, deverá ser demonstrada pelo adquirente mediante apresentação dos atos constitutivos atualizados ou Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial dos dois últimos exercícios.

§ 7º O Chefe do Poder Executivo Municipal definirá, em regulamento, os procedimentos inerentes ao disposto no § 6º deste artigo e ao exame e reconhecimento da não incidência.

CAPÍTULO III - DA SUJEIÇÃO PASSIVA

Seção I - Do Contribuinte do ITBI

Art. 78. É contribuinte do ITBI:

I - na transmissão de bens imóveis ou de direitos reais: o adquirente do bem ou do direito transmitido;

II - na cessão de bens imóveis ou de direitos reais: o cessionário do bem ou do direito cedido;

III - no caso de cessão de direito real de promessa de compra e venda: o cessionário do direito real da promessa de compra e venda;

IV - na permuta de bens ou de direitos: qualquer um dos permutantes do bem ou do direito permutado, cabendo a cada permutante a responsabilidade pelo pagamento do ITBI sobre o valor do bem imóvel ou do direito real adquirido.

Seção II - Dos Responsáveis Solidários pelo Pagamento do ITBI

Art. 79. Respondem solidariamente pelo pagamento do ITBI:

I - na transmissão de bens imóveis ou de direitos reais: o transmitente, em relação ao adquirente do bem ou do direito transmitido;

II - na cessão de bens imóveis ou de direitos reais: o cedente, em relação ao cessionário do bem ou do direito cedido;

III - na permuta de bens ou de direitos: o permutante, em relação ao outro permutante do bem imóvel ou do direito real permutado;

IV - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados, em razão de seu ofício, ou pelos erros ou omissões por que forem responsáveis;

V - as pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesse comum na situação que tenha dado origem ao fato gerador do imposto;

VI - todo aquele que comprovadamente concorra para a sonegação do imposto.

CAPÍTULO IV - DO CÁLCULO DO ITBI

Seção I - Da Base de Cálculo do ITBI

Art. 80. A base de cálculo do ITBI é o valor venal do imóvel ou dos direitos a ele relativos, transmitidos ou cedidos.

Art. 81. O valor venal, base de cálculo do ITBI, será o valor atual de mercado do imóvel ou dos direitos a ele relativos, transmitidos ou cedidos, determinado pela Administração Tributária, com base nos elementos que dispuser, podendo ser estabelecido através:

I - de avaliação efetuada com base nos elementos aferidos no mercado imobiliário do Município de Albertina;

II - dos elementos constantes do CIF, que instruíram a cobrança do IPTU;

III - do valor declarado pelo próprio sujeito passivo, ou por procurador legalmente constituído para tal fim específico.

§ 1º Prevalecerá, dentre os incisos I a III deste artigo, para fins de cobrança do imposto, o que resultar de maior valor.

§ 2º Em nenhum caso a avaliação poderá ser inferior ao valor venal utilizado no exercício correspondente que serviu de base de cálculo do IPTU.

§ 3º Nas arrematações judiciais, bem como nas adjudicações e remições, a base de cálculo não poderá ser inferior ao valor da arrematação, da adjudicação ou da remição, respectivamente, atualizado, anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, até a data do lançamento do ITBI, que se dará por ocasião do registro imobiliário do ato judicial.

§ 4º Na inexistência de lançamento do IPTU, os atos translativos somente serão celebrados após o cadastramento do imóvel, ou se ele estiver situado na zona rural, mediante apresentação de certidão dessa circunstância, expedida pelo Fisco.

§ 5º Quando o valor venal do imóvel não fizer parte do cadastro de imóveis do Município, para áreas não loteadas localizadas na zona urbana, ou, no caso de imóveis rurais, estipula-se ele em 60,00% (sessenta inteiros por cento) da URM por metro quadrado.

Art. 82. Na avaliação para fins de fixação da base de cálculo, a Administração Tributária observará, dentre outros, os seguintes elementos:

I - características do terreno e da construção:

a) a forma, dimensão e utilidade;

b) o estado de conservação; e

c) a localização e o zoneamento urbano.

II - o custo unitário da construção e os valores:

a) aferidos no mercado imobiliário; e

b) das áreas vizinhas ou situadas em áreas de valor econômico equivalente.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 83. No caso de imóvel situado na zona urbana ou de expansão urbana do Município, quando o valor base de cálculo do ITBI deva ser determinado pela Administração Tributária, na forma do inciso II do *caput* deste artigo, usando dos elementos constantes do CIF, acrescer-se-á:

- I - para os imóveis edificados, 500 (quinhentas) URM; e,
- II - para os imóveis não edificados, 200 (duzentas) URM.

Seção II - Da Alíquota do ITBI

Art. 84. A alíquota do ITBI é de 2,00% (dois inteiros por cento) sobre o valor estabelecido como base de cálculo do imposto.

Parágrafo único. A alíquota do ITBI será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor estabelecido como base de cálculo do imposto para transmissões compreendidas no sistema financeiro da habitação, em relação à parcela financiada.

Seção III - Do Lançamento do ITBI

Art. 85. No lançamento do ITBI, diretamente ou mediante declaração do sujeito passivo, serão consideradas:

- I - as situações fáticas dos bens ou dos direitos transmitidos, cedidos ou permutados, com base no que dispõe o art. 82 deste Código; e
- II - as formas de avaliação a que se referem os arts. 81 e 83 deste Código.

§ 1º A Administração Tributária poderá notificar o contribuinte para, no prazo de trinta dias, contados da ciência do ato, prestar informações sobre a transmissão, cessão ou permuta de bens ou direitos, sempre que julgar necessário, com base nas quais poderá efetuar o lançamento do ITBI.

§ 2º O lançamento ocorrerá em nome do contribuinte ou responsável solidário quando a transmissão de bens ou direitos for solicitada pelo sujeito passivo ou identificada pelo agente do Fisco.

§ 3º Os notários, oficiais de registro de imóveis, ou seus prepostos, ficam obrigados a verificar a exatidão e a suprir as eventuais omissões dos elementos de identificação do contribuinte e do imóvel ou direito transacionado, cedido ou permutado, no documento de arrecadação e nos atos em que intervierem.

§ 4º Não serão abatidas do valor, as dívidas que onerem o imóvel transferido.

Seção IV - Do Recolhimento do ITBI

Art. 86. O recolhimento do ITBI será efetuado em parcela única, sendo indispensável a sua quitação definitiva para o registro, no Cartório de Registro de Imóveis competente, da transmissão, da cessão ou da permuta de bens imóveis ou de direitos a eles relativos.

§ 1º O imposto será pago através de Documento de Arrecadação de Tributos Municipais (DATM), como receita "Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos", com prazo de sete dias, e, se não pago no respectivo vencimento, será corrigido, anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, acrescidas de juros moratórios e multa.

§ 2º Nas transações em que figurem como adquirentes ou cessionários, pessoas imunes, ou quando se verificar a não incidência do ITBI, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por

certidão própria, na forma estabelecida na legislação tributária municipal, que será transcrita no instrumento, termo ou contrato de transmissão.

§ 3º O imposto será pago até o momento dos registros dos títulos, no Cartório de Registro de Imóveis competente, relativos às transmissões onerosas de bens imóveis, *inter vivos*, e de direitos reais sobre imóveis, bem como relativos às cessões onerosas de direitos delas decorrentes.

Seção V - Da Restituição do ITBI

Art. 87. Descabe a restituição do ITBI recolhido sobre as transmissões onerosas de bens imóveis, *inter vivos*, e de direitos reais sobre imóveis, bem como sobre as cessões onerosas de direitos delas decorrentes, nos termos deste Código, salvo no caso de cobrança indevida.

§ 1º Entende-se por cobrança indevida:

- I - aquela com infringência dos dispositivos que preveem imunidade ou não incidência tributária;
- II - a que possui erro na determinação da alíquota ou do valor aplicável;
- III - a que tem origem em ato ou contrato nulo, assim declarado por decisão administrativa definitiva ou decisão judicial transitada em julgado.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do § 1º deste artigo, o contribuinte deverá apresentar a documentação exigida na forma estabelecida em regulamento.

CAPÍTULO V - DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

Art. 88. A prova do pagamento do ITBI e a correspondente Certidão Negativa de Débito deverão ser exigidas pelos escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos, seus prepostos e serventuários da justiça, quando da prática de atos, dentre os quais a lavratura, registro ou averbação, relativos a termos relacionados à transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões ou permutas.

§ 1º Não será lavrado, registrado, inscrito ou averbado nenhum termo, ou praticado qualquer ato relacionado ou que importe em transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, cessões ou permuta, sem que os interessados apresentem:

I - Certidão Negativa de Débito que comprove a quitação dos impostos de competência do Município, incidentes sobre o imóvel; e

II - comprovante de pagamento do ITBI, através do documento original de arrecadação ou Declaração de Quitação deste, expedida pela autoridade competente.

§ 2º Nos casos de imunidade ou não incidência do ITBI, os interessados deverão apresentar, alternativamente à documentação prevista no inciso II do § 1º deste artigo, a respectiva Declaração de Reconhecimento Administrativo do gozo do benefício fiscal ou da não incidência tributária.

§ 3º Dos documentos previstos nos incisos I e II do § 1º e no § 2º deste artigo deverá ser efetuada a transcrição do inteiro teor no instrumento respectivo.

§ 4º Os oficiais de Registro de Imóveis, tabeliães, escrivães, notários ou seus prepostos, deverão fazer expressa referência no instrumento, termo, escritura e registro:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

I - ao Documento de Arrecadação de Tributos Municipais (DATM) ou à Declaração de Quitação do ITBI;

II - ao documento firmado pela Administração Tributária que conferiu o reconhecimento administrativo da imunidade, isenção ou não incidência do ITBI.

§ 5º A providência constante do § 4º deste artigo aplica-se, também, no caso de escrituras lavradas em outros Municípios, quando efetuada a transcrição do respectivo registro no cartório de origem do imóvel; e no caso de escrituras lavradas em cartório distinto do cartório de origem do imóvel, este deverá arquivar cópias autênticas dos documentos citados nos incisos I e II do § 4º deste artigo.

§ 6º Os oficiais de Registro de Imóveis, tabeliães, notários, ou seus prepostos, deverão verificar e informar ao Fisco sobre:

I - ocultação da existência de frutos pendentes e outros bens ou direitos tributáveis, transmitidos juntamente com a propriedade;

II - falsidade em documentos, no todo ou em parte, quando verificado que a pessoa jurídica gozou do benefício destinado a quem não desenvolve atividade preponderante de compra e venda, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, bem como cessão de direitos relativos à sua aquisição;

III - falsidade de documento que instruiu a dispensa do pagamento do ITBI, pelo reconhecimento de imunidade ou não incidência.

Art. 89. Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos, seus prepostos e os serventuários da justiça não poderão embarçar a fiscalização do ITBI, pelo Departamento de Tributação, obrigando-se a:

I - facilitar e facultar o exame, em cartório, dos livros, registros, autos, documentos e papéis que interessem à arrecadação do tributo;

II - fornecer aos agentes do Fisco, competentes à fiscalização do ITBI, quando solicitada, certidão dos atos lavrados, transcritos, averbados, inscritos ou registrados, concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos; e

III - fornecer, na forma regulamentar, dados relativos às guias de recolhimento que lhes foram apresentadas.

Art. 90. Os cartórios situados no Município de Albertina remeterão ao Departamento de Tributação, até o dia quinze do mês subsequente, relação de todos os atos e termos transcritos, averbados, lavrados, inscritos ou registrados no mês anterior, que possam estar sujeitos à incidência do ITBI.

Parágrafo único. Constará na relação a que se refere o *caput*, deste artigo, o seguinte:

I - identificação do imóvel, número da inscrição imobiliária, o valor da transmissão, da cessão ou da permuta;

II - nome, CPF e endereço do transmitente, do adquirente, do cedente, do cessionário e dos permutantes, conforme o caso;

III - o valor do imposto recolhido, a data de pagamento e a instituição arrecadadora; e

IV - o número do processo de ITBI que serviu de base para emissão da guia do imposto.

CAPÍTULO VI - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 91. Na falta de recolhimento do ITBI, total ou parcial, será aplicada multa por infração, definida no inciso III do art. 480 deste Código.

§ 1º O descumprimento de obrigação acessória sujeita o contribuinte do ITBI ao pagamento de multa estabelecida neste Código e na forma que dispuser o regulamento.

§ 2º Os juros de mora, de um por cento ao mês ou fração, incidirão sobre o valor do ITBI atualizado, anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo.

Art. 92. Os oficiais de Registro de Imóveis, tabeliães, escrivães, notários, ou seus prepostos, que infringirem disposições relativas ao ITBI responderão solidariamente, pelo pagamento do imposto devido.

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações acessórias previstas nos arts. 88, 89 e 90 deste Código é considerado infração e sujeitará os responsáveis solidários mencionados no *caput* deste artigo ao pagamento de multa estabelecida neste Código, e na forma que dispuser o regulamento.

Art. 93. Cada reincidência ao disposto no parágrafo único do art. 92 deste Código, quando verificada a mesma natureza da infração, será agravada com multa em dobro.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, considera-se reincidência a repetição de infração referida no parágrafo único do art. 92 deste Código, igual à anteriormente cometida, nos dois anos subsequentes ao cometimento do ato infracional, contados da data do recolhimento do crédito tributário pelo infrator ou, se inexistente o pagamento, da decisão administrativa definitiva que pugnou pela procedência do lançamento.

Art. 94. O débito vencido será encaminhado para cobrança, com posterior inscrição em dívida ativa, se for o caso.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS RELATIVAS AO ITBI

Art. 95. Na transmissão de terreno ou fração ideal do terreno, bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulada com contrato de construção, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato. Caso contrário, serão incluídas a construção e as benfeitorias no estado em que se encontrarem por ocasião do ato translativo da propriedade ou do direito real, para efeito de exigência do imposto.

§ 1º O promitente comprador de lote de terreno que vier a construir no imóvel antes da escritura definitiva, ficará sujeito ao pagamento do imposto relativamente ao valor da construção ou da benfeitoria, salvo se comprovar que as obras foram realizadas após a celebração do contrato de compra e venda, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - alvará de licença para construção em nome do promitente comprador;

II - contrato de construção, devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos; ou

III - ata de constituição do condomínio, devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, constando a relação dos condôminos que aderiram ao contrato de formação do condomínio até a data do registro.

§ 2º Poderão ser exigidos outros documentos comprobatórios da anterioridade da aquisição do imóvel, caso o Fisco Municipal julgue necessário.

§ 3º As disposições deste artigo não se aplicam às transmissões de imóveis construídos nas



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

modalidades previstas no *caput* e parágrafo único do art. 96 deste Código.

Art. 96. Diz-se haver incorporação imobiliária direta quando o incorporador-construtor possuir direito real sobre o imóvel onde efetue a construção.

Parágrafo único. No âmbito do Município de Albertina, equipara-se à incorporação imobiliária direta, nos seus efeitos tributários, o empreendimento para o qual, mesmo sem o construtor possuir direito real sobre o imóvel onde efetue a construção, sejam apresentados para o Fisco Municipal, cumulativamente, os seguintes documentos:

I - promessas de compra e venda para entrega futura de unidades autônomas negociadas;

II - a indicação nos documentos de responsabilidade técnica (ART de Projetos, ART de Construção e Alvará de Construção) de que o construtor é o proprietário da obra e o responsável pela construção; e

III - os registros contábeis e as declarações fiscais demonstrando que a receita de venda das unidades autônomas negociadas pertence ao próprio construtor.

Art. 97. Na incorporação imobiliária em que a aquisição do terreno se der com pagamento total ou parcial em unidades a serem construídas, estas deverão ser discriminadas nos contratos, com valores normais de comercialização no mercado imobiliário de Albertina, valores estes que serão atualizados anualmente pelo IPCA-E, na forma deste Código, para fins de cálculo do ITBI, quando da transmissão das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes.

Parágrafo único. Nos processos de ITBI em que houver permuta de terreno por unidades futuras a serem construídas, deverão ser abertas inscrições imobiliárias provisórias no cadastro imobiliário, para fins de registro da transferência das referidas unidades autônomas.

Art. 98. Sempre que sejam omissos ou não mereçam fê os esclarecimentos e as declarações prestadas, os documentos expedidos ou os recolhimentos efetuados pelo sujeito passivo ou por terceiro legalmente obrigado, o Fisco Municipal, mediante processo regular, arbitrará o valor da base de cálculo, observados os elementos constantes do art. 82 deste Código.

Parágrafo único. Não concordando com o valor arbitrado, o contribuinte poderá oferecer avaliação contraditória, na forma, condições e prazos regulamentares.

Art. 99. Na administração do ITBI, aplicam-se, no que couberem, as normas estabelecidas neste Código.

TÍTULO V - DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN)

CAPÍTULO I - DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 100. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) tem como fato gerador a prestação de serviços, discriminados na Lista de Serviços, constante do Anexo IV deste Código, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na Lista de Serviços, constante do Anexo IV deste Código, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O ISSQN incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado, do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis, do resultado financeiro obtido no exercício da atividade e do pagamento, recebimento ou não do preço do serviço prestado ou qualquer condição relativa à forma de sua remuneração.

Art. 101. Considera-se ocorrido o fato gerador do ISSQN no momento da prestação do serviço, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo.

Art. 102. O contribuinte que exercer mais de uma das atividades relacionadas no Anexo IV deste Código ficará sujeito à incidência do ISSQN sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo não regularmente inscrito.

CAPÍTULO II - DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 103. O imposto não incide sobre:
I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;

IV - os serviços não constantes do Anexo IV deste Código, ressalvados os que têm natureza congênere.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I deste artigo, os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

CAPÍTULO III - DAS ISENÇÕES

Art. 104. São isentas do pagamento do ISSQN as prestações de serviços efetuadas por:

I - associações comunitárias e clubes de serviço cuja finalidade essencial, nos termos do respectivo estatuto e tendo em vista os atos efetivamente praticados, esteja voltada para o desenvolvimento da comunidade;

II - artistas de circo, atores, atrizes, músicos, escritores, poetas e humoristas, desde que se trate de profissionais locais, devidamente inscritos nas respectivas ordens ou conselhos profissionais e cadastrados no Departamento de Tributação como profissional autônomo;

III - associações culturais e desportivas, sem venda de pules ou talões de apostas;

IV - entidades beneficentes e associações filantrópicas, em serviços promovidos diretamente com



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

renda em seu favor, através de exposições, quermesses e similares, espetáculos cinematográficos e teatrais, observadas as demais condições estabelecidas na legislação;

V - o artista, o artífice ou o artesão que exerça atividade na própria residência sem auxílio de terceiros e sem propaganda de qualquer espécie;

VI - organização de bailes e festas tipicamente populares promovidas por entidades carnavalescas, sociedades e associações pró-melhoramentos de bairros e entidades de assistência social e religiosa.

§ 1º As isenções serão reconhecidas mediante despacho, nas condições estabelecidas em regulamento.

§ 2º Considera-se artista local aquele que comprovar residência fixa em Albertina pelo menos um ano antes do pedido da isenção.

§ 3º A isenção será concedida àqueles inscritos prévia e regularmente no cadastro mercantil de contribuintes de Albertina.

Art. 105. A forma e prazos para o reconhecimento das isenções relativas ao ISSQN serão fixados em regulamento.

CAPÍTULO IV - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO E DO PAGAMENTO

Art. 106. Para os efeitos de incidência e do pagamento do ISSQN, o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX deste artigo, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do serviço previsto no § 1º do art. 100 deste Código;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 do Anexo IV deste Código;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.17 do Anexo IV deste Código;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 do Anexo IV deste Código;

V - das edificações em geral, estradas, pontes e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 do Anexo IV deste Código;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 do Anexo IV deste Código;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 do Anexo IV deste Código;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 do Anexo IV deste Código;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 do Anexo IV deste Código;

X - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 do Anexo IV deste Código;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 do Anexo IV deste Código;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 do Anexo IV deste Código;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 do Anexo IV deste Código;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas, vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 do Anexo IV deste Código;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 do Anexo IV deste Código;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, do Anexo IV deste Código;

XVII - onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelos subitens 16.01 e 16.02 do Anexo IV deste Código;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 do Anexo IV deste Código;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 do Anexo IV deste Código; e

XX - do terminal rodoviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 do Anexo IV deste Código.

§ 1º No caso dos serviços descritos no subitem 3.03, do Anexo IV deste Código, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município de Albertina quando em seu território houver extensão de rodovia, pontes, postes, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços descritos no subitem 22.01 do Anexo IV deste Código, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município de Albertina quando em seu território houver extensão de rodovia explorada mediante cobrança de preço ou pedágio.

CAPÍTULO V - DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Seção Única - Da Caracterização

Art. 107. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, ou onde sejam planejados, organizados, controlados, administrados, fiscalizados ou executados serviços, total ou parcialmente, e que configure unidade econômica ou profissional.

Parágrafo único. É irrelevante para a caracterização do estabelecimento prestador a denominação de sede, matriz, filial, loja, oficina, posto de atendimento, agência, sucursal, escritório de representação, ou contato, ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 108. A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução das atividades de prestação dos serviços;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

II - estrutura organizacional ou administrativa;
III - inscrição nos órgãos previdenciários;
IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos; ou

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através:

a) da indicação do endereço em impressos, formulários, correspondências, veículos ou em qualquer outro meio;

b) de contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade; ou

c) de conta de telefone, de fornecimento de energia ou água, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 1º A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, para os efeitos do *caput* deste artigo, não o descaracteriza como estabelecimento prestador.

§ 2º São, também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

Art. 109. Quando a atividade tributável for exercida em estabelecimentos distintos, o ISSQN será lançado em cada estabelecimento.

Parágrafo único. Consideram-se estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idênticas atividades, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora com idêntico ramo de atividade, pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que localizados no mesmo imóvel, não se considerando como prédios distintos ou locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem as várias salas ou pavimentos de um mesmo imóvel.

CAPÍTULO VI - DA SUJEIÇÃO PASSIVA

Seção I - Do Contribuinte do ISSQN

Art. 110. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

§ 1º Entende-se por:

I - prestador de serviço a pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, que exerça, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades relacionadas no Anexo IV;

II - profissional autônomo a pessoa física que executa pessoalmente a prestação de serviço inerente à sua categoria profissional e que possua até dois empregados cujo trabalho não interfira diretamente no desempenho de suas atividades;

III - sociedade de profissionais a pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade simples que preste os serviços a que se referem os subitens 4.01, 4.05, 4.06, 4.08, 4.09, 4.10, 4.12, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 17.13, 17.15, 17.18 e 17.19 da Lista de Serviços, constante do Anexo IV deste Código, desde que atendidas as seguintes condições:

a) todos os sócios possuam a mesma habilitação profissional e prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei que rege a profissão;

b) possua até três empregados não habilitados para cada sócio;

c) não possua em seu quadro societário pessoa jurídica;

d) não exerça atividade diversa da habilitação dos sócios;

e) não exerça qualquer atividade que constitua elemento de empresa, nos termos do Código Civil Brasileiro; e

f) que possua registro no órgão fiscalizador do exercício da profissão dos sócios.

§ 2º A solicitação de enquadramento de pessoa jurídica como sociedade de profissionais será dirigida ao responsável pelo Departamento de Tributação, para análise e deferimento, com o enquadramento sendo registrado no Cadastro Mercantil de Contribuintes (CMC) a partir do primeiro dia do exercício seguinte.

§ 3º O contribuinte que optar pelo regime de tributação fixa da sociedade de profissionais para um exercício financeiro, não poderá requerer, para o mesmo exercício, a mudança do regime de tributação.

Seção II - Dos Responsáveis pelo Recolhimento do ISSQN

Subseção I - Dos Responsáveis Solidários pelo Recolhimento

Art. 111. São responsáveis solidários pelo recolhimento do ISSQN:

I - os que permitirem em seu estabelecimento ou domicílio, exploração de atividade tributável sem estar, o prestador de serviço, inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido sobre essa atividade;

II - os que efetuarem pagamento de serviços a empresas ou profissionais autônomos, não cadastrados ou em situação fiscal irregular, junto ao CMC, pelo ISSQN cabível nas operações;

III - o empresário, promotor, produtor ou contratante de artistas, shows e profissionais, qualquer que seja a natureza do contrato;

IV - os construtores, os empreiteiros ou quaisquer outros contratantes de obras de construção civil, pelo ISSQN devido por empreiteiros ou subempreiteiros não estabelecidos no Município;

V - os titulares de direitos sobre prédios ou os contratantes de obras e serviços, se não identificarem os construtores, empreiteiros de construção, reconstrução, reforma, reparação ou acréscimo desses bens, pelo ISSQN devido pelos construtores ou empreiteiros;

VI - o proprietário da obra em relação aos serviços da construção civil, que lhe forem prestados sem a documentação fiscal correspondente, ou sem a prova do pagamento do ISSQN pelo prestador de serviços;

VII - as empresas que utilizarem serviços:

a) de terceiros, pelo ISSQN incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores documento fiscal idôneo;

b) de profissionais autônomos, pelo ISSQN incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores prova de quitação fiscal e de sua inscrição;

VIII - o cedente de direitos de uso, ou o proprietário de salão de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, *stands*, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, clubes recreativos, clubes de serviços, parques de diversões ou qualquer estabelecimento, dos eventos ou negócios de qualquer natureza realizados nestes locais.

Subseção II - Dos Substitutos Tributários Responsáveis pelo Recolhimento do ISSQN



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 112. São responsáveis quanto ao recolhimento do ISS, das multas e dos acréscimos legais, quando tomarem serviços de pessoas físicas ou jurídicas cadastradas ou não no Município e ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária, as pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, abaixo relacionadas:

I - os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de quaisquer dos poderes da União, do Estado de Minas Gerais e do Município de Albertina;

II - os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e os equiparados, quando autorizados;

III - as concessionárias e permissionárias de serviços públicos concedidos ou permitidos por qualquer das esferas de governo da federação;

IV - as empresas que exploram serviços de plano de saúde, previdência oficial ou privada, ou de assistência médica, hospitalar e congêneres;

V - os hospitais e clínicas públicos e privados;

VI - os serviços sociais autônomos;

VII - os supermercados e as administradoras de condomínios;

VIII - as incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil;

IX - as empresas de hospedagem;

X - as empresas de rádio, televisão e jornal;

XI - as demais empresas que explorem as atividades de comércio, indústria e serviço, relacionadas em regulamento.

§ 1º O ISS, as multas e acréscimos legais deverão ser recolhidos pelos tomadores de serviços na hipótese de serviço prestado:

I - em caráter pessoal por profissional autônomo que não comprove a inscrição no CMC e que não apresente Certidão Negativa de Débitos municipal;

II - por empresa sob o regime de estimativa que não apresente certidão de enquadramento no regime de estimativa fixa do ISS e Certidão Negativa de Débitos municipal;

III - por microempresa municipal que não apresente certificado de enquadramento atualizado junto ao CMC e Certidão Negativa de Débitos municipal;

IV - por pessoa jurídica que alegar e não comprovar imunidade ou isenção, independentemente de regulamentação;

V - por sociedade civil de profissionais que alegar e não apresentar certificado de sociedade civil e Certidão Negativa de Débitos municipal.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no *caput* e § 1º deste artigo, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País; e

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços, descritos abaixo:

a) cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário;

b) execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);

c) demolição;

d) reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de

mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);

e) varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer;

f) limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres;

g) controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos;

h) florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres;

i) escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres;

j) acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo;

k) vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas;

l) fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço;

m) planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

§ 3º O responsável tributário, ao efetuar a retenção do ISS, deverá fornecer ao prestador de serviços o comprovante da retenção efetuada.

§ 4º Os responsáveis a que se referem o *caput* e os §§ 1º e 2º deste artigo, estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente da efetivação da sua retenção na fonte.

§ 5º Os responsáveis a que se referem os incisos I, II, III, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI deste artigo, serão nomeados de forma individualizada através de regulamento

Art. 113. A responsabilidade do prestador de serviço não será excluída quando o recolhimento do ISS realizado pelo substituto tributário ocorrer em valor inferior ao efetivamente devido, em decorrência de incorreção na emissão da Nota Fiscal de Serviço Convencional ou Nota Fiscal de Serviço Eletrônica.

Art. 114. A responsabilidade subsidiária do prestador de serviço não será excluída na hipótese de não ocorrer o recolhimento do ISS pelo substituto tributário ou ainda quando o recolhimento ocorrer em valor inferior ao efetivamente devido, no caso de correta emissão da Nota Fiscal de Serviço Convencional ou Nota Fiscal de Serviço Eletrônica.

Art. 115. A legislação tributária do Município disciplinará a forma como a atribuição da responsabilidade de efetuar o recolhimento do ISS se efetivará, na hipótese em que o sujeito passivo for nomeado substituto tributário.

Seção III - Das Disposições Gerais sobre Sujeição Passiva, Retenção e Recolhimento do ISSQN

Art. 116. A legislação tributária estabelecerá normas e condições operacionais relativas ao lançamento, inclusive as hipóteses de substituição ou alteração das modalidades de lançamento.

Art. 117. Respondem solidariamente pelo pagamento do ISSQN todos aqueles que, mediante conluio, concorrerem para a sonegação do imposto.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Parágrafo único. A solidariedade referida no *caput* deste artigo, não comporta benefício de ordem.

Art. 118. São irrelevantes para excluir a responsabilidade pelo pagamento do ISSQN ou pelo cumprimento da obrigação tributária acessória relativa a este tributo:

I - a causa excludente da capacidade civil da pessoa natural;

II - quando a pessoa natural estiver sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - a irregularidade formal na constituição de empresas, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional; e

IV - a inexistência de estabelecimento fixo e a sua clandestinidade, ou a precariedade de suas instalações.

Art. 119. As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento do ISSQN não podem ser opostas ao Fisco Municipal para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

CAPÍTULO VII - DAS ALÍQUOTAS E DA BASE DE CÁLCULO

Seção I - Da Identificação e Sistemática Geral de Cálculo do ISSQN

Art. 120. A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço, e o valor do imposto será calculado aplicando-se, ao preço do serviço, a alíquota correspondente, na forma do Anexo V deste Código.

§ 1º Sempre que o contribuinte exercer mais de uma atividade tributável, plenamente identificáveis, adotar-se-á a alíquota correspondente à base de cálculo de cada uma delas.

§ 2º Para os efeitos do *caput* deste artigo, incorporam-se ao preço dos serviços e integram a base de cálculo do ISSQN:

I - o preço do serviço, a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução;

II - o valor das subempreitadas;

III - os valores acrescidos a qualquer título e os encargos de qualquer natureza, inclusive valores cobrados em separado, a título de ISSQN, com exceção de juros e multas;

IV - os descontos ou abatimentos, excetuando-se os descontos concedidos independentemente de qualquer condição;

V - os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade.

§ 3º Excluem-se da base de cálculo do ISSQN, quando devidamente comprovados com nota fiscal específica:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços, previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, constante no Anexo IV deste Código, na forma definida neste Código;

II - o valor da alimentação e das bebidas fornecidas pelo prestador dos serviços, previstas no subitem 17.10 do Anexo IV deste Código;

III - o valor das peças e partes empregadas pelo prestador dos serviços, previstas nos subitens 14.01 e 14.03 do Anexo IV deste Código;

IV - o valor das despesas realizadas pelos planos de saúde com os seus segurados, previstas nos subitens 4.22 e 4.23 do Anexo IV deste Código, na forma definida no art. 177 desta Lei Complementar.

§ 4º Na falta de preço do serviço a que se refere o *caput* deste artigo, ou não sendo ele desde logo conhecido, poderá o Fisco adotar as hipóteses abaixo:

I - o preço de mercado corrente no Município;

II - a estimativa dos elementos conhecidos ou apurados;

III - a aplicação do preço indireto, estimado em pauta que reflita o preço corrente na praça; ou

IV - o arbitramento da receita bruta conforme disposições dos arts. 129 a 131 deste Código.

§ 5º O preço de determinados tipos de serviços poderá ser fixado pela autoridade tributária, em pauta de preços mínimos.

§ 6º A receita bruta será arbitrada, conforme disposições dos arts. 129 a 131 deste Código e respectivo regulamento, quando:

I - houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços;

II - o preço declarado for inferior ao corrente no Município;

III - o contribuinte não emitir os documentos fiscais nas operações de prestação de serviço;

IV - o sujeito passivo:

a) não estiver inscrito no cadastro; ou

b) não exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do respectivo montante.

Art. 121. Na prestação de serviços a título gratuito ou cortesia, realizada por contribuinte do ISSQN, a base de cálculo será fixada pelo preço do serviço que, mesmo não declarado, não poderá ser inferior ao vigente no Município.

Art. 122. Nas prestações de serviços a que se refere:

I - o subitem 3.03 do Anexo IV deste Código, quando os serviços forem prestados no território de Albertina e de outro Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município;

II - o subitem 22.01 do Anexo IV deste Código, o ISSQN será calculado sobre a parcela do preço correspondente à proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada, no território do Município, ou da metade da extensão de ponte que interligar o Município de Albertina a outro.

Parágrafo único. Considera-se rodovia explorada o trecho limitado pelos pontos equidistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles e o ponto inicial ou terminal da rodovia.

Subseção I - Do Cálculo do ISS dos Prestadores de Serviço Sob a Forma de Sociedades de Profissionais

Art. 123. Considera-se, para efeito deste Código, prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal, a execução do serviço realizada pelo próprio contribuinte.

§ 1º No serviço prestado por profissional autônomo, na forma do *caput* deste artigo, o ISSQN será calculado por meio de alíquota fixa e anual, conforme Anexo V deste Código, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

§ 2º Quando os serviços a que se referem os subitens 4.01, 4.05, 4.06, 4.08, 4.09, 4.10, 4.12, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 17.13, 17.15, 17.18 e 17.19 da Lista de Serviços, constante do Anexo IV deste Código, forem prestados por sociedades de profissionais, estas ficarão sujeitas ao imposto fixo e anual, na forma do § 1º deste artigo, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, conforme Anexo V deste Código.

§ 3º Os valores constantes do Anexo V deste Código serão atualizados anualmente com base na variação do IPCA-E calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo.

§ 4º O prestador enquadrado no *caput* deste artigo, que não estiver regularmente inscrito no CMC, terá o ISSQN calculado pela alíquota aplicada sobre o preço dos serviços prestados, conforme os Anexos IV e V deste Código.

Art. 124. O ISSQN devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal, sociedades de profissionais e autônomos, deverá ser lançado anualmente, na forma do regulamento, considerando-se, para tal fim, os dados declarados pelos contribuintes quando da sua inscrição no Cadastro próprio.

§ 1º Para efeito do *caput* deste artigo considera-se ocorrido o fato gerador do ISSQN:

I - em 1º de janeiro de cada exercício, relativamente aos contribuintes já inscritos no exercício anterior;

II - na data do início da atividade, em relação aos contribuintes que vierem a se inscrever no decorrer do exercício.

§ 2º Em relação às sociedades de profissionais, será considerada na base de cálculo do imposto a inclusão ou exclusão de profissional habilitado, dentro do ano em curso, consoante regulamento.

Art. 125. O ISSQN devido pelos prestadores de serviços, sob a forma de trabalho pessoal, deverá ser recolhido de uma só vez ou em prestações mensais e sucessivas, na forma, prazos e condições previstos neste Código e em regulamento, facultando-se ao sujeito passivo o pagamento simultâneo de diversas parcelas.

Subseção II - Do Cálculo do ISSQN de Escritórios de Serviços Contábeis Optantes do Simples Nacional - Regime Fixo

Art. 126. O escritório de serviços contábeis que exerça, exclusivamente, as atividades dos subitens 17.15, 17.18 e 17.19 da Lista de Serviços, constante do Anexo IV deste Código, quando optante do Simples Nacional, ficará sujeito ao recolhimento do ISSQN em valor fixo anual, dividido em quatro parcelas mensais de igual valor, por cada profissional habilitado de nível superior e de nível médio, conforme Anexo V deste Código.

Parágrafo único. Caso o escritório de serviços contábeis, optante do Simples Nacional, exerça outra atividade, diferente das atividades listadas no *caput* deste artigo, ficará sujeito ao recolhimento do ISSQN por alíquota variável, conforme tabela correspondente do Simples Nacional.

Seção II - Das Alíquotas do ISSQN

Art. 127. As alíquotas do ISSQN, observados os serviços constantes dos itens e subitens da Lista correspondente, variam de 2,00% (dois inteiros por cento) a 5,00% (cinco inteiros por cento), conforme o que se encontra fixado no Anexo V deste Código.

Art. 128. Na hipótese em que um mesmo contribuinte efetuar prestação de serviços incluídos em itens distintos da Lista, enquadráveis com alíquotas diferentes, o ISSQN será calculado aplicando-se a alíquota correspondente sobre o respectivo preço de cada serviço prestado.

§ 1º O contribuinte deverá apresentar contratos, documentos fiscais e escrituração que permitam diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de ser aplicada a alíquota mais elevada sobre o preço total dos serviços prestados.

§ 2º O montante do ISSQN é considerado parte integrante do preço referido neste artigo, constituindo o respectivo destaque, nos documentos fiscais, mera indicação de controle.

Seção III - Da Fixação do Arbitramento da Receita Bruta de Prestação de Serviços

Art. 129. A receita bruta será arbitrada, para fins de fixação do valor do ISSQN, quando o sujeito passivo incorrer em qualquer um desses incisos:

I - depois de intimado, duas vezes, deixar de exhibir os documentos, livros, papéis ou arquivos eletrônicos, de natureza fiscal ou comercial, relacionados ao ISSQN, registrados nos órgãos competentes;

II - omitir, por inobservância de formalidades intrínsecas e extrínsecas, ou por não merecer fé, seus livros ou documentos exibidos, ou quando tais documentos não possibilitam a apuração da receita;

III - praticar atos qualificados como crimes ou contravenções, ou que, mesmo sem essa qualificação, tais atos sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, evidenciados pelo exame de seus livros e documentos, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais não refletirem o preço real dos serviços prestados;

IV - não prestar os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, após regularmente intimado;

V - exercer qualquer atividade que constitua fato gerador do ISSQN, sem estar devidamente inscrito no CMC;

VI - praticar, comprovadamente, subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

VII - apresentar recolhimento de ISSQN em valores incompatíveis ou considerados insuficientes, em razão do volume dos serviços prestados;

VIII - efetuar a prestação de serviços, comprovadamente, sem a determinação do preço ou sob a premissa de que tenha sido a título de cortesia;

IX - quando detectada omissão de receita tributável;

X - deixar de emitir notas fiscais de serviço de forma reiterada;

XI - quando o sujeito passivo utilizar equipamento autenticador e transmissor de documentos fiscais eletrônicos que não atenda aos requisitos da legislação tributária.

Parágrafo único. Considera-se prática reiterada, para fins do disposto no inciso X do *caput* deste artigo, a ocorrência, em dois ou mais períodos de apuração, consecutivos ou alternados, de idênticas infrações, inclusive



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

de natureza acessória, verificada em relação aos últimos três anos-calendário.

Art. 130. A base de cálculo do ISSQN lançado por arbitramento será determinada na forma do regulamento e limitada a cento e cinquenta por cento do montante das despesas operacionais.

Art. 131. Quando se tratar de ISSQN relativo à construção ou reforma, a base de cálculo do tributo lançado por arbitramento será o valor venal da construção, respeitada a dedução legal e utilizando-se, quando for o caso, dos seguintes critérios:

I - área construída igual a setenta por cento da área do terreno, por pavimento;

II - padrão da construção médio;

III - FCC - *Conservação* a que alude a alínea g, do inciso III do art. 21 deste Código na conservação boa;

IV - CAT a que se refere o art. 22 deste Código na condição Especial, para todos os itens.

Parágrafo único. Os demais dados cadastrais do imóvel serão coletados com base em verificação *in loco* e por outros meios disponíveis.

CAPÍTULO VIII - DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Seção I - Do Lançamento

Art. 132. O lançamento do ISSQN, na forma do regulamento, far-se-á:

I - mensalmente, por homologação, para as atividades em geral;

II - anual ou mensalmente, por homologação, em relação aos serviços prestados por sociedade de profissionais e por escritórios de serviços contábeis optantes do Simples Nacional;

III - anualmente, de ofício, em relação aos contribuintes autônomos; ou

IV - por ocasião da prestação do serviço, de ofício, em relação aos contribuintes com ou sem estabelecimento fixo, quando exerçam atividades de caráter temporário ou intermitente.

Art. 133. O lançamento do ISSQN será procedido de ofício, ainda:

I - quando calculado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes que independam do preço do serviço, a critério do Fisco;

II - quando em consequência de levantamento fiscal, de revisão interna de declarações prestadas pelo contribuinte ou de informações compartilhadas com Municípios, Estados ou União Federal na forma de lei ou convênio, ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto.

§ 1º Na hipótese em que ocorrer retenção e recolhimento do ISSQN por terceiro, ou ainda pelo próprio contribuinte, em qualquer caso, a regularidade do recolhimento estará sujeita a exame e controle posterior pelo Fisco.

§ 2º O reconhecimento do débito tributário pelo contribuinte, através da emissão da Nota Fiscal de Serviço Convencional ou Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, com a indicação precisa do sujeito passivo e a quantificação do montante devido, equivale ao próprio lançamento.

§ 3º O débito a que se refere o § 2º deste artigo, quando vencido, torna-se imediatamente exigível, podendo ser inscrito em dívida ativa.

Seção II - Do Recolhimento

Art. 134. O sujeito passivo deverá recolher, nas condições e nos prazos regulamentares, o ISSQN próprio e retido na fonte, registrando nos livros fiscais correspondentes.

Art. 135. É facultado ao Fisco, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade, adotar forma diversa de recolhimento, determinando que este se faça antecipadamente, sazonalmente, prestação por prestação, ou por estimativa em relação aos serviços de cada mês.

Art. 136. Quando o pagamento do ISSQN for decorrente do regime de substituição tributária, o regulamento fixará acerca do seu recolhimento.

Art. 137. A prova de quitação do ISSQN será indispensável quando o Município efetuar pagamento decorrente de contratos de que seja parte, e ainda, em outras situações definidas em regulamento.

Seção III - Dos Acréscimos Moratórios

Art. 138. Sem prejuízo da atualização monetária, da multa indenizatória e dos juros moratórios, a falta de recolhimento do ISSQN, nos prazos estabelecidos pelo regulamento, implicará, quando apurados em procedimentos de fiscalização, na imposição de penalidades e cobrança de multas previstas neste Código.

§ 1º Os juros moratórios e as multas indenizatórias incidirão a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

§ 2º O percentual de juros de mora será de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, ou fração de mês.

§ 3º O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, terá o seu valor atualizado, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral.

CAPÍTULO IX - DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Seção I - Disposições Gerais

Art. 139. A legislação tributária estabelecerá as obrigações acessórias no interesse da arrecadação ou da fiscalização, bem como aqueles a elas obrigados, ainda que não sujeitos ao imposto.

§ 1º Os prestadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, e os responsáveis tributários, estão obrigados, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária.

§ 2º O descumprimento das obrigações acessórias sujeita os prestadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, e os responsáveis tributários ao pagamento de multa estabelecida neste Código e na forma que dispuser o regulamento.

Seção II - Da Inscrição e Alteração Cadastral

Art. 140. Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades relacionadas no Anexo IV deste Código, bem como as que exerçam atividades comerciais, industriais, assistenciais ou filantrópicas, ficam obrigadas à inscrição no CMC, ainda que imunes ou isentas do pagamento do ISSQN.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

§ 1º Ficam também obrigadas à inscrição no CMC os órgãos públicos da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios.

§ 2º A inscrição deverá ser requerida antes do início das atividades, com os dados necessários à identificação e à localização das pessoas referidas no *caput* deste artigo.

§ 3º Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única pelo local do domicílio do prestador de serviço.

§ 4º As declarações prestadas no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais não implicam sua aceitação pelo Fisco, o qual poderá revê-las a qualquer tempo, independentemente de prévia comunicação.

§ 5º A inscrição, retificação, alteração, a pedido ou de ofício, não eximem o infrator das multas que lhe couber.

§ 6º As pessoas físicas e jurídicas não estabelecidas no Município de Albertina, que prestarem serviços sujeitos à incidência do ISSQN neste Município, ficam obrigadas a emissão de Nota Fiscal de Serviço Avulsa na forma e condições estabelecidas em regulamento.

Art. 141. Quando as pessoas a que se refere o art. 140 deste Código mantiverem mais de um estabelecimento, em relação a cada um deles será exigida a inscrição.

Art. 142. Poderá ser efetuada diligência cadastral na inscrição, reativação, mudança de endereço ou de atividade, a critério do Fisco.

Art. 143. O Fisco poderá promover de ofício, inscrição, alteração cadastral, atualização ou o cancelamento da inscrição, na forma regulamentar, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 144. O CMC conterà os dados da inscrição do contribuinte, podendo ser alterado posteriormente de ofício, ou voluntariamente pelo contribuinte ou responsável, após o início de suas atividades e sempre que ocorram fatos ou circunstâncias que impliquem em sua modificação.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo deverá ser observado inclusive quando se tratar de venda ou transferência do estabelecimento ou de encerramento da atividade.

Art. 145. O contribuinte do ISSQN será identificado, para efeitos fiscais, pelo respectivo número de inscrição no CMC, o qual deverá constar nos documentos por ele emitidos.

Art. 146. Além da inscrição e respectivas alterações, o contribuinte do ISSQN fica sujeito à apresentação de quaisquer declarações de dados solicitadas pela autoridade fiscal, na forma e nos prazos regulamentares.

Seção III - Da Suspensão e da Baixa de Inscrição

Art. 147. A inscrição no CMC poderá ser suspensa, mediante prévia solicitação do contribuinte, pelo prazo máximo de um ano, não renovável, ou de ofício, pelo Fisco, a qualquer tempo.

Art. 148. O contribuinte é obrigado a requerer junto ao Departamento de Tributação a baixa de inscrição, no prazo de trinta dias contados do arquivamento do distrato social, ou equivalente, no órgão competente.

§ 1º Poderá ser baixada de ofício, a critério da autoridade fiscal, a inscrição do contribuinte do ISSQN no CMC, quando:

I - resultar comprovada a fraude, adulteração, falsificação ou utilização de documentos fiscais, próprio ou de terceiros, considerados inidôneos e com deliberado propósito de furta-se ao pagamento do imposto;

II - comprovada inconsistência de registros e dados que importem na inexistência de veracidade ou inautenticidade de informações cadastrais;

III - quando, passado o prazo da suspensão voluntária a que se refere o art. 147 deste Código, o contribuinte não reativar a inscrição suspensa; ou

IV - outras hipóteses definidas em regulamento.

§ 2º No caso de baixa promovida de ofício, os documentos fiscais em poder do contribuinte serão considerados inidôneos e não poderão ser utilizados após reativada a inscrição e sanadas as irregularidades pelo cumprimento das obrigações tributárias, salvo expressa autorização do Fisco.

Art. 149. Determinada a suspensão ou baixa de ofício da inscrição no CMC, o contribuinte será considerado não inscrito, sujeitando-se, caso continue a exercer a atividade, às penalidades que lhe são próprias, e ainda:

I - à apreensão dos documentos fiscais encontrados em seu poder;

II - à proibição de transacionar com órgãos da Administração Municipal direta e indireta; e

III - ao fechamento do estabelecimento, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Tornar-se-ão sujeitos à aplicação das medidas previstas no *caput* deste artigo, e respectivos incisos, os contribuintes que continuarem a desempenhar suas atividades, quando indeferido o pedido de reativação ou de nova inscrição.

Art. 150. As inscrições no CMC poderão ser suspensas, a critério do Fisco, após a verificação das seguintes irregularidades fiscais praticadas pelo sujeito passivo, quando:

I - não for encontrado em atividade no local informado, conforme verificação fiscal decorrente de diligência cadastral;

II - confeccionar, utilizar ou possuir notas fiscais ou documentos fiscais equivalentes ou impressos sem autorização do Fisco;

III - deixar de exibir a documentação fiscal, quando solicitada pelo agente do Fisco, salvo motivo devidamente justificado;

IV - negar-se a fornecer ou deixar de fornecer nota fiscal ou documento equivalente relativo à prestação de serviços ou ainda, fornecer documentação fiscal inidônea;

V - não atender à convocação para recadastramento; ou

VI - em outras hipóteses previstas em regulamento.

Art. 151. As suspensões de ofício previstas neste Código poderão ser transformadas em baixa de ofício, a qualquer tempo, a critério do Fisco.

Parágrafo único. Os titulares, sócios ou diretores de empresas cujas inscrições tenham sido suspensas ou baixadas de ofício, bem como aquelas com pendências cadastrais ou de débitos tributários ficarão impedidos de participar de outras empresas, até que sejam solucionadas as pendências junto ao Fisco.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 152. A baixa de ofício poderá implicar na inidoneidade dos documentos fiscais, hipótese em que o Fisco poderá requisitar força policial para a apreensão de livros e documentos fiscais.

Parágrafo único. Nos casos em que o Fisco verificar que o contribuinte, após a baixa de ofício, continue no desenvolvimento de atividades, sua inscrição será reativada, para efeito de regularização dos débitos fiscais, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 153. A baixa do empresário ou da pessoa jurídica não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos e respectivas penalidades decorrentes de irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores.

Parágrafo único. A solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores, no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

CAPÍTULO X - DO DOCUMENTÁRIO FISCAL

Seção Única - Dos Documentos Fiscais Relativos ao ISSQN

Art. 154. O Poder Executivo poderá instituir documentos fiscais, por meio eletrônico ou não, para controle da atividade do prestador e do tomador de serviço.

§ 1º O regulamento fixará normas quanto à utilização e guarda de documentos fiscais e livros contábeis.

§ 2º O Fisco poderá dispensar a emissão de documentos fiscais para estabelecimentos que utilizem sistemas de controle do seu movimento capazes de assegurar o seu registro e respectiva autenticidade, de forma satisfatória.

CAPÍTULO XI - DA FISCALIZAÇÃO DO ISSQN

Seção I - Da Competência

Art. 155. São privativamente competentes para o exercício da atividade de fiscalização do ISSQN os servidores ocupantes de cargos efetivos e em exercício, integrantes do Departamento de Tributação.

§ 1º A administração tributária municipal, atividade essencial ao funcionamento do Município, exercida por servidores de carreiras específicas, terá recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuará de forma integrada com as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

§ 2º A administração tributária tem competência para fiscalizar a obrigação principal e as obrigações acessórias respectivas e para verificar a ocorrência das hipóteses previstas no art. 29 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 3º A autoridade fiscal do Município, na hipótese do § 2º deste artigo, tem competência para efetivar o lançamento de todos os tributos previstos nos incisos de I a VIII do art. 13 da LC 123/2006, apurado na forma do Simples Nacional, relativamente a todos os estabelecimentos da empresa, independentemente do ente federado instituidor.

Seção II - Da Ação Fiscal

Art. 156. A fiscalização será exercida, de forma sistemática, sobre todos os sujeitos de obrigações tributárias previstas na legislação do ISSQN, inclusive os que gozarem de isenção ou forem imunes, podendo ocorrer nos estabelecimentos, vias públicas e demais locais onde se exerçam atividades econômicas.

Art. 157. Mediante intimação escrita, o sujeito passivo é obrigado a exibir ou entregar, conforme o caso, documentos, livros, papéis ou arquivos eletrônicos, de natureza fiscal, comercial e contábil.

§ 1º As pessoas inscritas ou obrigadas à inscrição cadastral, e todas as que tomarem parte em prestações relacionadas ao ISSQN, deverão prestar informações solicitadas pelo Fisco.

§ 2º No exercício de sua atividade, a autoridade fiscal poderá ingressar nos estabelecimentos e demais locais onde são praticadas atividades econômicas, tributáveis ou não pelo ISSQN.

§ 3º Em caso de embaraço ou desacato no exercício da função, a autoridade fiscal poderá requisitar auxílio de autoridade policial, com aplicação de penalidade prevista em lei.

Art. 158. Os documentos e livros fiscais serão conservados no estabelecimento onde ocorre o fato gerador do ISSQN, até que ocorra a prescrição do crédito tributário, e serão exibidos à fiscalização quando exigidos, não podendo ser retirados, salvo para apresentação em juízo, ou quando apreendidos ou solicitados pela autoridade-fiscal, nos casos previstos na legislação.

Art. 159. A autoridade-fiscal deverá, ao comparecer ao estabelecimento do contribuinte para efetuar levantamento fiscal, apresentar identificação funcional e lavrar termos de início e conclusão de fiscalização.

§ 1º No exercício da atividade a que se refere o *caput* deste artigo, a autoridade fiscal poderá:

I - exigir do empresário, administrador, sócio ou empregado, as informações que julgar necessárias ao lançamento do imposto;

II - lavrar termo de apreensão de bens móveis, arquivos eletrônicos, livros e documentos fiscais;

III - lavrar auto de infração.

§ 2º O início do procedimento fiscal exclui a espontaneidade do sujeito passivo.

§ 3º O prazo para conclusão do levantamento fiscal a que se refere o *caput* deste artigo, será estabelecido em regulamento.

§ 4º A exigência do crédito tributário decorrente de multa será formalizada em lançamento de auto de infração.

§ 5º É vedado à autoridade de qualquer hierarquia suspender o curso da ação fiscal após a ciência do termo de início da fiscalização pelo sujeito passivo, salvo se por impedimento legal ou natural da autoridade fiscal designada.

§ 6º O descumprimento do disposto no § 5º deste artigo constitui improbidade administrativa.

Art. 160. Considera-se iniciada a ação fiscal:

I - com a Notificação do Termo de Início de Fiscalização ao sujeito passivo; ou

II - com a prática de qualquer ato tendente à apuração do crédito tributário ou do cumprimento de obrigações acessórias.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Parágrafo único. A recusa do recebimento do Termo de Início de Fiscalização, quando declarada pela autoridade fiscal, constitui ciência tácita da notificação.

Art. 161. Considera-se finalizada a ação fiscal com a Notificação do Termo Final de Fiscalização ao sujeito passivo.

Parágrafo único. A recusa do recebimento do Termo Final de Fiscalização e de Auto de Infração, quando declarada pela autoridade fiscal, constitui ciência tácita da notificação.

Art. 162. O contribuinte do ISSQN que reincidir em infração às normas do referido imposto poderá ser submetido, por ato da autoridade fiscal competente, a sistema especial de controle e fiscalização, disciplinado em regulamento.

Art. 163. Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização, a autoridade fiscal competente poderá exigir a adoção de instrumentos ou documentos especiais que julgue necessários à apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES GERAIS, ESPECIAIS E FINAIS RELATIVAS AO ISSQN

Seção I - Disposições especiais Das Especificidades da Lista de Serviços

Subseção I - Dos Serviços Relativos a Hospedagem, Turismo, Viagens e Congêneres

Art. 164. No serviço de hospedagem de qualquer natureza em hotéis, flats, hotéis residência, *residence-service*, *suite-service*, pousadas, pensões e congêneres, integram a base de cálculo do imposto o valor da alimentação e dos demais serviços fornecidos ao hóspede, quando incluídos no preço da diária, bem como os valores cobrados a parte, a título de imposto.

Art. 165. Na base de cálculo do imposto devido pelas agências de turismo e pelas intermediárias nas vendas de passagens, incluem-se as passagens e hospedagens concedidas gratuitamente, quando negociadas com terceiros.

Subseção II - Dos Serviços de Diversões Públicas, Lazer, Entretenimento e Congêneres

Art. 166. Integra a base de cálculo do imposto, indistintamente, o valor dos ingressos, abadás, cartões ou qualquer outro meio de entrada, distribuídos a título de cortesia.

Art. 167. O contribuinte ou responsável por qualquer casa ou local em que se realizem espetáculos, *shows* ou exibições de filmes e congêneres são obrigados a comunicar previamente ao Departamento de Tributação a lotação de seu estabelecimento, bem como as datas e horários de seus espetáculos e os preços dos ingressos.

Subseção III - Dos Serviços de Distribuição e Venda de Bilhetes e Demais Produtos de Loteria, Bingos, Cartões, Cupons de Apostas, Sorteios, Prêmios, Inclusive os Decorrentes de Títulos de Capitalização e Congêneres

Art. 168. Na prestação dos serviços constantes do subitem 19.01 do Anexo IV deste Código, integra-se à base de cálculo os valores pagos a título de premiação ou qualquer outro.

Subseção IV - Dos Serviços de Registros Públicos, Cartorários e Notariais

Art. 169. Na prestação dos serviços constantes do subitem 21.01 do Anexo IV deste Código, considera-se base de cálculo os valores das receitas relacionadas aos serviços de registros e de atos notariais, exceto as taxas instituídas em favor do Poder Judiciário.

Subseção V - Dos Serviços de Educação, Instrução, Treinamento e Avaliação Pessoal e Congêneres

Art. 170. A base de cálculo do imposto devido pelos estabelecimentos de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação, em relação aos serviços da mesma natureza, compõe-se:

I - das mensalidades ou anuidades cobradas, inclusive as taxas de inscrição e/ou matrícula;

II - da receita oriunda do transporte dos alunos;

III - da receita obtida pelo fornecimento de alimentação aos alunos.

Parágrafo único. Os elementos constantes dos incisos II e III deste artigo, só integram a base de cálculo do serviço de ensino, quando cobrados no preço da mensalidade.

Subseção VI - Dos Serviços Relativos a Engenharia, Arquitetura, Geologia, Urbanismo, Construção Civil, Da Manutenção, Limpeza, Meio Ambiente, Saneamento e Congêneres

Art. 171. Excluem-se da base de cálculo do ISSQN, quando devidamente comprovado com nota fiscal de mercadoria específica, o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviço, constante do Anexo IV deste Código.

§ 1º Para comprovação dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços e objetivando as deduções da base de cálculo, nos termos do disposto no inciso I do § 3º do art. 120 deste Código, o contribuinte procederá da forma seguinte:

I - toda dedução deve ser individualizada, obra a obra, e deve estar documentada:

a) pela nota fiscal emitida pelo fornecedor do material ou serviço, com indicação do local da obra e data anterior da nota fiscal de serviços de cujo valor será deduzido o valor da primeira;

b) pela nota fiscal de remessa, emitida pela empreiteira, caso o material tenha sido entregue em local diverso, com indicação expressa do local da obra; e

c) pelo registro nos seus livros contábeis (receitas e despesas), discriminando obra por obra, de forma a simplificar a constatação do Fisco.

II - não serão deduzidos da base de cálculo, por não se incorporarem à obra:

a) fretes e carretos;

b) locação de máquinas e equipamentos utilizados em serviços alheios à construção civil;

c) conserto e manutenção de máquinas e equipamentos;

d) fornecimento de mão-de-obra avulsa;

e) materiais passíveis de remoção da obra, tais como barracões, alojamentos de empregados e respectivos



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

utensílios; madeiras e ferragens, pregos, instalações elétricas e similares, utilizados na confecção de tapumes, andaimes, escoras, torres e similares;

f) equipamentos como formas de concreto, ferramentas, máquinas, motores, veículos, bombas, guindastes, balancins, equipamentos de segurança, móveis, materiais de decoração e congêneres;

g) quaisquer outros materiais e equipamentos utilizados na construção e que não se integrem à mesma.

§ 2º Para efeito de comprovação das deduções previstas no § 1º deste artigo, deverá o contribuinte:

I - manter de forma organizada, ágil e separado por obra, todos os originais dos contratos e planilhas orçamentárias relativas às obras ou serviços das quais se pretende fazer as deduções à base de cálculo do imposto; e

II - discriminar, em sua Nota Fiscal de Serviços, a opção pela comprovação das deduções de materiais permitidas por este Código.

§ 3º Na hipótese de não comprovação do valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço, nas situações previstas nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços, o prestador do serviço deverá discriminar, em sua Nota Fiscal de Serviço, a dedução dos percentuais abaixo discriminados:

I - pavimentação asfáltica, poliédrica e paralelepípedo 45,00% (quarenta e cinco inteiros por cento);

II - execução por empreitada de construção civil, obras hidráulicas (exceto o listado no inciso IV deste parágrafo) 40,00% (quarenta inteiros por cento);

III - serviços enquadrados no subitem 7.05 da lista de serviços 20,00% (vinte inteiros por cento);

IV - perfuração de poços, barragens, diques e sistema de drenagem e irrigação 10,00% (dez inteiros por cento).

§ 4º Os serviços de construção civil, nos termos deste Código, que por sua natureza dependam, para sua execução, somente do uso de máquinas, equipamentos, ferramentas e/ou mão-de-obra, não serão contemplados com os percentuais do § 3º deste artigo.

§ 5º O contribuinte que, num mesmo exercício financeiro, optar por um dos modos de dedução da base de cálculo, comprovação dos gastos ou utilização dos percentuais previstos no § 3º deste artigo, não poderá modificar, no mesmo exercício, o modo de dedução escolhido.

§ 6º O contribuinte que, no início de uma obra, optar pela dedução do material, conforme comprovação efetiva dos gastos, não poderá alterar o critério durante sua execução, acontecendo, da mesma forma, em relação à opção pelos percentuais previstos no § 3º deste artigo.

§ 7º Para fins do disposto no § 1º deste artigo, entende-se por material fornecido, aquele que, comprovadamente fornecido pelo prestador, fique fazendo parte integrante da obra após sua conclusão.

§ 8º Antes da solicitação de alvará de construção, o contribuinte deverá fazer inscrição no CMC, para cada obra de construção civil, seja obra nova, reforma ou ampliação, na forma do regulamento.

§ 9º A concessão do habite-se está condicionada à comprovação de pagamento do ISSQN da obra e demais tributos municipais relativos ao imóvel, nos termos do art. 67 deste Código.

§ 10. Para efeito de tributação de ISSQN, consideram-se obras de construção civil descritas nos itens 7.02 e 7.05, do Anexo IV deste Código:

I - as obras de construção civil propriamente dita e obras hidráulicas;

II - instalação e montagem de centrais telefônicas, sistema de refrigeração, elevadores, produtos, peças e equipamentos incorporados à obra;

III - instalação e ligações de água, energia elétrica, de proteção catódica, de comunicação, de vapor, de ar comprimido, sistema de condução e exaustão de gases e de combustão, inclusive dos equipamentos relacionados com esses serviços.

§ 11. O prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviço, constante do Anexo IV deste Código, que não possua estabelecimento neste Município, fará a dedução dos materiais, obrigatoriamente, na forma estabelecida no § 3º deste artigo.

Art. 172. O proprietário ou administrador de obras de construção civil, quando utilizar serviços de empresas ou profissionais autônomos, na forma dos incisos II e VI do art. 111 deste Código, é responsável pela retenção na fonte e recolhimento do ISSQN devido pelos mesmos, em razão dos serviços por eles prestados, observando procedimentos a serem definidos em regulamento.

Subseção VII - Dos Serviços Relativos a Propaganda e Publicidade, Inclusive Promoção de Vendas, Planejamento de Campanhas ou Sistemas de Publicidade, Elaboração de Desenhos, Textos e Materiais Publicitários

Art. 173. Para efeito de tributação de ISSQN, consideram-se serviços de propaganda e publicidade descritos no item 17.06 do Anexo IV deste Código:

I - serviços de concepção, redação e produção de propaganda e publicidade, que compreendem o estudo prévio do produto ou serviço de anunciar, criação de plano geral de propaganda e de mensagens adequadas a cada veículo de divulgação, elaboração de textos publicitários e desenvolvimento de desenhos/projetos, através da utilização de ilustração e de outras técnicas necessárias à materialização do plano como foi concebido e redigido;

II - serviços especiais ligados a atividade de propaganda, tais como: pesquisa de mercado, promoção de vendas, relações públicas, assessoria na edição de boletins e revistas informativas ou publicitárias, anúncios fúnebres, de emprego, publicação de demonstrações financeiras, dentre outras.

§ 1º Serão deduzidas da base de cálculo do serviço mencionado no *caput* deste artigo, somente as despesas com veiculação de propaganda e publicidade realizada por meio de rádio, televisão, jornais e periódicos, por encontrarem-se fora do campo de incidência do ISSQN.

§ 2º As comissões e/ou honorários resultantes do agenciamento de propaganda e publicidade, inclusive de veiculação por quaisquer meios, estão previstos no item 10.08 do Anexo IV deste Código, não compoem, assim, a base de cálculo dos serviços a que se refere esta Subseção.

Subseção VIII - Disposições Especiais Sobre Outros Serviços

Art. 174. Para os fins de tributação pelo ISSQN não se considera locação o fornecimento de veículo, máquina, equipamento ou qualquer bem, com motorista ou operador, exceto se discriminado em contrato ou em Nota Fiscal de Serviço os valores da locação e do serviço prestado.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 175. Considera-se serviço de transporte de natureza municipal o transporte de pessoas ou cargas dentro do Município.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput* deste artigo, a coleta e entrega de valores não caracteriza serviço de transporte de carga.

Art. 176. Nos serviços constantes nos itens 4, 5 e 6, do Anexo IV deste Código, integram a base de cálculo o valor dos medicamentos, da alimentação e de qualquer material cobrado do plano de saúde, do intermediário ou do usuário final do serviço.

Art. 177. Para os serviços constantes dos subitens 4.22 e 4.23 do Anexo IV deste Código, excluem-se da base de cálculo do ISSQN o valor das despesas com os segurados relativas a serviços enquadrados nos itens e subitens da Lista de Serviços, constante do Anexo IV desta Lei Complementar, quando devidamente comprovado por nota fiscal específica ou documento equivalente.

Art. 178. O imposto devido por empresas funerárias tem como base de cálculo, dentre outras, as receitas brutas provenientes:

- I - do fornecimento de urnas, caixões, coroas e paramentos;
- II - do fornecimento de flores;
- III - do aluguel de capelas;
- IV - do transporte por conta de terceiros;
- V - das despesas referentes a cartórios e cemitérios;
- VI - do fornecimento de outros artigos funerários ou de despesas diversas; e
- VII - de transporte próprio e outras receitas de serviços.

Parágrafo único. É devido o imposto sobre serviços na cessão de capelas mortuárias, sejam elas independentes, vinculadas às agências funerárias, ou situadas no interior das áreas dos cemitérios, sob administração direta da concessionária ou das permissionárias de cemitérios particulares.

Seção II - Da Disposição Final ao ISSQN

Art. 179. O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos regulamentares necessários à execução desta Lei Complementar, no que se refere ao ISSQN.

Art. 180. O débito vencido será encaminhado para cobrança, com posterior inscrição na dívida ativa, se for o caso.

TÍTULO VI - DAS TAXAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS TAXAS

Seção I - Do Fato Gerador

Art. 181. As taxas de competência do Município de Albertina têm como fato gerador:

- I - o exercício regular do poder de polícia;
- II - a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único. As taxas referidas no *caput* deste artigo não podem ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.

Art. 182. Considera-se poder de polícia, para os fins estabelecidos neste Código, a atividade desenvolvida pela Administração do Município que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão do interesse público concernente à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, ao meio ambiente, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao uso e ocupação do solo, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização, à tranquilidade pública, à disciplina das construções ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia, a que se refere o *caput* deste artigo, quando desempenhado por órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, diante de atividade considerada discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art. 183. Os serviços públicos a que se refere o inciso II do *caput* do art. 181 deste Código consideram-se:

- I - utilizados pelo contribuinte:
 - a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;
 - b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
- II - específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;
- III - divisíveis, quando susceptíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

Art. 184. Considera-se ocorrido o fato gerador da taxa:

- I - na data do pedido de licenciamento;
- II - na data da utilização efetiva de serviço público;
- III - na data da disponibilização de serviço público, quando a utilização for potencial;
- IV - no início da atividade administrativa de licenciamento, quando realizada de ofício;
- V - em 1º de janeiro de cada exercício, quando a taxa for de incidência anual;
- VI - na data da alteração cadastral, quando houver mudança de endereço ou de atividade, qualquer que seja o momento do exercício ou do ano civil.

Parágrafo único. As taxas pela utilização potencial de serviço público disponibilizado serão lançadas periodicamente, conforme estabelecido para cada espécie de taxa.

Seção II - Da Incidência, Lançamento e Recolhimento da Taxa

Art. 185. Qualquer que seja a hipótese de incidência de taxas devidas ao Município de Albertina, estas serão lançadas de ofício, com base nos elementos constantes de cadastros próprios do Município, ou de dados e informações de que disponha o Fisco para este fim.

§ 1º Exceuem-se do disposto no *caput* deste artigo as taxas, para as quais a Administração Tributária atribuir ao contribuinte o dever de calculá-las e recolhê-las previamente, conforme disposto em regulamento.

§ 2º É irrelevante para a incidência da taxa, que os serviços públicos sejam prestados diretamente



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

ou por meio de autorização, permissão, concessão ou através de serviços contratados para este fim.

Art. 186. Para efeito da incidência de taxa, consideram-se estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idênticas atividades, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora com idêntico ramo de atividade, pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que localizados no mesmo imóvel, não se considerando como prédios distintos ou locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem as várias salas ou pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 187. As taxas previstas neste Código independem, sendo-lhes ainda, para efeito de incidência e pagamento, irrelevante:

I - quando estabelecidas em razão do exercício regular do poder de polícia:

a) do cumprimento de quaisquer exigências legais ou regulamentares;

b) de licença, autorização, permissão ou concessão outorgadas pelo Município, pelo Estado ou pela União;

c) de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

d) da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

e) do pagamento de preços, tarifas, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de licenças, alvarás, de autorização ou vistorias;

f) do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais; e

g) do caráter permanente, eventual ou transitório da atividade.

II - quando estabelecidas em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, que tais serviços públicos sejam prestados:

a) diretamente, pelo órgão público; ou

b) indiretamente, por quem tenha recebido autorização, permissão, concessão ou sido contratado por órgão público.

Art. 188. Quando a taxa for lançada juntamente com impostos, ou com contribuições, ou ainda cumulativamente com impostos e contribuições, o Poder Executivo Municipal poderá autorizar o seu pagamento parcelado, limitado às mesmas condições e à quantidade de parcelas estabelecida para os impostos, ou quando for o caso, para as contribuições.

§ 1º Na notificação de lançamento previsto no *caput* deste artigo deve constar, obrigatoriamente, os elementos distintos de cada espécie de tributo e os respectivos valores.

§ 2º O lançamento e o pagamento das taxas não implicam em reconhecimento pela Administração Pública da regularidade do estabelecimento ou da atividade exercida.

Art. 189. Quando do recolhimento de taxa ao Município de Albertina, esta conterà no campo próprio do documento de arrecadação, parâmetros que a identifiquem, na forma que a legislação estabelecer.

Parágrafo único. Os valores unitários das taxas previstas neste Código, estão fixados em seus anexos, atendidas as suas peculiaridades, devendo ser

recolhidos na forma, condições e prazos disciplinados na legislação tributária municipal e atualizados, anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo.

Art. 190. As taxas não pagas nos respectivos vencimentos terão seus valores atualizados, anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, acrescidos de multa e juros moratórios, na forma disciplinada neste Código para todos os tributos de competência do Município.

§ 1º Estará sujeito ao pagamento de multa o contribuinte que, de algum modo, não cumprir com as obrigações acessórias previstas neste Código.

§ 2º Todas as pessoas físicas ou jurídicas licenciadas estão sujeitas à constante fiscalização das autoridades municipais, sem prévia notificação, comunicação ou aviso de qualquer natureza.

§ 3º Aplica-se à taxa a regra de solidariedade relativa às pessoas expressamente designadas neste Código.

Art. 191. O contribuinte de taxa está obrigado a:

I - conservar e a apresentar ao Fisco, quando solicitado, documento que, de algum modo se refira à situação que constitua seu fato gerador;

II - prestar, sempre que for solicitado, esclarecimento referente ao fato gerador; e

III - facilitar as tarefas de cadastramento, lançamento, fiscalização e cobrança.

Seção III - Da Notificação de Lançamento da Taxa

Art. 192. Considera-se que o sujeito passivo esteja regularmente notificado do lançamento de taxa, com a entrega da respectiva notificação, pelo agente do Fisco, pelo Correio ou por quem legalmente esteja autorizado a fazê-lo.

§ 1º Considera-se pessoal a notificação efetuada diretamente ao sujeito passivo, prepostos e empregados, por quaisquer dos agentes designados e identificados no *caput* deste artigo.

§ 2º A notificação, quando não for efetuada por agente do Fisco, na forma do que dispõe o § 1º deste artigo, presume-se realizada quando precedida de publicação de edital no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOM), com inferência à data da postagem, considerada a entrega aos Correios ou a quem esteja autorizado a este mister, aludindo-se, ainda, sobre prazos e datas de vencimento.

§ 3º Para todos os efeitos legais, considera-se efetuada a notificação do lançamento cinco dias após transcorrida a data da última postagem.

§ 4º A notificação referida no § 3º deste artigo poderá ser ilidida pelo comparecimento do sujeito passivo ou de seu representante legal ao Departamento de Tributação e comunicação do não recebimento da notificação até a data do vencimento, ocasião em que será notificado em conformidade com o respectivo lançamento.

§ 5º O sujeito passivo, que no lançamento tiver domicílio fiscal incompleto ou não declarado, deverá requerer os respectivos documentos de arrecadação junto ao Departamento de Tributação ou emitilos, via internet, através do sítio da Prefeitura Municipal de Albertina.

Seção IV - Da Inscrição Cadastral do Contribuinte de Taxa



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 193. A inscrição cadastral do contribuinte de taxa devida ao Município de Albertina será realizada no início das atividades, conforme regulamento, com as informações e os elementos necessários à identificação do sujeito passivo, da atividade que exercita e do local de exercício.

§ 1º Serão promovidas tantas inscrições quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividades, sendo obrigatória a indicação das diversas atividades exercidas no mesmo local.

§ 2º Qualquer alteração nos dados apresentados na inscrição, em decorrência de fatos e circunstâncias que impliquem sua modificação e essencialmente quando ocorrer venda ou transferência de estabelecimento, alteração de endereço, da atividade ou o seu encerramento, deverão ser comunicados ao Fisco Municipal, no prazo de trinta dias, conforme o disposto em regulamento.

Art. 194. O Departamento de Tributação poderá promover, de ofício, inscrições ou alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando não efetuadas pelo sujeito passivo ou, em tendo sido, apresentarem erro, omissão ou falsidade, podendo também exigir a apresentação de quaisquer declarações de dados, na forma e prazos regulamentares.

CAPÍTULO II - DAS ESPÉCIES DE TAXAS

Art. 195. Serão adotados critérios objetivos no lançamento, cobrança e pagamento de taxas quando da concessão de licença, realização de procedimentos de vistoria, controle, registro, inspeção e fiscalização, de acordo com o poder de polícia e com a prestação de serviços, pelo Município de Albertina.

Art. 196. Sem prejuízo de outras que vierem a ser instituídas por lei específica, são cobradas pelo Município de Albertina as seguintes taxas:

I - pelo exercício do poder de polícia:

a) Taxa de Licença e Fiscalização para Funcionamento (TLFF);

b) Taxa de Licença e Fiscalização de Obras (TLFO);

c) Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA);

d) Taxa de Licença e Fiscalização de Anúncios (TLFA);

e) Taxa de Registro, Inspeção e Fiscalização Sanitária (TRIFS);

f) Taxa de Registro, Inspeção e Fiscalização Sanitária Agropecuária (TRIFSA);

g) Taxa de Fiscalização da Ocupação do Solo em Áreas e Vias ou Logradouros Públicos (TFOSVLP).

II - pela utilização, efetiva ou potencial de serviços públicos:

a) Taxa de Serviços Municipais Diversos (TSMD);

b) Taxa de Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Extradomiciliares (TCRE);

c) Taxa de Serviços de Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliares (TCRD);

d) Taxa de Expediente (TE).

CAPÍTULO III - DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DE POLÍCIA

Seção I - Da Taxa de Licença e Fiscalização para Funcionamento (TLFF)

Subseção I - Do Fato Gerador e dos Pressupostos à Expedição da TLFF

Art. 197. A Taxa de Licença e Fiscalização para Funcionamento (TLFF) tem como fato gerador o exercício do poder de polícia do Município quanto ao cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, segurança, ordem e tranquilidade pública, quando do licenciamento obrigatório dos estabelecimentos e atividades dependentes, por sua natureza, de prévia concessão ou autorização.

§ 1º A Licença Municipal, quando se tratar de atividade permanente, será renovada anualmente, na forma do regulamento.

§ 2º Nos casos de mudança de endereço ou de atividade será obrigatória nova licença municipal.

Art. 198. O Alvará de Funcionamento é o documento hábil que licencia o exercício de atividades econômicas no âmbito do Município de Albertina, podendo ser concedido de forma provisória ou definitiva, conforme o caso.

§ 1º Para o exercício de qualquer atividade econômica exigirá-se o Alvará de Funcionamento, mesmo em se tratando de entidades sem fins lucrativos, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes de profissão, arte ou ofício, ainda quando imunes ou isentas de tributos municipais.

§ 2º Para as atividades de caráter eventual e aquelas instaladas em vias e logradouros públicos exigirá-se licença especial, conforme disposto no Código Municipal de Posturas.

§ 3º Verificada a adequação do requerimento às condições estabelecidas para a atividade, instruída com o respectivo comprovante de pagamento da TLFF, será fornecido Alvará de Funcionamento.

§ 4º Em casos especiais, a concessão do Alvará ficará condicionada ao atendimento, pelo interessado, de determinadas exigências estabelecidas na legislação ou em ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 5º O Alvará de Funcionamento será afixado em local visível do estabelecimento, sendo obrigatória sua apresentação à autoridade competente que o exigir.

Art. 199. A emissão do Alvará de Funcionamento Provisório, nos termos e condições da legislação municipal, permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro junto à Receita Federal do Brasil (RFB), à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) e ao Município de Albertina, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto em razão da necessidade de emissão das licenças exigíveis pelos órgãos licenciadores competentes.

§ 1º O prazo de vigência do Alvará de Funcionamento Provisório será de noventa dias.

§ 2º A conversão do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento Definitivo ocorrerá mediante o pagamento da TLFF, que deverá ser realizado no prazo de até quinze dias após a liberação do Alvará Provisório. A falta de pagamento da respectiva taxa no prazo estabelecido implicará suspensão da inscrição municipal no Cadastro Mercantil de Contribuintes.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 200. O Alvará de Funcionamento Definitivo será concedido após a obtenção das respectivas licenças junto aos órgãos licenciadores, quando aplicável, e mediante o pagamento da respectiva TLFF, através do Documento de Arrecadação de Tributos Municipais.

§ 1º O Alvará de Funcionamento Definitivo deverá ser exibido à fiscalização, quando solicitado, e ficar sempre exposto em local visível.

§ 2º O Município deverá, por meio do Fiscal de Posturas, Tributos e Patrimônio, até o dia 31 de maio de cada ano, visitar todos os contribuintes sujeitos a Taxa de Licença e Fiscalização para Funcionamento (TLFF), para efeitos de fiscalização e a fim de comprovar o cumprimento do horário de funcionamento.

Art. 201. No exercício da ação reguladora, as autoridades municipais, visando conciliar a atividade pretendida com o planejamento físico e o desenvolvimento sócio-econômico do Município, levarão em conta, entre outros fatores:

- I - o ramo da atividade a ser exercida;
- II - a localização do estabelecimento, se for o caso; e
- III - os benefícios resultantes para a comunidade.

Art. 202. A pessoa física ou jurídica que exercer atividade dependente, por sua natureza, de prévia autorização ou concessão, ou que exercer suas atividades sem a devida licença, será considerada clandestina e ficará sujeita à interdição, na forma da lei, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

Parágrafo único. A interdição processar-se-á em conformidade com o Código Municipal de Posturas ou outra legislação aplicável, precedida de notificação ao contribuinte ou responsável para a devida regularização, no prazo de quinze dias.

Subseção II - Da Isenção da TLFF

Art. 203. Estão isentos do pagamento da TLFF:

I - os templos de qualquer culto, associações de moradores e instituições de assistência social, sem fins lucrativos;

II - os órgãos e as pessoas jurídicas da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios e a Câmara Municipal de Albertina;

III - as ocupações de áreas em vias e logradouros públicos por:

- a) feira de livros, exposições, concertos, retretas, palestras, conferências e demais atividades de caráter notoriamente cultural ou científico;
- b) exposições, palestras, conferências, pregações e demais atividades de cunho notoriamente religioso;
- c) candidatos e representantes de partidos políticos, observada a legislação eleitoral.

IV - o Microempreendedor Individual (MEI) optante pelo Simples Nacional, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, referente ao licenciamento do estabelecimento destinado ao desenvolvimento de suas atividades econômicas.

Parágrafo único. A isenção da taxa não dispensa o prévio requerimento para a concessão de licença para funcionamento.

Subseção III - Do Sujeito Passivo da TLFF

Art. 204. O contribuinte da TLFF é a pessoa física ou jurídica titular de estabelecimento de

qualquer natureza ou que realize atividade sujeita ao licenciamento.

Art. 205. Qualquer pessoa, física ou jurídica, mesmo que imune ou isenta de tributos municipais, estará obrigada a se inscrever nos cadastros municipais, para, no território do Município de Albertina, exercer quaisquer atividades, de forma permanente ou temporária, em estabelecimento fixo ou não, inclusive quando ocupar, nos limites da lei, áreas em vias e logradouros públicos.

Art. 206. Considera-se estabelecimento, para fins da TLFF:

I - o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, quaisquer atividades, industriais, comerciais ou de prestação de serviços, sendo irrelevante a denominação que utilizar, e suficiente para caracterizar ou indicar sua existência, a conjugação parcial ou total, dos seguintes elementos:

- a) manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos;
- b) estrutura organizacional ou administrativa;
- c) inscrição nos órgãos previdenciários;
- d) indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás.

II - o local onde forem exercidas as atividades de diversão pública de natureza itinerante;

III - a residência da pessoa física, quando de acesso ao público em razão do exercício de atividade profissional.

Parágrafo único. A circunstância de a atividade, por sua natureza, ser executada, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza para os efeitos do *caput* deste artigo.

Art. 207. O contribuinte deverá informar ao Departamento de Tributação acerca de seu funcionamento, atualizando os dados cadastrais, no prazo de trinta dias, sempre que ocorrer:

- I - alteração da razão social, nome de fantasia, endereço, ramo de atividade, capital social ou sócios;
- II - alterações físicas do estabelecimento;
- III - alterações em sua publicidade, na forma disciplinada na legislação específica; e
- IV - fusão, cisão, incorporação e transformação de sociedade.

Subseção IV - Do Cálculo e Lançamento da TLFF

Art. 208. A TLFF será calculada e lançada conforme os valores constantes no Anexo VI deste Código.

Parágrafo único. A TLFF também será lançada de ofício, quando o órgão competente do Município verificar que:

- I - o contribuinte deixou de efetuar o seu pagamento no início de suas atividades;
- II - em consequência de diligência ou de sua revisão, o agente do Fisco verificar elementos distintos e correspondentes a valor superior ao que serviu de base ao lançamento da referida TLFF, caso em que será cobrada a diferença devida;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

III - houver mudança de endereço ou de atividade.

Art. 209. A TLFF será exigida na forma e prazo fixados em regulamento.

Seção II - Da Taxa de Licença e Fiscalização de Obras (TLFO)

Art. 210. A Taxa de Licença e Fiscalização de Obras (TLFO), fundada no poder de polícia do Município, quanto à disciplina do uso do solo, à tranquilidade e bem-estar da população, tem como fato gerador o procedimento de autorização e fiscalização exercida sobre a execução de obras dentro do Município, quanto ao cumprimento da legislação específica referente ao uso e ocupação do solo, zoneamento urbano e às normas municipais de edificações e de posturas.

Parágrafo único. A TLFO será devida por qualquer pessoa física ou jurídica quando:

I - executar obras relativas à reforma, reparo, acréscimo, demolição, construção ou reconstrução de casas, edifícios e quaisquer obras em imóveis, e quando da concessão de habite-se, nos casos em que for exigido;

II - promover loteamento, desmembramento, remembramento ou arruamento.

Art. 211. Estão isentos do pagamento da TLFO os seguintes licenciamentos:

I - construções em imóveis da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios e da Câmara Municipal de Albertina;

II - construções de prédios:

a) para instalação de serviços públicos, pela União, Estados e Municípios;

b) destinados exclusivamente à instalação e funcionamento de templos de qualquer culto e de estabelecimentos educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos.

Parágrafo único. As isenções de que trata este artigo não dispensam a obrigatoriedade de aprovação dos respectivos projetos.

Art. 212. Contribuinte da TLFO é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, do imóvel onde esteja sendo executada a obra objeto da licença.

Parágrafo único. Para fins deste artigo entende-se como possuidor todo aquele que tiver a intenção de obter o domínio do imóvel, provada em processo regular junto ao Departamento de Tributação, bem como os que tiverem direito real sobre o imóvel, exceto os de garantia.

Art. 213. A TLFO será calculada e lançada de acordo com o Anexo VII deste Código e exigida na forma e prazo fixados em regulamento.

Parágrafo único. Na hipótese de construção de imóvel para utilização conjunta, residencial e não residencial, o alvará de construção será calculado de forma proporcional ao fim especificado no projeto.

Art. 214. A licença será expedida, mediante pagamento da TLFO, após a aprovação dos procedimentos e obras, quanto ao cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, à disciplina das construções e do desenvolvimento urbanístico, à estética da cidade, à higiene, saúde, segurança, respeito à propriedade, ordem e tranquilidade pública e aos direitos individuais e coletivos.

Parágrafo único. O pagamento da TLFO será efetuado em cota única, através de Documento de Arrecadação de Tributos Municipais, antes da expedição do alvará ou da licença competente.

Seção III - Da Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA)

Art. 215. A Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA), tem como fato gerador o exercício do poder de polícia do Município de Albertina, para autorização e fiscalização da realização de empreendimentos, obras e atividades consideradas, efetivas ou potencialmente, causadoras de significativa degradação ao meio ambiente, em conformidade com as normas ambientais específicas.

Art. 216. Os empreendimentos, obras e as atividades que, no Município de Albertina produzirem impacto ambiental, serão objeto de fiscalização, para adequação às normas específicas, observando-se o disposto na Lei Orgânica do Município e na legislação pertinente, notadamente em relação:

I - ao parcelamento do solo;

II - pesquisa, extração e tratamento de minérios;

III - construção de conjunto habitacional;

IV - instalação de indústrias;

V - construção civil de unidades unifamiliar e multifamiliar em área de interesse ambiental;

VI - postos de serviços que realizam abastecimento, lubrificação e lavagem de veículos;

VII - obras, empreendimentos ou atividades modificadoras ou poluidoras do meio ambiente;

VIII - empreendimentos de turismo e lazer;

IX - demais atividades que exijam o exame para fins de licenciamento, de acordo com a legislação ambiental.

Art. 217. Os licenciamentos ambientais no Município de Albertina estão sujeitos à análise e aprovação, por parte do órgão de controle do meio ambiente, mediante prévio pagamento da TLA.

§ 1º Em razão do grau de complexidade e natureza da atividade, as licenças ambientais poderão ser expedidas em conformidade com os seguintes tipos:

I - Licença Ambiental Prévia;

II - Licença Ambiental de Instalação;

III - Licença Ambiental de Operação;

IV - Licença Ambiental de Regularização;

V - Licença Ambiental Simplificada;

VI - Licenças Ambientais Diversas.

§ 2º A TLA será calculada e lançada de acordo com as Tabelas X e XI do Anexo VIII deste Código e exigida na forma e prazo fixados em regulamento.

§ 3º As Licenças Ambientais previstas neste Código, quando necessário, serão renovadas no prazo que o regulamento estabelecer, mediante recolhimento da respectiva TLA.

Art. 218. A concessão da licença ambiental fica condicionada à análise e aprovação dos estudos técnicos e/ou ambientais necessários, por parte do órgão competente do Município, a quem competirá expedir-la.

§ 1º Nos casos definidos em lei, dado o alto grau de complexidade do empreendimento, será necessária a realização de audiência pública, como requisito obrigatório à obtenção do licenciamento ambiental.

§ 2º A licença a ser concedida pelo Município será expedida depois de concluído e aprovado o



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

procedimento no âmbito federal e estadual, quando necessária a manifestação destas esferas administrativas, e terá vigência ou será renovável na forma que o regulamento estabelecer.

§ 3º Quando a atividade for considerada de baixo risco, nos termos da legislação municipal, caberá ao respectivo órgão licenciador expedir Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental.

Art. 219. A realização de obra, empreendimento ou atividade sem regular licenciamento, sujeitará o infrator, sem prejuízo das sanções previstas na Lei de Crimes Ambientais, às seguintes penalidades:

- I - advertência por escrito;
- II - multa;
- III - embargo;
- IV - desfazimento, demolição ou remoção;
- V - outras sanções previstas na legislação.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades previstas neste artigo poderá ser cumulativa, não estando sujeita à ordem de preferência.

Art. 220. A modificação na natureza da obra, do empreendimento ou da atividade, assim como o seu funcionamento ou exercício em desacordo com as normas e padrões para implantação ou instalação estabelecidos pela legislação em vigor, após a concessão da respectiva licença, ensejará sua imediata cassação, sujeitando-se o infrator ao pagamento de multa, prevista neste Código e estabelecida em regulamento, além da responsabilização pelos danos causados ao meio ambiente ou a terceiros.

Art. 221. A notificação, autuação e tramitação dos processos administrativos, originados em decorrência da necessidade de licenciamento ambiental observarão os procedimentos e normas constantes neste Código e na legislação específica.

Art. 222. O contribuinte da TLA é a pessoa física ou jurídica titular do empreendimento, da obra, do estabelecimento ou de qualquer atividade sujeita ao licenciamento ambiental.

Art. 223. Estão isentos do pagamento da TLA:

I - os órgãos e as pessoas jurídicas da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios e a Câmara Municipal de Albertina;

II - entidades de caráter beneficente, filantrópico ou caritativo que não remunerem seus dirigentes, não distribuam lucros a qualquer título e apliquem seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;

III - o Microempreendedor Individual (MEI) optante pelo Simples Nacional, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, referente ao licenciamento do estabelecimento destinado ao desenvolvimento de suas atividades econômicas.

Parágrafo único. A isenção da taxa não dispensa o prévio requerimento para a concessão de licença.

Seção IV - Da Taxa de Licença e Fiscalização de Anúncios (TLFA)

Subseção I - Do Fato Gerador e da Incidência da TLFA

Art. 224. A Taxa de Licença e Fiscalização de Anúncios (TLFA) tem como fato gerador o licenciamento e fiscalização do cumprimento da legislação

disciplinadora da exploração ou utilização de anúncio e de todas as espécies de engenhos de divulgação de propaganda e publicidade instaladas em imóveis particulares e logradouros públicos deste Município.

§ 1º Para efeito do *caput* deste artigo, considera-se anúncio, qualquer instrumento ou forma de comunicação visual ou audiovisual de mensagens, inclusive aquele que contiver dizeres, ou apenas desenho, sigla, dístico ou logotipo indicativo ou representativo de nome, produto, local ou atividade de pessoa física e jurídica.

§ 2º A TLFA também é devida para o licenciamento de engenhos de divulgação de propaganda e publicidade em veículo de aluguel ou transporte coletivo urbano de passageiros regular que sejam utilizados para realização de atividades no território deste Município.

§ 3º O disposto no § 2º deste artigo não se aplica aos engenhos instalados em veículos que circulem eventualmente no território deste Município.

Art. 225. Consideram-se engenho de divulgação de propaganda ou publicidade:

I - tabuleta ou *out-door*: engenho fixo, destinado à colocação de cartazes em papel ou outro material substituível periodicamente;

II - painel ou placa: engenho fixo ou móvel, luminoso ou não, constituído por materiais que, expostos por longo período de tempo, não sofrem deterioração substancial, caracterizando-se pela baixa rotatividade da mensagem;

III - letreiro: afixação ou pintura de signos ou símbolos em fachadas, marquises, toldos, elementos do imobiliário urbano ou em estrutura própria, bem como pintura executada sobre muro;

IV - faixa, bandeira ou estandarte: aqueles executados em material não rígido, de caráter transitório;

V - cartaz: constituído por material facilmente deteriorável e que se caracteriza pela alta rotatividade da mensagem, quando tiver formato e dimensão superior a 210 x 297mm (A4);

VI - dispositivo de transmissão de mensagem: engenho que transmite mensagens publicitárias por meio de visores, telas e outros dispositivos afins ou similares.

§ 1º São considerados engenhos de divulgação, quando utilizados para veicular mensagem publicitária:

I - mobiliário urbano;

II - tapumes de obras;

III - muros de vedação;

IV - veículos motorizados ou não;

V - balões e boias.

§ 2º Não constituem veículos de divulgação o material ou engenho caracterizado como ato lesivo à limpeza urbana pela legislação pertinente.

Art. 226. Os engenhos de divulgação de publicidade classificam-se em:

I - luminosos: aqueles que possuem dispositivo luminoso integrado à sua estrutura interna;

II - luminosos intermitentes: aqueles que possuem programação de múltiplas mensagens, movimentos, mudanças de cores, jogos de luz;

III - iluminados: aqueles que tenham sua visibilidade possibilitada ou reforçada por qualquer tipo de iluminação externa, ainda que não afixados diretamente na estrutura do engenho;

IV - não luminosos: aqueles que não possuem dispositivo luminoso ou de iluminação;

V - inflados: aqueles que contêm ar ou gás estável, independente do seu formato ou dimensões.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Parágrafo único. Consideram-se engenhos provisórios os executados com material perecível como pano, tela, papel, papelão, plásticos não rígidos pintados e que contenham inscrição do tipo "vende-se", "aluga-se", "liquidação", "oferta" ou similares, sendo isentos os que contenham área útil menor que um metro quadrado.

Art. 227. No caso de existir em uma única fachada um engenho com diversas publicidades, o cadastramento será efetuado com base no somatório das áreas das mesmas.

§ 1º Se o estabelecimento alterar ou diferenciar a fachada para compor a publicidade, a classificação do anúncio para efeito do cadastro e da TLFA será estabelecida conforme se apresentam os engenhos de divulgação.

§ 2º Considera-se fachada diferenciada aquela caracterizada por alteração de cor, revestimento, acabamento, iluminação e outros recursos que visam destacar e ou compor a publicidade.

Art. 228. Quaisquer alterações procedidas quanto ao tipo, características ou tamanho do anúncio, assim como a sua transferência para local diverso, acarretará nova incidência da TLFA.

Subseção II - Da Não-Incidência da TLFA

Art. 229. A TLFA não incide quanto:

I - aos anúncios destinados a fins filantrópicos, ecológicos, religiosos, patrióticos e eleitorais no que concerne à propaganda de partidos políticos, ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

II - aos anúncios no interior de estabelecimentos, divulgando artigos ou serviços neles negociados ou explorados;

III - aos anúncios e emblemas de entidades públicas, ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais e representações diplomáticas, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

IV - aos anúncios e emblemas de hospitais, sociedades cooperativas, educacionais, culturais e esportivas desde que sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública por lei municipal, e quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

V - aos anúncios que indiquem uso, lotação, capacidade ou quaisquer avisos técnicos elucidativos do emprego ou finalidade da coisa, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

VI - aos anúncios em placas ou letreiros destinados, exclusivamente, à orientação do público, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário e que em sua totalidade não exceda a um metro quadrado;

VII - aos anúncios que recomendem cautela ou indiquem perigo e sejam destinados, exclusivamente, à orientação do público, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

VIII - aos anúncios indicativos de oferta de emprego, afixadas no estabelecimento do empregador, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

IX - aos anúncios de profissionais liberais, autônomos ou assemelhados, quando colocadas nas respectivas residências e locais de trabalho e contiverem, tão-somente, o nome, profissão, telefone e e-mail;

X - aos anúncios de locação ou venda de imóveis em cartazes ou em impressos, quando colocados no

respectivo imóvel, pelo proprietário, e sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

XI - aos anúncios em cartazes ou em impressos, com dimensão de até um metro quadrado, quando colocados na própria residência, onde se exerça o trabalho individual;

XII - aos anúncios em painel ou tabuleta afixada por determinação legal, no local da obra de construção civil, durante o período de sua execução, desde que contenha, tão-só, as indicações exigidas e as dimensões recomendadas pela legislação própria;

XIII - aos anúncios de fixação obrigatória decorrente de disposição legal ou regulamentar, sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

XIV - aos anúncios exclusivamente indicativos de vias e logradouros públicos e os que contenham os caracteres numerais destinados a identificar as edificações;

XV - aos anúncios destinados exclusivamente à sinalização de trânsito de veículos e de pedestres;

XVI - aos nomes, siglas, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias de empresas que, nas condições legais e regulamentares, se responsabilizem, gratuitamente, pela colocação e manutenção de recipientes destinados à coleta de lixo nas vias e logradouros públicos, ou se encarreguem da conservação, sem ônus para o Município, de parques, jardins, e demais logradouros públicos arborizados, ou, ainda, do plantio e proteção de árvores.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso XVI, deste artigo, a não-incidência da TLFA restringe-se, unicamente, aos nomes, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias afixadas nos recipientes destinados à coleta de lixo, em medidas definidas no ato que autorizar e estabelecer a responsabilidade pela conservação do logradouro.

Subseção III - Das Isenções da TLFA

Art. 230. Estão isentos do pagamento da TLFA, os anúncios:

I - veiculados pela Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios, pela Câmara Municipal de Albertina e pelas entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, consideradas de utilidade pública por lei municipal;

II - fixados ou afixados nas fachadas e antessalas das casas de diversões públicas, com a finalidade de divulgar peças e atrações musicais e teatrais ou filmes;

III - exigidos pela legislação específica e afixados nos canteiros de obras públicas e da construção civil;

IV - indicativos de nomes de edifícios ou prédios, sejam residenciais ou comerciais;

V - de nome, símbolos, entalhes, relevos e logotipos, incorporados a fachadas onde a atividade é exercida, por meio de aberturas gravadas nas paredes integrantes de projeto aprovado das edificações;

VI - veiculados em engenho provisório ou em engenho simples, na forma definida em regulamento;

VII - que veiculem informações de utilidade ou interesse público municipal no mobiliário urbano devidamente autorizado pela Administração Municipal.

Art. 231. São isentos do pagamento da TLFA:

I - os cegos, mutilados, excepcionais, inválidos e pessoas com idade superior a sessenta anos, que exerçam individualmente o pequeno comércio;

II - os engraxates e vendedores ambulantes de jornais e revistas;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

III - os vendedores de artigos de indústria doméstica e de arte popular de sua própria fabricação, sem auxílio de empregados;

IV - as instituições de assistência social sem fins lucrativos, devidamente cadastradas e assim reconhecidas pelo Município.

Subseção IV - Do Sujeito Passivo da TLFA

Art. 232. Contribuinte da TLFA é a pessoa física ou jurídica que, na forma e nos locais mencionados no art. 224 deste Código:

I - fizer qualquer espécie de anúncio;

II - explorar ou utilizar a divulgação de anúncios de terceiros; ou

III - for proprietária do engenho de divulgação de publicidade.

Subseção V - Do Lançamento e da Inscrição Cadastral de Contribuintes da TLFA

Art. 233. A TLFA será lançada de ofício, antes da concessão da licença, observados os elementos constantes do cadastro de divulgadores de anúncios do Município de Albertina, a periodicidade mensal ou anual e a classificação e características dos anúncios e dos engenhos de divulgação de propaganda previstas em regulamento.

§ 1º O sujeito passivo da TLFA deverá promover sua inscrição cadastral, nas condições e prazos regulamentares, independentemente de prévio licenciamento e cadastramento do anúncio, nos termos do regulamento.

§ 2º O cadastro a que se refere o *caput* deste artigo contera as licenças outorgadas com as respectivas especificações técnicas dos engenhos de divulgação e publicidade.

§ 3º A Administração Tributária Municipal poderá promover, de ofício, a inscrição, as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 234. Quando a incidência for anual, a TLFA poderá ser parcelada, conforme o disposto em regulamento, caso em que, o fato gerador ocorrerá:

I - na data de inscrição no cadastro a que se refere o art. 233 deste Código;

II - em 1º de janeiro de cada ano, em cada exercício subsequente, quando for o caso.

Art. 235. A TLFA será calculada e lançada, por engenho, tomando-se como base as características e classificações do engenho de divulgação de propaganda ou publicidade, sendo o seu valor determinado conforme o Anexo IX deste Código e será exigida na forma e prazo fixados em regulamento.

Subseção VI - Das Infrações e Penalidades

Art. 236. O descumprimento das normas relativas à TLFA constituem infrações e sujeitam o infrator à multa de 200 (duzentas) URM, consoante as seguintes hipóteses:

I - deixar de efetuar, na forma e nos prazos regulamentares, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais, ou seu respectivo cancelamento, quando apuradas por meio de ação fiscal ou denunciadas após o seu início;

II - deixar de apresentar quaisquer declarações a que estejam obrigados, ou as fizerem com dados inexatos ou

omissões de elementos indispensáveis à apuração do valor da TLFA devida, na forma e prazos regulamentares;

III - deixar de exibir o registro de anúncio, da inscrição, da declaração de dados ou de quaisquer outros documentos fiscais, embaraçar a ação fiscal ou sonegar documentos para apuração da TLFA.

Art. 237. A instalação ou manutenção de engenho de divulgação de publicidade em desacordo com o disposto neste Código ou em regulamento importará na aplicação de notificação preliminar, na forma estabelecida em regulamento, com vista a sanar a irregularidade, no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de aplicação da multa estabelecida no art. 236 deste Código, a qual se cobrará em dobro em caso de não atendimento do que estabelece este artigo.

Parágrafo único. Quando no período de um ano ocorrer pelo mesmo infrator o mesmo descumprimento do que estabelece a legislação pertinente, considerar-se-á reincidência, devendo aplicar-se a multa, sem a providência a que se refere o *caput* deste artigo, e o material empregado será apreendido.

Art. 238. Em qualquer caso, quando ocorrer remoção de engenho de divulgação de publicidade, por ausência da devida licença ou por utilização irregular, o proprietário poderá reavê-lo, resgatando-o, no prazo de sessenta dias, com o pronto recolhimento da penalidade e despesas com a remoção e guarda.

Subseção VII - Das Proibições Relativas aos Anúncios e Publicidade

Art. 239. A Administração Municipal definirá os locais e logradouros, praças e avenidas nos quais não poderão ser veiculados anúncios.

Parágrafo único. É proibida a colocação de engenhos de divulgação de publicidade, sejam quais forem a forma ou composição e as finalidades do anúncio:

I - nas árvores de logradouros públicos, com exceção de sua afixação nas grades que a protegem, e desde que autorizada e observada a forma permitida na legislação;

II - nas fachadas de edifícios residenciais, com exceção daqueles que possam ser colocados na cobertura ou de pintura mural em fachada cega;

III - nos locais em que prejudiquem, de qualquer maneira, a sinalização de trânsito ou outra destinada à orientação pública, ou que possam causar insegurança ao trânsito de veículos ou pedestres;

IV - nos locais em que, perturbando as exigências da preservação da visão em perspectiva, forem considerados poluentes visuais, nos termos da legislação específica, ou prejudiquem os direitos de terceiros;

V - nos imóveis edificados, quando prejudicarem a aeração, insolação, iluminação e circulação nos mesmos ou nos imóveis edificados vizinhos;

VI - em prédios ou monumentos tombados, ou em suas proximidades, quando prejudicarem a sua visibilidade;

VII - em áreas consideradas de preservação ambiental.

Art. 240. O regulamento definirá os critérios de instalação de engenhos de divulgação de publicidade, sendo vedado:

I - obstruir aberturas destinadas à circulação, iluminação ou ventilação; e



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

II - avançar sobre passeios, devendo ser estabelecida a altura mínima e máxima, em regulamento, quando apoiadas no solo ou em fachada.

Subseção VIII - Disposições Gerais da TLFA

Art. 241. O lançamento ou o pagamento da TLFA não importa em reconhecimento da regularidade do anúncio.

Art. 242. A instalação de engenho tipo *out-door*, painel ou tabuleta em terrenos não edificados terá a sua autorização e permanência no local, condicionado à regularidade das obrigações tributárias, perante o Município, bem como à limpeza e conservação do terreno.

Art. 243. Os engenhos de divulgação de publicidade já existentes e que não se enquadram nas normas estabelecidas neste Código, deverão ser retirados, sob pena de incorrerem nas penalidades previstas, ou mantidos se o interessado, no prazo de sessenta dias, da data de vigência deste Código, regularizar a situação.

Seção V - Da Taxa de Registro, Inspeção e Fiscalização Sanitária (TRIFS)

Art. 244. A Taxa de Registro, Inspeção e Fiscalização Sanitária (TRIFS) tem como fato gerador a fiscalização de estabelecimentos e eventos, cujas atividades exercidas necessitem de vigilância sanitária concernente ao controle da saúde, higiene pública e bem-estar da população.

§ 1º Serão fiscalizados, para fins de expedição do registro sanitário e por ocasião da sua renovação anual, os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, relacionados com o consumo humano, os estabelecimentos de serviços de saúde e os estabelecimentos de serviços de interesse da saúde, bem como os sujeitos às ações de vigilância da saúde dos trabalhadores pelos riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

§ 2º Os estabelecimentos e atividades licenciadas pela vigilância sanitária serão classificadas de acordo com o risco sanitário, conforme definido na legislação federal, estadual ou municipal.

§ 3º Para as atividades de caráter eventual sujeitas à vigilância sanitária exigir-se-á licença sanitária especial para eventos.

Art. 245. O contribuinte da TRIFS é a pessoa física ou jurídica que realize a atividade sujeita ao licenciamento sanitário.

Art. 246. A TRIFS será calculada e lançada de acordo com o Anexo X deste Código e exigida na forma e prazo fixados em regulamento.

Art. 247. A TRIFS será devida quando da solicitação do Registro Sanitário ou de sua renovação anual, cujo prazo de validade será de doze meses, contados da data da sua expedição.

Parágrafo único. Quando a atividade for considerada de baixo risco, nos termos da legislação municipal, caberá ao respectivo órgão licenciador expedir Declaração de Dispensa de Licença.

Art. 248. O pagamento da TRIFS será efetuado em cota única, através de Documento de Arrecadação de Tributos Municipais, antes da concessão da licença requerida ou de sua renovação anual.

Art. 249. São isentos do pagamento

TRIFS:

I - os órgãos e as pessoas jurídicas da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios e a Câmara Municipal de Albertina;

II - as associações, fundações, entidades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo ou religioso que não remunerem seus dirigentes, não distribuam lucros a qualquer título e apliquem seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;

III - o Microempreendedor Individual (MEI) optante pelo Simples Nacional, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, referente ao licenciamento do estabelecimento destinado ao desenvolvimento de suas atividades econômicas.

Parágrafo único. A isenção da TRIFS não dispensa o prévio requerimento para a concessão de licença.

Seção VI - Da Taxa de Registro, Inspeção e Fiscalização Sanitária Agropecuária (TRIFSA)

Art. 250. Taxa de Registro, Inspeção e Fiscalização Sanitária Agropecuária (TRIFSA) tem como fato gerador o poder de polícia concernente à inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e defesa agropecuária exercida sobre os estabelecimentos rurais, industriais ou entrepostos de produtos de origem animal e vegetal, bem como os produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo humano.

§ 1º Os estabelecimentos rurais, industriais ou entrepostos de produtos de origem animal e vegetal, cuja produção for objeto de comércio municipal, somente poderão funcionar no Município após prévio registro e obtenção do certificado de inspeção sanitária.

§ 2º O certificado de inspeção sanitária deverá ser renovado anualmente, com prazo de validade de doze meses, contados da data da sua expedição.

Art. 251. O contribuinte da TRIFSA é a pessoa física ou jurídica que exerça alguma atividade sujeita a registro, inspeção ou fiscalização sanitária agropecuária.

§ 1º Estão sujeitos à inspeção e fiscalização sanitária agropecuária:

I - os animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matéria-prima;

II - o pescado e seus derivados;

III - o leite e seus derivados;

IV - o ovo e seus derivados;

V - o mel, cera de abelha e seus derivados;

VI - os produtos de origem vegetal e seus beneficiamentos.

§ 2º A Inspeção e Fiscalização Sanitária Agropecuária far-se-á:

I - nos estabelecimentos industriais especializados, com instalações adequadas para o abate de animais, no preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo;

II - nos entrepostos de recebimento e distribuição do pescado e nas fábricas que os industrializarem;

III - nos estabelecimentos onde ocorra o beneficiamento do leite, nas fábricas de laticínios, nos postos de recebimento, refrigeração e desnatagem do leite ou nos postos de recebimento, refrigeração e manipulação de seus derivados e nos respectivos entrepostos;

IV - nos entrepostos de ovos e nas fábricas de seus produtos derivados;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

V - nas propriedades rurais e entrepostos que, de modo geral, produzam, recebam e promovam beneficiamento, manipulação, armazenamento, conservação ou acondicionamento de produtos de origem animal e/ou vegetal;

VI - nos meios de transporte dos produtos sujeitos a inspeção e fiscalização sanitária agropecuária desde a produção até o comércio atacadista.

Art. 252. A TRIFSA será calculada e lançada de acordo com o Anexo XI deste Código e exigida na forma e prazo fixados em regulamento.

Parágrafo único. O pagamento da TRIFSA será efetuado em cota única através de Documento de Arrecadação de Tributos Municipais, antes da concessão da licença requerida ou de sua renovação anual.

Art. 253. Fica isento do pagamento da TRIFSA:

I - os órgãos e as pessoas jurídicas da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios e a Câmara Municipal de Albertina;

II - o agricultor familiar, definido conforme a Lei Federal nº 11.326/2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) obtida por pessoa física ou jurídica.

Parágrafo único. A isenção da TRIFSA não dispensa o prévio requerimento para a concessão de registro ou certificado.

Seção VII - Da Taxa de Fiscalização da Ocupação do Solo em Áreas e Vias ou Logradouros Públicos (TFOSVLP)

254. A Taxa de Fiscalização da Ocupação do Solo em Áreas e Vias ou Logradouros Públicos (TFOSVLP) tem como fato gerador o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, de autorização, vigilância e fiscalização, com vista a disciplinar a ocupação de vias e logradouros públicos para a prática de qualquer atividade, desde que devidamente autorizadas por lei e permitidas, conforme valores descritos no Anexo XII.

Art. 255. Compreendem-se como atividades sujeitas à taxa descrita no art. 254 a colocação de tabuleiros, bancas de jornais e revistas, “stands”, módulos de mesa e cadeiras, parques de diversões, circos, veículos e mercadores motorizados ou não.

Parágrafo único. A taxa referida no *caput* deste artigo é devida também para a fiscalização do exercício da atividade de comércio ambulante e eventual.

Art. 256. Considera-se comércio ambulante aquele exercido de forma individual, mesmo que com auxílio de outras pessoas, sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Art. 257. Considera-se comércio eventual aquele exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pelo Município.

Parágrafo único. É considerado, também, como comércio eventual, o que é exercido em instalações removíveis colocadas nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros, prateleiras, carrinhos de mão, veículos e similares.

Art. 258. O pagamento da TFOSVLP para o exercício de comércio ambulante ou eventual, não dispensa o recolhimento de outros tributos e ou de preço público instituído pelo Município.

Art. 259. É obrigatória a inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes, do comerciante ambulante e eventual, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modelo fornecido pela Departamento de Tributação.

§ 1º Não se inclui na exigência do *caput* deste artigo o comerciante com estabelecimento fixo que, por ocasião de festejos ou comemorações, explorem o comércio ambulante ou eventual.

§ 2º O benefício descrito no § 1º deste artigo é restrito a cadastramento, o que não desobriga o comerciante com estabelecimento fixo que, por ocasião de festejos ou comemorações, queira explorar o comércio ambulante ou eventual, de recolher a TFOSVLP.

§ 3º A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante ambulante ou eventual, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por ela exercida.

Art. 260. Respondem pela TFOSVLP o portador e ou vendedor cujas mercadorias sejam encontradas em seu poder, mesmo que pertençam a contribuinte que tenha pago a respectiva taxa.

CAPÍTULO IV - DAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Seção I - Da Taxa de Serviços Municipais Diversos (TSMD)

Art. 261. A Taxa de Serviços Municipais Diversos (TSMD) tem como fato gerador a prestação de serviços pelo Município referente a:

- I - depósito e liberação de bens, animais e mercadorias apreendidas;
- II - numeração de unidades imobiliárias;
- III - cemitérios;
- IV - outros.

Art. 262. São contribuintes da TSMD:

I - na hipótese do inciso I do *caput* do art. 261 deste Código, o proprietário, possuidor a qualquer título ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que requiera ou promova ou tenha interesse na liberação;

II - na hipótese do inciso II do *caput* do art. 261 deste Código, os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis submetidos à numeração, por ocasião da numeração das unidades imobiliárias;

III - na hipótese do inciso III do *caput* do art. 261 deste Código, a funerária ou o requerente da prestação dos serviços relacionados com cemitério.

Parágrafo único. Ficam isentos da TSMD os órgãos e as pessoas jurídicas da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios, a Câmara Municipal de Albertina e as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.

Art. 263. A TSMD será calculada e lançada de acordo com o Anexo XIII deste Código.

Parágrafo único. O lançamento da TSMD será feito em nome do contribuinte e o seu recolhimento efetuado em cota única, anteriormente à execução do serviço.

Seção II - Da Taxa de Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Extradomiciliares (TCRE)



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 264. A Taxa de Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Extradomiciliares (TCRE) tem como fato gerador, exclusivamente, a prestação de serviços pelo Município, referentes à coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos extradomiciliares.

Art. 265. São resíduos sólidos extradomiciliares aqueles que por seu volume, peso, grau de periculosidade ou degradabilidade, ou por outras especificidades, requeiram procedimentos especiais para o seu manejo e destinação, considerando os impactos negativos e os riscos à saúde e ao meio ambiente, compreendendo os abaixo especificados:

I - restos de matadouros de animais, restos de entrepostos de alimentos, restos de alimentos sujeitos à rápida deterioração provenientes de feiras públicas permanentes, de mercados, supermercados, açougues e estabelecimentos congêneres, alimentos deteriorados ou condenados, ossos, sebos e vísceras;

II - bens móveis domésticos imprestáveis e demais resíduos volumosos;

III - resíduos de poda de manutenção de jardim, pomar ou horta, especialmente troncos, aparas, galhadas e assemelhados, de acordo com as quantidades e periodicidade estabelecidas pelo órgão ou entidade municipal competente pela limpeza urbana;

IV - resíduos gerados em edificações unifamiliares ou multifamiliares com características de resíduos domiciliares, que exceda o volume de duzentos litros ou sessenta quilos, por período de vinte e quatro horas, por unidade domiciliar, fixado para a coleta regular;

V - resíduos gerados em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, com características de resíduos domiciliares, que exceda o volume de duzentos litros ou sessenta quilos, por período de vinte e quatro horas, por contribuinte, fixado para a coleta regular;

VI - resíduos gerados em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, com características de resíduos perigosos, os quais, por disposição de normas e regulamentos necessitem de tratamento especial em sua coleta, transporte e disposição final;

VII - resíduos gerados em estabelecimentos industriais ou nos demais imóveis não residenciais, com características de resíduos domiciliares;

VIII - resíduos produzidos pela limpeza de terrenos não edificadas ou não utilizados;

IX - outros Resíduos Extradomiciliares, definidos em regulamento, que pela sua composição qualitativa ou quantitativa, enquadrem-se na presente classificação.

§ 1º A coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos sólidos extradomiciliares são de responsabilidade do gerador, devendo ser processados por métodos aprovados, de acordo com a legislação específica, com as normas ambientais, com as disposições desta lei, de seu regulamento e normas técnicas do órgão gerenciador da limpeza urbana de Albertina.

§ 2º O órgão gerenciador da limpeza urbana de Albertina somente executará a coleta, o transporte e a disposição final de resíduos sólidos extradomiciliares através de seus serviços regulares de coleta e transporte de resíduos sólidos em caráter facultativo e a seu exclusivo critério, cobrando a TCRE.

§ 3º Entende-se por serviços regulares de coleta de resíduos sólidos, a remoção e o transporte para os destinos apropriados dos resíduos sólidos adequadamente acondicionados e colocados pelos geradores em locais previamente determinados, nos dias e horários estabelecidos, observados os limites de peso ou volume.

§ 4º Os serviços regulares de coleta e transporte de resíduos sólidos serão executados conforme o disposto nesta lei, em seu regulamento e nas normas técnicas do órgão gerenciador da limpeza urbana de Albertina.

§ 5º A coleta e o transporte dos resíduos extradomiciliares processar-se-ão em conformidade com as normas e planejamento estabelecidos para as atividades regulares de limpeza urbana pelo órgão gerenciador da limpeza urbana de Albertina.

§ 6º O acondicionamento de resíduos sólidos extradomiciliares obedecerá, em cada caso, ao regulamento desta lei, às normas técnicas do órgão gerenciador da limpeza urbana de Albertina e à legislação específica.

§ 7º Para fins de pagamento pelo serviço público de coleta, transporte e disposição final, compete ao órgão gerenciador da limpeza urbana de Albertina a aferição de volume ou peso dos resíduos gerados, conforme disposto nesta Lei Complementar e nas normas técnicas de regência.

Art. 266. São contribuintes da TCRE as pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado que requeiram a coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos extradomiciliares.

Art. 267. A TCRE será calculada e lançada de acordo com o Anexo XIV deste Código.

§ 1º O lançamento da TCRE será feito em nome do contribuinte e o seu recolhimento efetuado em cota única, anteriormente à execução do serviço.

§ 2º Ficam isentos da TCRE os órgãos e as pessoas jurídicas da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios e a Câmara Municipal de Albertina.

Seção III - Da Taxa de Serviços de Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliares (TCRD)

Art. 268. A Taxa de Serviços de Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliares (TCRD) tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição relativos à coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos domiciliares.

§ 1º Consideram-se resíduos sólidos domiciliares os originários de atividades domésticas em residências urbanas.

§ 2º Equiparam-se aos resíduos sólidos domiciliares, os resíduos provenientes de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que, possuindo as mesmas características dos resíduos sólidos domiciliares, possuam volume gerado inferior ou igual a duzentos litros ou o peso inferior ou igual a sessenta quilos, por período de vinte e quatro horas, por contribuinte.

§ 3º As edificações residenciais ou os imóveis comerciais e prestadores de serviço que possuírem potencial de geração de resíduos em quantidades superiores a duzentos litros ou sessenta quilos, por período de vinte e quatro horas, por contribuinte, ficam excluídos da incidência da taxa prevista no *caput* deste artigo, ficando o estabelecimento gerador responsável pela coleta, transporte e disposição final.

§ 4º O Município poderá, a seu critério, executar os serviços previstos no § 3º deste artigo, sujeitando o contribuinte ou responsável pelo imóvel gerador dos resíduos, ao pagamento da taxa prevista no art. 264 deste Código.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 269. O contribuinte da TCRD é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis situados em logradouros públicos ou particulares onde a prefeitura mantenha com regularidade os serviços de coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos domiciliares.

Art. 270. A TCRD será cobrada, anualmente, na forma do Anexo Próprio I.

§ 1º Na hipótese de utilização do imóvel para fins residenciais e não residenciais (comerciais, prestadores de serviços e industriais), a TCRD será cobrada pelo item de maior valor.

§ 2º Nos casos de construção nova, o lançamento será feito a partir da inscrição da nova unidade imobiliária no cadastro respectivo.

§ 3º A TCRD será lançada em conjunto com o Imposto Predial e Territorial Urbano, devendo a notificação de lançamento indicar os elementos distintos de cada tributo e os valores correspondentes.

Art. 271. Aplicam-se no que couber à TCRD, as disposições relativas ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, sem que valham, quanto à taxa, as hipóteses de dispensa de pagamento do imposto mencionado.

Art. 272. São isentos da TCRD:

I - os imóveis de propriedade da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios e da Câmara Municipal de Albertina;

II - os imóveis cedidos gratuitamente à Administração Direta e Indireta do Município de Albertina, durante o prazo da cessão.

Seção IV - Da Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas (TLCVP)

Art. 273. A Taxa de Limpeza e Conservação de Vias Públicas (TLCVP) tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição relativos à limpeza e conservação das vias e logradouros públicos.

Parágrafo único. Consideram-se serviços de limpeza pública, para efeito de cobrança da Taxa de que trata este artigo, a execução e a conservação da limpeza de vias e logradouros públicos realizadas pelo órgão competente do Município de Albertina, no âmbito do seu respectivo território.

Art. 274. O contribuinte da TLCVP é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis situados em logradouro ou via pública em que o serviço previsto no parágrafo único do art. 273 seja prestado ou posto à sua disposição.

Art. 275. A TLCVP será cobrada, anualmente, à razão de ½ (meia) URM por metro linear de testada de imóvel residencial e não residencial (comerciais, prestadores de serviço e industriais), localizado no perímetro urbano do Município.

Parágrafo único. A TLCVP será lançada em conjunto com o Imposto Predial e Territorial Urbano, devendo a notificação de lançamento indicar os elementos distintos de cada tributo e os valores correspondentes.

Art. 276. Aplicam-se no que couber à TLCVP, as disposições relativas ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, sem que valham, quanto à taxa, as hipóteses de dispensa de pagamento do imposto mencionado.

Art. 277. São isentos da TLCVP:

I - os imóveis de propriedade da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios e da Câmara Municipal de Albertina;

II - os imóveis cedidos gratuitamente à Administração Direta e Indireta do Município de Albertina, durante o prazo da cessão.

Seção V - Da Taxa de Consumo de Água (TCA)

Art. 278. A Taxa de Consumo de Água (TCA) tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do fornecimento de água tratada, prestada ao contribuinte ou posta à sua disposição, e incidirá sobre as unidades prediais e territoriais, localizadas em vias, trechos de vias ou logradouros dotados da respectiva rede de distribuição.

Art. 279. A Taxa de Consumo de Água (TCA), de lançamento e cobrança mensal, é devida pelo proprietário do imóvel, pelo titular do domínio útil ou pelo seu possuidor a qualquer título.

§ 1º Os imóveis servidos ficarão sujeitos à taxa:

I - fixa, considerada mínima, devida ainda que não haja consumo ou seja ele inferior ao mínimo definido;

II - variável, calculada segundo o volume de água consumido além do mínimo definido.

§ 2º O consumo mínimo mensal é fixado em quinze metros cúbicos, ao qual será cobrada taxa de seis URM, nos casos de imóveis não edificados ou edificados com caráter residencial, e de dez URM, para os demais imóveis, em relação a cada mês de referência.

§ 3º Nos meses de referência junho, julho, agosto e setembro de cada ano, o consumo mínimo mensal será fixado em treze metros cúbicos, ao qual será cobrada taxa de seis URM, nos casos de imóveis não edificados ou edificados com caráter residencial, e de dez URM, para os demais imóveis, em relação a cada mês de referência

§ 4º No caso de consumo além do mínimo mensal, em qualquer mês do ano, será cobrada taxa variável equivalente a uma URM para cada metro cúbico consumido, de qualquer tipo de consumidor.

§ 5º Nos imóveis beneficiados com serviços de água tratada oferecida pelo Município não será permitida a existência de poços freáticos, salvo nas chácaras e estabelecimentos industriais, os quais poderão, a título precário, manter suas próprias instalações, mediante condições fixadas pelo Município e sem prejuízo das taxas devidas.

§ 6º Quando não for possível efetuar a leitura do consumo mensal de água em razão de obstrução alheia ao Poder Público, será lançado para o mês a que fizer referência, consumo pela média dos últimos seis meses.

§ 7º Se ocorrer a hipótese descrita no parágrafo anterior, ficará o contribuinte sujeito a multa de cinco URM, a qual será lançada na conta respectiva.

Art. 280. O serviço de fornecimento de água prestado pelo Município ao contribuinte, cessará, se por este não for pago o seu respectivo valor em até sessenta dias do seu vencimento.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 281. Para a ligação de água será cobrada taxa no valor de vinte URM.

Art. 282. É de quarenta URM o preço do hidrômetro, sem o qual não se fará ligação de água em qualquer imóvel.

Art. 283. Para religação de água será cobrada taxa no valor de quinze URM, devendo o contribuinte comprovar o recolhimento desta, bem como o pagamento de todas as contas de água anteriores ao desligamento.

Seção VI - Da Taxa de Utilização de Esgoto (TUE)

Art. 284. A Taxa de Utilização de Esgoto (TUE) tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, da rede de esgoto público mantida pelo Município.

Art. 285. A Taxa de Utilização de Esgoto, de lançamento e cobrança mensal, é devida pelo proprietário do imóvel, pelo titular do domínio útil ou pelo seu possuidor a qualquer título, no caso de imóvel urbano ou rural, desde que ele seja fronteiro à via pública, trecho de via ou logradouro onde houver rede construída pelo Poder Público ou por particular, porém, mantida por aquele.

§ 1º A TUE é exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte àquele em que se der a construção da rede coletora em condições de utilização.

§ 2º A TUE é fixada no valor de duas URM, e será cobrada mensalmente, junto com a Taxa de Consumo de Água, em mesma conta.

Art. 286. Para a ligação de esgoto será cobrada a taxa no valor de trinta URM.

Seção VII - Da Taxa de Expediente (TE)

Art. 287. A Taxa de Expediente (TE) tem como fato gerador a análise, despacho, autenticação e arquivamento pelas autoridades municipais de documentos apresentados por interessados nas repartições do Município, bem como a lavratura de atos em geral, inclusive inscrição em cadastro, emissões de guias para pagamento de tributos, termos, contratos, declarações e demais atos realizados ou emanados pelo Poder Público Municipal.

Art. 288. O contribuinte da TE é a pessoa física ou jurídica que figurar no ato administrativo, nele tiver interesse ou dele obtiver qualquer vantagem ou houver requerido.

Art. 289. A TE será calculada e lançada de acordo com o Anexo XVII deste Código.

§ 1º O lançamento da TE será feito em nome do contribuinte e o seu recolhimento efetuado em cota única, anteriormente à execução do serviço.

§ 2º Ficam isentos da TE os órgãos e as pessoas jurídicas da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios e a Câmara Municipal de Albertina.

TÍTULO VII - DAS CONTRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I - DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Seção I - Do Fato Gerador e Incidência da Contribuição de Melhoria

Art. 290. A Contribuição de Melhoria, de competência do Município de Albertina, tem como fato gerador a valorização imobiliária dos imóveis localizados em área beneficiada por obras públicas realizadas pelo Município.

Art. 291. Incide a Contribuição de Melhoria quando da realização de quaisquer das seguintes obras:

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos e pontes;

III - serviços de obras e abastecimento de água potável, esgotos sanitários, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral;

IV - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriação em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico;

V - quaisquer outras obras ou serviços de que decorra valorização de imóveis de propriedade do contribuinte.

Parágrafo único. Não incide Contribuição de Melhoria na hipótese de simples recapeamento ou reparação de vias e logradouros públicos.

Seção II - Da Sujeição Passiva da Contribuição de Melhoria

Subseção I - Do Contribuinte

Art. 292. O contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, do imóvel alcançado pelo acréscimo de valor, localizado na área beneficiada por obra pública municipal.

Parágrafo único. A obrigação a que se refere o *caput* deste artigo transmite-se aos adquirentes e sucessores, a qualquer título.

Subseção II - Dos Responsáveis pelo Pagamento

Art. 293. A critério da Administração Tributária do Município de Albertina, a Contribuição de Melhoria poderá vir a ser exigida:

I - de quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;

II - de quaisquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

§ 1º O disposto nos incisos I e II do *caput* deste artigo aplica-se ao espólio das pessoas neles referidas.

§ 2º Não terá nenhum efeito perante o Fisco a convenção particular ou cláusula de instrumento de locação que atribua ao locatário ou a pessoa diversa, a responsabilidade pelo pagamento, no todo ou em parte, da Contribuição de Melhoria lançada sobre o imóvel.

Art. 294. Para fins de atribuição da responsabilidade pelo pagamento da Contribuição de Melhoria, os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário, cabendo, àquele que figurar como sujeito passivo, exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Seção III - Das Isenções

Art. 295. São isentas da Contribuição de Melhoria:

I - as valorizações dos imóveis da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados ou do Município, que estejam sendo utilizados nas suas finalidades constitucionais, quando localizados em área beneficiada direta ou indiretamente por obra pública municipal;

II - as valorizações dos templos de qualquer culto, quando localizados em área beneficiada por obra pública municipal;

III - as valorizações dos imóveis integrantes do patrimônio dos partidos políticos, inclusive suas fundações, e das instituições de educação e de assistência social, atendidos os requisitos do art. 14 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), quando localizados em área beneficiada direta ou indiretamente por obra pública municipal.

Seção IV - Do Cálculo da Contribuição de Melhoria

Art. 296. O cálculo da Contribuição de Melhoria tem como limite total o custo da obra pública de que decorra valorização imobiliária e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, e será procedido conforme previsto em regulamento.

§ 1º Na verificação do custo da obra serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outros de praxe em financiamentos ou empréstimos e o seu valor será atualizado até data do lançamento pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC), calculado pelo IBGE, ou outro índice que o substitua.

§ 2º Serão incluídos nos orçamentos de custos das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios dela sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

§ 3º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a ser financiada ou ressarcida, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização, conforme regulamento.

Seção V - Do Lançamento e da Cobrança da Contribuição de Melhoria

Art. 297. Será lançada a Contribuição de Melhoria em nome do sujeito passivo, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, aplicando-se, no que couber, as normas referentes ao IPTU, inclusive a da aferição da área construída do imóvel beneficiado com a Contribuição de Melhoria, que pode se dar de modo físico ou por meio de tratamento de imagens aerofotogramétricas, de satélite ou similar.

Art. 298. A notificação do lançamento dar-se-á com a sua entrega ao contribuinte ou à pessoa que reside no imóvel, representante, preposto ou inquilino.

§ 1º No caso de terreno, a notificação far-se-á pela entrega desta no endereço de correspondência indicado pelo sujeito passivo para efeito da notificação do IPTU.

§ 2º Comprovada a impossibilidade da entrega da notificação, esta será feita por edital, observadas as disposições regulamentares.

Art. 299. Para o lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, será publicado, previamente, edital contendo, dentre outros, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela de custo da obra a ser financiada ou ressarcida pela Contribuição de Melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada; e

V - determinação do fator de absorção do benefício de valorização para toda a zona, ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 1º A providência a que alude os incisos IV e V deste artigo, observará a delimitação em planta própria de uma área ampla e suficiente, em redor da obra objeto da cobrança, garantindo a inserção de todos os imóveis que, direta ou indiretamente, sejam beneficiados, podendo excluir imóveis que, mesmo próximos à obra, não venham a ser por ela beneficiados.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo, também, às obras públicas em execução, constantes de projeto ainda não concluído.

Art. 300. O contribuinte da Contribuição de Melhoria poderá, no prazo de trinta dias a partir da data da publicação do edital, apresentar impugnação em relação a quaisquer dos elementos nele constantes.

Parágrafo único. A impugnação ao edital deverá ser dirigida ao responsável pelo Departamento de Tributação, a quem cabe decidir em despacho fundamentado.

Art. 301. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento da contribuição referente a esses imóveis.

Art. 302. O Departamento de Tributação deverá notificar o sujeito passivo, diretamente ou por edital:

I - do valor da Contribuição de Melhoria lançada;

II - da forma e dos prazos de seu pagamento;

III - dos elementos que integraram o respectivo cálculo;

IV - do prazo para a reclamação; e

V - do local de pagamento.

Art. 303. Aplicam-se à notificação do lançamento da Contribuição de Melhoria, no que couber, as regras relativas à notificação do lançamento do IPTU.

Art. 304. O sujeito passivo que não concordar com o lançamento da Contribuição de Melhoria, no todo ou em parte, poderá contestá-lo, protocolando reclamação no prazo de trinta dias a contar da data da notificação do lançamento.

§ 1º A reclamação só será admitida se devidamente fundamentada e instruída com os documentos comprobatórios das alegações.

§ 2º A reclamação protocolada fora do prazo previsto no *caput* deste artigo, que traga evidências e provas materiais favoráveis ao sujeito passivo, será recebida como pedido de revisão de lançamento, não suspendendo a exigibilidade da obrigação principal.

Seção VI - Do Pagamento da Contribuição de Melhoria



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 305. A critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, a Contribuição de Melhoria poderá ser paga mediante parcelamento, ou de uma única vez.

§ 1º O sujeito passivo pagará o valor integral da contribuição lançada, em cota única, até a data do seu vencimento ou do vencimento da primeira parcela do lançamento original.

§ 2º Ao valor integral da contribuição lançada será acrescido percentual de 10,00% (dez inteiros por cento), caso a Contribuição de Melhoria seja paga em parcelas, as quais não excederão a dez.

Art. 306. Os débitos de Contribuição de Melhoria não pagos nos respectivos vencimentos serão atualizados, anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, acrescidos de multa e juros moratórios, na forma disciplinada neste Código para todos os tributos de competência do Município.

Seção VII - Das Disposições Gerais Relativas à Contribuição de Melhoria

Art. 307. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria disposições referentes à dívida ativa, estabelecidas neste Código.

Art. 308. Poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal:

I - mediante ato normativo, editar as instruções complementares e que se fizerem necessárias à arrecadação da Contribuição de Melhoria;

II - firmar convênio com a União ou com o Estado de Minas Gerais para efetuar a arrecadação e fiscalização da Contribuição de Melhoria devida por obra executada isoladamente por aqueles entes tributantes, ou em parceria com o Município.

Art. 309. Para os imóveis situados nas áreas direta ou indiretamente beneficiadas por obras públicas, será feito levantamento cadastral para efeito de lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

Parágrafo único. Far-se-á o levantamento cadastral:

I - por declaração do proprietário do imóvel ou de seu possuidor, através de preenchimento de formulário, que será encaminhado ao Departamento de Tributação; ou

II - de ofício, através de verificação no local, ou por meio de tratamento de imagens aerofotogramétricas, de satélite ou similar.

CAPÍTULO II - DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP)

Seção I - Do Fato Gerador e da Incidência da COSIP

Art. 310. A COSIP tem por fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços de iluminação pública, neles compreendidos a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação, manutenção, melhoramentos e eficiência energética do sistema de iluminação pública, bem como a iluminação das vias, logradouros e bens públicos municipais, situados no Município de Albertina.

§ 1º Consideram-se beneficiados pelos serviços de iluminação pública, para efeito de incidência da COSIP, os imóveis servidos por iluminação pública.

§ 2º A COSIP será calculada mensalmente sobre o valor da Tarifa de Iluminação Pública vigente, aplicada pela Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica ao Município, incluindo-se acréscimos ou adições determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ou outro órgão que vier a substituí-la.

§ 3º A COSIP incidirá também sobre imóvel constituído por lote vago ou lote contendo edificação em construção, não consumidor de energia elétrica, porém situado em logradouro servido de iluminação pública, localizado no perímetro urbano ou em área de expansão urbana neste Município.

Art. 311. A incidência da COSIP independe:

I - do local de instalação dos equipamentos públicos e das luminárias, podendo situar-se no centro ou em qualquer dos lados, direito ou esquerdo, das vias e logradouros do Município de Albertina;

II - da forma de distribuição das luminárias nas praças, logradouros ou bens públicos;

III - do local do imóvel no Município de Albertina, desde que servido pelo sistema de distribuição de energia elétrica.

Seção II - Do Contribuinte da COSIP

Art. 312. O contribuinte da COSIP é o consumidor de energia elétrica, pessoa física ou jurídica, proprietário, titular do domínio útil, locatário, comodatário ou possuidor, a qualquer título, de imóvel localizado no perímetro urbano ou em área de expansão urbana deste Município, cadastrado junto à concessionária, distribuidora de energia elétrica, detentora da respectiva concessão, no território do Município de Albertina.

Parágrafo único. É contribuinte da COSIP também aquele a que se refere o § 3º do art. 310 desta Lei Complementar.

Seção III - Das Isenções da COSIP

Art. 313. Ficam isentos da COSIP os contribuintes residentes ou instalados em vias ou logradouros que não possuam iluminação pública.

Parágrafo único. A isenção de que trata o *caput* deste artigo:

I - cessará a partir do mês seguinte ao do início do fornecimento de iluminação pública;

II - não se aplica em casos de interrupção provisória do fornecimento de energia elétrica em virtude de instalação, manutenção, melhoramento e expansão de rede de iluminação pública ou decorrente de qualquer outro fato que provoque a interrupção provisória.

Seção IV - Da Base de Cálculo e da Alíquota da COSIP

Art. 314. A base de cálculo da COSIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica, constante da Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica do contribuinte, emitida pela empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Albertina, ou congênera, sendo deduzidas as parcelas relativas a outros tributos, devendo ser adotado nos intervalos de consumo indicado os percentuais correspondentes:

| Consumo mensal em KWh | Percentual da tarifa de IP |
|-----------------------|----------------------------|
| De 0 a 50 | 4,00% |
| De 51 a 100 | 7,00% |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | |
|--------------|--------|
| De 101 a 200 | 10,00% |
| De 201 a 300 | 15,00% |
| Acima de 300 | 17,00% |

Parágrafo único. Para o imóvel citado no § 3º do art. 310 e parágrafo único do art. 312, ambos deste Código, o valor a ser recolhido anualmente será de 0,30 (trinta centésimos) da URM por metro linear da testada principal dele.

Seção V - Da Cobrança da COSIP

Art. 315. A COSIP será cobrada para pagamento juntamente com a fatura de energia elétrica de cada consumidor.

§ 1º Os valores da COSIP não pagos no vencimento serão devidamente corrigidos nos mesmos índices aplicados à tarifa de energia elétrica, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ressalvados os casos de cobrança pelo Município de Albertina, através de inscrição de débito na dívida ativa, quando terão o seu valor atualizado, anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, acrescidos de multa, juros moratórios e honorários advocatícios, nos termos da legislação tributária municipal.

§ 2º No caso do parágrafo único do art. 314 deste Código, a cobrança da COSIP nele prevista, será feita diretamente pela Prefeitura, em conjunto com a cobrança anual do IPTU.

Art. 316. O débito vencido será encaminhado para cobrança, com inscrição na dívida ativa.

§ 1º Inscrita a dívida, serão devidos, pelo sujeito passivo, custas, honorários advocatícios e demais despesas, na forma regulamentar, observado o disposto na legislação específica.

§ 2º A inscrição na dívida ativa, observadas as disposições emanadas do CTN, terá como pressuposto da formalização do título, a comunicação pela concessionária do não pagamento.

Art. 317. Caso o valor da arrecadação da COSIP seja comprovadamente superior ao previsto para custear a elaboração de projetos, a implantação, expansão, operação, manutenção, melhoramentos, eficiência energética e taxa de administração, do sistema de iluminação pública, bem como a iluminação das vias, logradouros e bens públicos de uso comum municipais, o Poder Executivo Municipal deverá reduzir, adequadamente, a COSIP.

Seção VI - Disposições Gerais Relativas à COSIP

Art. 318. O Município de Albertina manterá convênio ou contrato com empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica ou congêneres, disciplinando a forma de cobrança e o repasse dos recursos arrecadados relativos à COSIP.

§ 1º O convênio ou contrato a que se refere o *caput* deste artigo deverá, dentre outras cláusulas, dispor sobre o repasse, ao Município de Albertina, do valor arrecadado pela empresa distribuidora.

§ 2º Do valor objeto do repasse ao erário, a distribuidora poderá, quando autorizado pelo convênio ou contrato, fazer a retenção do valor correspondente ao pagamento do consumo de energia elétrica destinada ao serviço de iluminação pública, bem como a remuneração decorrente dos custos com a arrecadação e cobrança da COSIP, cujos valores deverão ser homologados por órgão competente do Município de Albertina.

§ 3º A empresa prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica fica sujeita à apresentação de quaisquer informações ou declarações referentes à COSIP requeridas pelo Município de Albertina.

Art. 319. A empresa distribuidora de energia elétrica manterá cadastro atualizado dos contribuintes e fornecerá, dos inadimplentes, os dados necessários à inscrição na dívida ativa do Município de Albertina, quando for o caso.

TÍTULO VIII - DAS RECEITAS DE SERVIÇOS, LOCAÇÃO OU CESSÃO DE BENS

CAPÍTULO ÚNICO - DAS RECEITAS DE SERVIÇOS, LOCAÇÃO OU CESSÃO DE BENS

Seção Única - Do Fato Gerador, Incidência, Cálculo, Lançamento e Pagamento

Art. 320. A receita de serviços, locação ou cessão de bens, tem como fato gerador a utilização efetiva de bens públicos municipais.

Art. 321. A receita de serviços, locação ou cessão de bens municipais é exigida a partir do primeiro dia da efetiva utilização de bens públicos municipais, por terceiros, mediante ato próprio emanado de autoridade competente, nos termos da legislação vigente.

Art. 322. A receita da locação, cessão ou concessão de direito real de uso de bens municipais, será cobrada em documento próprio do Departamento de Tributação à base de:

I - 5 (cinco) URM por metro quadrado, ao mês, se o imóvel tiver tamanho igual ou inferior a 100 (cem) metros quadrados;

II - 1 (uma) URM por metro quadrado, ao mês, se o imóvel tiver tamanho superior a 100 (cem) e inferior a 1.000 (um mil) metros quadrados;

III - 0,5 (cinquenta centésimos) URM por metro quadrado, ao mês, em guia própria para pagamento, se o imóvel tiver tamanho superior a 1.000 (um mil) metros quadrados.

§ 1º No caso de imóvel que se enquadre nas disposições do inciso II do *caput* deste artigo, o locatário, cessionário ou concessionário do direito real de uso do bem municipal, para cada empregado registrado que possuir, com a devida anotação em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, e que comprove ali trabalhar, terá 1,00% (um inteiro por cento) de desconto, até o limite de 30,00% (trinta inteiros por cento), no pagamento mensal do tributo devido pela utilização do imóvel.

§ 2º O empregado a que se refere o § 1º deste artigo deverá prestar seus serviços na unidade instalada no bem municipal, obrigatoriamente, não sendo computados para descontos empregados de outras unidades empresariais, seja ela matriz ou filial.

Art. 323. A locação das dependências do lago municipal poderá ser realizada, somente quanto às áreas cobertas e suas proximidades, não impedindo, de nenhuma forma, a utilização dos demais espaços e dependências por outros cidadãos.

Parágrafo único. Em nenhuma possibilidade o locatário poderá proibir ou impedir de



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

qualquer modo, que os cidadãos usuários dos demais espaços e dependências do lago utilizem os sanitários.

Art. 324. A locação só ocorrerá no final de semana, assim entendido o sábado e o domingo, sendo cobrado por este período o valor de trinta e cinco URM.

§ 1º Além do pagamento pela locação, será cobrada do locatário uma caução no valor de cinquenta URM, a qual será recolhida a título de receita extra-orçamentária ao Município, junto ao pagamento a que alude o *caput*.

§ 2º O valor da caução será devolvido ao locatário no prazo máximo de cinco dias úteis após a entrega das chaves do bem locado e laudo de vistoria realizado no local, constatando que nada foi danificado e que este encontra-se limpo.

§ 3º Eventuais danos causados por ocasião da locação serão cobrados do locatário.

Art. 325. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a editar decreto regulamentador sobre a locação de bens públicos municipais.

LIVRO II - PARTE GERAL

TÍTULO I - DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 326. A legislação tributária do Município de Albertina compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e sobre relações jurídicas a eles pertinentes.

Art. 327. Em relação aos tributos de competência do Município de Albertina, somente a lei municipal poderá estabelecer:

- I - a instituição ou a sua extinção;
- II - a majoração ou a sua redução;
- III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;
- IV - a fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo;
- V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas; e
- VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

§ 1º Equipara-se à majoração do tributo a modificação de sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.

§ 2º Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a atualização monetária da respectiva base de cálculo, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo.

Art. 328. Os decretos que regulamentarem leis tributárias do Município de Albertina observarão os preceitos e disposições constitucionais, as normas gerais estabelecidas no Código Tributário Nacional, as normas deste Código e a legislação pertinente.

§ 1º O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais

sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas neste Código.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá, mediante decreto, atualizar a base de cálculo dos tributos, fixando valores de acordo com índice oficial previsto em norma, estando autorizado ao implemento dessa providência pela legislação tributária.

Art. 329. Consideram-se normas complementares da legislação tributária municipal os atos normativos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, as decisões proferidas em Processo Administrativo Tributário a que a lei atribua eficácia normativa, os convênios de que tenha sido parte o Município, e ainda, as práticas reiteradamente observadas na Administração Municipal.

Parágrafo único. A observância das normas referidas no *caput* deste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização monetária da base de cálculo do tributo.

Art. 330. Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infrações à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas exclusivamente pelos servidores do Fisco Municipal conforme as suas atribuições.

CAPÍTULO II - DA VIGÊNCIA

Art. 331. A vigência da legislação tributária do Município de Albertina rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral, observando-se ainda o previsto neste Capítulo.

Art. 332. A legislação tributária do Município de Albertina poderá vigorar além dos limites da circunscrição do seu território quando for admitida a extraterritorialidade por ato normativo celebrado com outro Município, ou do que disponham normas gerais expedidas pela União.

Art. 333. Salvo disposição em contrário, entram em vigor:

- I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, na data da sua publicação;
- II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, trinta dias após a data da sua publicação;
- III - os convênios celebrados pelo Município, na data neles prevista.

Art. 334. Respeitada a anterioridade nonagesimal, e se a lei não dispuser de modo diverso, entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei tributária do Município que:

- I - instituem ou majoram impostos;
- II - definem novas hipóteses de incidência;
- III - extinguem ou reduzem isenções, salvo se lei municipal dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

CAPÍTULO III - DA APLICAÇÃO

Art. 335. A legislação tributária do Município de Albertina aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 336. A lei tributária municipal aplica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

- a) quando deixe de defini-lo como infração;
- b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;
- c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei tributária municipal vigente ao tempo da sua prática.

CAPÍTULO IV - DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO

Art. 337. A legislação tributária será interpretada conforme o disposto neste Capítulo.

Art. 338. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

- I - a analogia;
- II - os princípios gerais de direito tributário;
- III - os princípios gerais de direito público;
- IV - a equidade.

§ 1º O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 2º O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Art. 339. Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para a definição dos respectivos efeitos tributários.

Art. 340. A lei tributária do Município de Albertina não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal da República Federativa do Brasil, pela Constituição do Estado de Minas Gerais, ou pela Lei Orgânica do Município, para definir ou limitar competências tributárias.

Art. 341. Interpreta-se literalmente a legislação tributária do Município que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 342. A lei tributária do Município de Albertina, que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

- I - à capitulação legal do fato;
- II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
- III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;
- IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

TÍTULO II - DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 343. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, e tem por objeto o pagamento de tributo de competência do Município ou penalidade pecuniária relativa ao tributo, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da tributação, arrecadação e fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 344. São obrigações acessórias, dentre outras previstas na legislação do Município de Albertina:

I - a inscrição e quando for o caso, a baixa da inscrição, junto ao setor competente do Departamento de Tributação;

II - apresentar declarações e guias na conformidade da legislação tributária;

III - comunicar ao Fisco municipal qualquer alteração relevante capaz de criar, modificar ou extinguir obrigações tributárias;

IV - conservar e apresentar qualquer documento solicitado por agente do Fisco municipal que, de algum modo, se refira à operação ou situação que constitua fato gerador, ou sirva de comprovação da veracidade de dados contidos em guias e outros documentos fiscais;

V - prestar, quando solicitado por agente do Fisco, esclarecimentos e informações que se refiram a fato gerador da obrigação tributária.

Parágrafo único. Os beneficiários de imunidade ou isenção ficam sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.

CAPÍTULO II - DO FATO GERADOR

Art. 345. Define-se fato gerador da obrigação:

I - principal: a situação definida em lei como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município;

II - acessória: qualquer situação que, na forma da legislação tributária municipal, imponha a prática ou abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 346. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos definidos em lei.

Art. 347. Para os efeitos do inciso II do art. 346 deste Código, salvo disposição de lei em



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I - sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

II - sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 348. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

CAPÍTULO III - DA SUJEIÇÃO ATIVA E PASSIVA

Seção I - Do Sujeito Ativo

Art. 349. O Município de Albertina, pessoa jurídica de direito público interno, é o sujeito ativo competente para efetuar a tributação, lançamento, arrecadação, fiscalização e exigir o cumprimento da obrigação tributária definida neste Código e na legislação tributária.

§ 1º É indelegável a competência tributária do Município de Albertina, salvo a atribuição de arrecadar tributos.

§ 2º É delegável a outra pessoa jurídica de direito público interno a atribuição da função de arrecadar os tributos de que trata este Código e a legislação que o complementa ou, ainda, de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

Seção II - Do Sujeito Passivo

Subseção I - Disposições Gerais

Art. 350. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa física ou jurídica obrigada ao recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária de competência municipal.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação tributária principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador; e

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Art. 351. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos previstos na legislação tributária do Município.

Art. 352. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributo municipal, não podem ser opostas ao Fisco Municipal, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Subseção II - Da Capacidade Tributária

Art. 353. São irrelevantes para excluir a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação tributária ou a decorrente de sua inobservância:

I - a causa que, de acordo com o direito privado, exclua a capacidade civil da pessoa natural;

II - o fato de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividade civil, comercial ou profissional, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - a irregularidade formal na constituição de empresa ou de pessoa jurídica de direito privado, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional;

IV - a inexistência de estabelecimento fixo, a clandestinidade ou a precariedade de suas instalações.

Subseção III - Do Domicílio Tributário

Art. 354. Ao sujeito passivo regularmente inscrito em cadastro do Departamento de Tributação é facultado escolher e indicar o seu domicílio tributário, assim entendido o lugar onde desenvolve sua atividade, responde e pratica os demais atos que constituam ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 1º Na falta de indicação do domicílio tributário pelo contribuinte do Município de Albertina, considerar-se-á como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o local habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas:

a) de direito privado ou das entidades empresariais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

b) de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município de Albertina.

§ 2º Quando não couber a aplicação das regras fixadas neste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à respectiva obrigação tributária.

§ 3º O Departamento de Tributação, por seus agentes, poderá recusar o domicílio que o contribuinte ou responsável indicar, quando a localização, o acesso ou qualquer outro aspecto, seja capaz de impossibilitar ou dificultar a arrecadação ou a fiscalização, caso em que se adotará o que estabelece o § 2º deste artigo.

Art. 355. O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, reclamações, impugnações, recursos, declarações, guias, consultas e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao Fisco.

CAPÍTULO IV - DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Seção I - Disposições Gerais

Art. 356. São responsáveis pelo crédito tributário do Município de Albertina:

I - os contribuintes, nas condições estabelecidas para cada tributo de competência do Município;

II - as demais pessoas às quais a lei atribui de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário, por vinculação ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo, do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais;

III - aos que, por disposição expressa do Código Tributário Nacional, forem como tais considerados.

Art. 357. A denúncia espontânea da infração exclui a responsabilidade:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

I - quando acompanhada pelo pagamento do tributo devido e de juros de mora; ou

II - quando ocorrer o depósito da importância arbitrada pelo agente do Fisco, nos casos em que o montante do tributo dependa de apuração.

Art. 358. Não será espontânea a denúncia apresentada após iniciado qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Seção II - Da Responsabilidade Solidária

Art. 359. São solidariamente obrigadas as pessoas expressamente designadas por lei e as que, embora não tenham sido designadas, tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

Parágrafo único. A solidariedade referida no *caput* deste artigo não comporta benefício de ordem.

Art. 360. São efeitos da solidariedade:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

TÍTULO III - DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 361. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

§ 1º O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, fora dos quais não pode ser dispensado, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

§ 2º As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam a sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

CAPÍTULO II - DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Seção I - Do Lançamento dos Tributos

Art. 362. O crédito tributário do Município é constituído pelo lançamento, entendido como o procedimento administrativo e privativo para verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, quando for o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. Compete privativamente ao responsável pelo Departamento de Tributação regularmente designado e no exercício de

atividade funcional, constituir, de forma vinculada e obrigatória, o crédito tributário pelo lançamento, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 363. O lançamento, em todos os casos, rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, reportando-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha:

I - instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização; ou

II - ampliado os poderes do responsável pelo Departamento de Tributação, ou outorgado ao crédito tributário maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 364. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I - impugnação do sujeito passivo;

II - do reexame necessário; ou

III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 368 deste Código.

Art. 365. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pelo responsável pelo Departamento de Tributação no exercício da atividade de lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Seção II - Das Modalidades de Lançamento

Art. 366. O lançamento do crédito tributário compreende as seguintes modalidades:

I - Lançamento Direto: quando sua iniciativa competir ao Fisco, sendo o mesmo procedido com base nos dados cadastrais do Departamento de Tributação, ou apurado diretamente pelo agente do Fisco junto ao contribuinte ou responsável, ou junto a terceiro que disponha desses dados;

II - Lançamento por Homologação: quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa;

III - Lançamento por Declaração: quando for efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante a comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§ 2º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

§ 3º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos do inciso II deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

§ 4º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando a extinção total ou parcial do crédito.

§ 5º Os atos a que se refere o § 4º deste artigo serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 6º A omissão ou erro de lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

Art. 367. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 368. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso II deste artigo, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando se comprove:

a) a falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

b) a omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamentos por homologação;

c) a ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária; ou

d) que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

V - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

VI - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional do responsável pelo Departamento de Tributação que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

VII - quando houver lançamento aditivo, no caso em que o lançamento original consigne diferença a menor contra o Fisco, em decorrência de erro de fato em qualquer das suas fases de execução; e

VIII - quando ocorrer lançamento substitutivo, no caso em que, em decorrência de erro de fato, houver necessidade de anulação do lançamento anterior, cujos defeitos o invalidaram para todos os fins de direito.

Art. 369. O lançamento e suas alterações serão comunicadas ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

I - por notificação direta;

II - por via postal;

III - por publicação de Edital no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOM);

IV - por outra forma estabelecida na legislação tributária do Município.

Art. 370. O prazo para homologação do pagamento será de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que o Fisco Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

CAPÍTULO III - DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I - Disposições Gerais

Art. 371. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos do Processo Administrativo Tributário;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

VI - o parcelamento sem exclusão de juros e multa, concedido na forma e condições estabelecidas na legislação tributária municipal.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

Seção II - Da Moratória

Art. 372. A moratória somente pode ser concedida em caráter geral, por lei, a todos os sujeitos passivos.

Art. 373. A lei que conceder moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do benefício; e

II - sendo o caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de parcelas e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I deste artigo, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual; e

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado, no caso de concessão em caráter individual.

§ 1º Quando do parcelamento, a quantidade de prestações não excederá a doze e o seu vencimento será mensal e consecutivo e o saldo devedor será atualizado monetariamente na forma disciplinada na legislação.

§ 2º A inadimplência acumulada de três ou mais parcelas, consecutivas ou não, poderá implicar em cancelamento automático do parcelamento, independentemente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se de imediato a inscrição do saldo devedor remanescente em dívida ativa, para fins de execução fiscal.

Art. 374. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Parágrafo único. A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

Seção III - Do Parcelamento

Art. 375. O parcelamento será concedido na forma e condições estabelecidas neste Código e em regulamento.

§ 1º Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas moratórios.

§ 2º Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento as disposições deste Código, relativas à moratória.

§ 3º Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

§ 4º A inexistência da lei específica a que se refere o § 3º deste artigo importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica.

§ 5º O débito objeto de parcelamento ficará sujeito ao acréscimo de um por cento de juros financeiros mensais sobre o principal atualizado.

CAPÍTULO IV - DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I - Disposições Gerais

Art. 376. Extinguem o crédito tributário municipal:

- I - o pagamento;
- II - a compensação;
- III - a transação;
- IV - a remissão;
- V - a prescrição e a decadência;
- VI - a conversão de depósito em renda;
- VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos da legislação tributária;
- VIII - a consignação em pagamento, na forma disposta na legislação;
- IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;
- X - a decisão judicial transitada em julgado;
- XI - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

Parágrafo único. A lei disporá quanto aos efeitos da extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição, observado o disposto na legislação.

Seção II - Das Modalidades de Extinção

Subseção I - Do pagamento

Art. 377. A imposição de penalidade não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 378. O pagamento será efetuado em moeda corrente do País.

Art. 379. O vencimento do crédito ocorre dez dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento, se outro prazo não dispuser o termo de notificação.

Parágrafo único. A legislação tributária fixará as formas e prazos para pagamento dos tributos municipais.

Art. 380. O crédito tributário não integralmente pago no vencimento será atualizado anualmente com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, acrescido de juros de mora de um por cento ao mês e da multa correspondente, na forma prevista neste Código.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

Art. 381. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I - quando parcial, das prestações em que se decompõem;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 382. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com o Município, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, o agente do Fisco determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem a seguir enumeradas:

I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II - primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos; e

III - na ordem crescente dos prazos de prescrição e na ordem decrescente dos montantes.

Art. 383. O regulamento fixará as formas e os prazos para o pagamento dos tributos de competência do Município.

Subseção II - Da Compensação

Art. 384. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá autorizar o Departamento de Tributação a promover a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal, compreendendo os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, sempre que o interesse do Município o exigir.

§ 1º Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo a que se refere o *caput* deste artigo, o seu montante será apurado com redução correspondente aos juros de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês ou fração, pelo tempo que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos necessários à formalização da compensação prevista no *caput* deste artigo.

Art. 385. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

Subseção III - Da Transação

Art. 386. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá autorizar o Departamento de



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Tributação, após prévio Parecer da Procuradoria Geral do Município, a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária transação que, mediante concessões mútuas, importe em término de litígio e consequente extinção do crédito tributário, conforme legislação tributária do Município de Albertina.

Subseção IV - Da Remissão

Art. 387. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá, quando autorizado por lei específica, conceder, por despacho fundamentado, remissão parcial do crédito tributário, atendendo:

- I - à situação econômica do sujeito passivo;
- II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
- III - à diminuta importância do crédito tributário;
- IV - a considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso;
- V - a condições peculiares a determinada região do território do Município; ou
- VI - ao caráter social ou cultural da promoção ou atividade.

Parágrafo único. O despacho referido no *caput* deste artigo não gera direito adquirido.

Art. 388. Entende-se por remissão, para os efeitos do disposto no art. 387 deste Código:

- I - a dispensa parcial do pagamento de tributos já lançados, no caso de tributos de lançamento direto; ou
- II - o perdão total ou parcial da dívida já formalizada, no caso de tributos para pagamento mensal ou por declaração.

Subseção V - Da Prescrição e da Decadência

Art. 389. O direito do Fisco Municipal constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

- I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; ou
- II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

§ 1º O direito a que se refere o *caput* deste artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

§ 2º Ocorrendo a decadência, aplica-se o estabelecido no art. 391 deste Código, no tocante à apuração das responsabilidades e à caracterização da falta.

Art. 390. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

- I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
- II - pelo protesto judicial;
- III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; e
- IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 391. Ocorrendo a prescrição e não tendo sido ela interrompida na forma do parágrafo único

do art. 390 deste Código, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da legislação aplicável.

Parágrafo único. O servidor do Fisco responderá civil e administrativamente pela prescrição de débitos tributários sob sua responsabilidade, cabendo-lhe indenizar o Município pelos débitos tributários que deixaram de ser recolhidos.

Subseção VI - Da Conversão do Depósito em Renda

Art. 392. Extingue o crédito tributário a conversão, em renda, de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo em decorrência de qualquer exigência da legislação tributária.

Parágrafo único. Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do Fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

- I - o saldo a favor do Fisco Municipal será exigido através de intimação ao contribuinte, aplicando-se o disposto no Processo Administrativo Tributário; ou
- II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

Subseção VII - Da Consignação

Art. 393. Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário, nos casos:

- I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
- II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;
- III - de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de Direito Público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignatário se propõe a pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda.

§ 3º Julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido de juros de mora de um por cento ao mês ou fração, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§ 4º Na conversão da importância consignada em renda, aplicam-se as normas do parágrafo único do art. 392 deste Código.

CAPÍTULO V - DA COBRANÇA, DO RECOLHIMENTO E DO PAGAMENTO

Art. 394. A cobrança e o pagamento dos tributos municipais far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária municipal.

Art. 395. É facultado ao Fisco Municipal proceder a cobrança amigável após o término do prazo para pagamento dos tributos e antes da inscrição do débito para execução, sem prejuízo das cominações legais em que o infrator houver incorrido.

Art. 396. Esgotado o prazo concedido para a cobrança amigável, será promovida a cobrança judicial, na forma estabelecida na legislação aplicável.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 397. Todo recolhimento de tributo de competência municipal será feito através de Documento de Arrecadação de Tributos Municipais (DATM).

Parágrafo único. No caso de emissão fraudulenta de documento de arrecadação responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido, ou qualquer que tenha dele se beneficiado.

Art. 398. O pagamento não importa em quitação do crédito tributário, valendo o recibo como prova da importância nele referida, continuando o sujeito passivo obrigado a satisfazer qualquer diferença que venha a ser apurada.

Art. 399. No lançamento ou cobrança a menor do tributo ou penalidade pecuniária, respondem solidariamente o servidor responsável pelo erro, em caso de dolo, e o sujeito passivo, em qualquer caso.

Art. 400. Não se procederá nenhuma ação contra o sujeito passivo que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, em relação ao crédito tributário em litígio, mesmo que, posteriormente, o entendimento venha a ser modificado.

Art. 401. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá estabelecer convênios ou contratos com instituições financeiras ou de natureza diversa, desde que tenha função precípua de pagamentos e recebimentos de tributos e tarifas, visando ao recebimento de tributo municipal, vedada a atribuição de qualquer parcela da arrecadação do tributo a título de remuneração, bem como o recebimento de juros desses depósitos.

CAPÍTULO VI - DO PAGAMENTO INDEVIDO

Art. 402. As quantias indevidamente recolhidas, relativas a créditos tributários, serão restituídas, no todo ou em parte, mediante requerimento, seja qual for a modalidade do pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo do tributo municipal indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável, bem como da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 403. A restituição total ou parcial de tributos municipais dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as decorrentes de infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 404. A restituição de tributos municipais que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 405. Não serão restituídas as multas ou parte das multas pagas anteriormente à vigência da lei que abolir ou diminuir a pena fiscal.

Art. 406. O direito de pleitear a restituição de tributos municipais extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 402 deste Código, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do art. 402 deste Código, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 407. Na forma do que estabelece a legislação específica, prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição da ação anulatória é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, pela metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial do Fisco Municipal.

CAPÍTULO VII - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 408. Quando não recolhidos nos prazos legais, os débitos para com o Fisco Municipal serão atualizados anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE.

Parágrafo único. A atualização monetária prevista no *caput* deste artigo aplicar-se-á inclusive aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o contribuinte houver depositado a importância questionada.

Art. 409. Em caso de extinção do IPCA-E, a atualização monetária será realizada por outro índice a ser definido em lei municipal.

CAPÍTULO VIII - DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Seção I - Disposições Gerais

Art. 410. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário municipal não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

Seção II - Da Isenção

Art. 411. A isenção, ainda quando prevista em contrato, será sempre decorrente de lei específica que determinará as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, indicando os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção concedida expressamente para um determinado tributo não aproveita aos demais, não sendo extensiva:

I - às taxas e à contribuição de melhoria; e



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 412. A isenção pode ser concedida, em caráter geral, por lei que pode, inclusive, circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a área geográfica do Município em função de condições peculiares.

Art. 413. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. 334 deste Código.

Seção III - Da Anistia

Art. 414. A anistia abrange exclusivamente os atos infracionais cometidos anteriormente à vigência da lei municipal específica que a conceder, não se aplicando:

I - aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação, pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas;

III - aos atos qualificados em Lei como Crime Contra a Ordem Tributária.

Art. 415. A anistia pode ser concedida no Município de Albertina:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

Art. 416. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Art. 417. A infração anistiada não constitui antecedente para efeito de imposição ou graduação de penalidade por outras infrações de qualquer natureza a ela subsequente.

CAPÍTULO IX - DAS GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I - Disposições Gerais

Art. 418. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo, unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 419. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com o Fisco Municipal, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

Art. 420. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

§ 1º A indisponibilidade de que trata o *caput* deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação, de que trata o *caput* deste artigo, enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido.

Art. 421. As garantias atribuídas ao crédito tributário municipal não excluem outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se referam.

Seção II - Das Preferências

Art. 422. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Parágrafo único. Na falência:

I - o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

II - a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho; e

III - a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

Art. 423. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I - União;

II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pro rata;

III - Municípios, conjuntamente e pro rata.

Art. 424. São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

§ 1º Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

acrescidos, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante do Fisco Municipal.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.

Art. 425. São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do *de cuius* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do art. 424 deste Código.

Art. 426. São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

Art. 427. A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.

Art. 428. A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, observado o disposto nos arts. 379, 469 e 471 deste Código.

Art. 429. Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

Art. 430. Nenhum departamento da administração pública do Município, ou suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos ao Fisco Municipal.

CAPÍTULO X - DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 431. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá conceder benefícios e incentivos fiscais, quando da instalação de novos empreendimentos, ou quando da ampliação de unidades já instaladas no Município de Albertina, na forma prevista em lei específica, nunca renunciando receitas.

Art. 432. É assegurado à microempresa (ME), tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, no âmbito tributário municipal, na forma da lei.

Art. 433. O tratamento previsto neste Capítulo é condicionado ao cumprimento das disposições estabelecidas em lei, sem prejuízo dos demais benefícios previstos neste Código e na legislação tributária municipal, quando for o caso.

TÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I - DA FISCALIZAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

Art. 434. São competentes privativamente para promoverem ações fiscais os servidores lotados no Departamento Municipal de Tributação.

Art. 435. A fiscalização será exercida sobre todos os sujeitos de obrigações tributárias previstas na legislação tributária do Município, inclusive os que gozarem de imunidade tributária, forem isentos ou não estejam sujeitos ao pagamento de imposto.

Art. 436. O servidor do Departamento Municipal de Tributação, regularmente designado e com a finalidade de obter elementos que lhe permita verificar a exatidão das declarações dos contribuintes e responsáveis e, visando determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, poderá:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e fatos, operações e prestações que constituam ou possam constituir fato gerador de obrigação tributária de tributos municipais;

II - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens e serviços que constituam matéria tributável;

III - exigir informações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer ao órgão fazendário;

V - requisitar o auxílio da força policial ou requerer ordem judicial quando indispensável à realização de procedimentos e diligências fiscais, bem como vistorias, exames e inspeções, necessárias à verificação da legalidade do crédito tributário;

VI - apreender bens móveis, inclusive mercadorias, documentos, arquivos eletrônicos ou não, computadores, livros, cofres, e qualquer objeto de interesse da ação fiscal existentes em estabelecimentos comercial, industrial, empresarial, agrícola ou profissional do contribuinte ou de terceiro, aberto ou fechado ao público, em outros lugares ou em trânsito, que constituam material da infração;

VII - exercer outras atribuições previstas na legislação municipal.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, às pessoas naturais ou jurídicas que gozem de imunidade ou sejam beneficiadas por isenções ou quaisquer outras formas de exclusão ou suspensão do crédito tributário.

§ 2º Para os efeitos da legislação tributária do Município, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar bens, mercadorias, inclusive eletrônicos, livros, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais e prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibí-los.

§ 3º Em relação ao inciso VI deste artigo, havendo prova ou fundada suspeita de que os bens se encontram em residência particular, ou lugar reservado à moradia, serão promovidas busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 437. Mediante intimação escrita, o sujeito passivo ou responsável é obrigado:

I - a exhibir ou entregar documentos, livros, papéis ou arquivos eletrônicos de natureza fiscal ou que estejam relacionados com tributos de competência do Município, sejam próprios ou de terceiros e a não embarçar o procedimento fiscal.

II - a prestar ao Fisco Municipal todas as informações que disponha com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.

§ 1º Ficam também obrigados, ao que prevê o inciso II do *caput* deste artigo:



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

a) as pessoas inscritas ou obrigadas a inscrição cadastral no Município e todos que tomarem parte em operações ou prestações sujeitas a tributos de competência do Município;

b) os servidores ou funcionários públicos federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta;

c) os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

d) os bancos e demais instituições financeiras e as empresas seguradoras;

e) as empresas de administração de bens;

f) os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

g) os síndicos, comissários, liquidatários e inventariantes;

h) os locadores, locatários, comodatários, titulares de direito de usufruto, uso e habitação;

i) os síndicos ou qualquer dos condôminos, nos casos de condomínio;

j) os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classe;

k) as imobiliárias, construtoras e incorporadoras imobiliárias;

l) quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informação sobre bens, negócios ou atividades de terceiros relacionados com os tributos de competência municipal.

§ 2º A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 438. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte do Fisco Municipal ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo, além dos casos previstos no art. 440 deste Código, os seguintes:

I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça; e

II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições na dívida ativa do Fisco Municipal;

III - parcelamento ou moratória.

Art. 439. As diligências necessárias à ação fiscal serão exercidas sobre documentos, papéis, livros e arquivos eletrônicos de natureza fiscal e contábil, em uso ou já arquivados, e ensejarão, quando necessário, pelo

responsável pelo Departamento Municipal de Tributação, a aposição de lacre dos móveis e arquivos onde presumivelmente se encontrem tais elementos, exigindo-se, para tanto, lavratura de termo com indicação dos motivos que o levaram a esse procedimento, do qual se entregará via ou cópia ao contribuinte ou responsável.

Parágrafo único. Configurada a hipótese prevista no *caput* deste artigo, o setor competente do Departamento de Tributação providenciará, de imediato, por intermédio da Procuradoria-Geral do Município, a exibição, inclusive judicial, conforme o caso, dos livros e documentos, papéis e arquivos eletrônicos omitidos, sem prejuízo da lavratura de auto de infração por embarço à fiscalização.

Art. 440. A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

Art. 441. O servidor do Departamento Municipal de Tributação, quando vítima de embarço ou desacato no exercício de suas funções ou quando, de qualquer forma, se fizer necessário a efetivação de medida prevista na legislação tributária, poderá solicitar o auxílio de autoridade policial a fim de que as diligências pretendidas possam ser consumadas, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 442. O servidor do Departamento Municipal de Tributação que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará o prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo único. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados em separado, quando se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia assinada.

Art. 443. Os livros obrigatórios de escrituração contábil e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 444. A Administração Fiscal do Município de Albertina poderá instituir livros, declarações por meios eletrônicos ou não, e registros obrigatórios de bens, serviços e operações tributárias, a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização.

Parágrafo único. Os livros, declarações e registros a que se refere o *caput* deste artigo, terão sua forma, prazo, obrigatoriedade, e todas as demais características definidas em regulamento.

Art. 445. Toda infração à legislação tributária será apurada e formalizada através de auto de infração, o qual será lavrado exclusivamente por servidor do Departamento Municipal de Tributação, em efetivo exercício, na atividade de fiscalização de tributos municipais ou do Fisco de Posturas, Tributos e Patrimônio.

Parágrafo único. O servidor municipal que tiver conhecimento de infração à legislação tributária municipal e não tiver competência funcional ou estiver impedido para formalizar a exigência, comunicará o fato ao órgão competente para que adote a providência.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 446. O sujeito passivo será autuado pelo cometimento de infração à legislação tributária, e:

I - quando encontrado no exercício de atividade tributável, sem prévia inscrição, ou, embora inscrito, em atraso no pagamento do tributo, conforme o que estabelecer a legislação;

II - nas revisões, em que se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a elemento de declaração obrigatória, ou ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.

Seção II - Dos Elementos Essenciais ao Auto de Infração

Art. 447. O auto de infração conterá, entre outros elementos definidos na legislação, os seguintes:

I - a qualificação do autuado;

II - dia e hora da lavratura;

III - descrição clara e precisa do fato que se alega constituir infração, com referência às circunstâncias pertinentes, e indicação do lugar onde se verificou a infração, quando esse não seja o da lavratura do auto;

IV - valor do tributo e dos acréscimos legais;

V - indicação do dispositivo legal infringido, a penalidade aplicável, e referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, se for o caso;

VI - intimação ao infrator para pagar os tributos e multas, quando devidos, ou defender-se impugnando, produzindo as provas, com indicação do respectivo prazo e data do seu início;

VII - assinatura do autuante, mesmo em auto de infração emitido por meio eletrônico, assinatura do sujeito passivo, se for possível, ou termo relativo à sua recusa, se houver, salvo se a intimação for feita por carta com aviso de recebimento ou por edital; e

VIII - indicação do órgão integrante do Departamento de Tributação por onde deverá tramitar o processo.

§ 1º A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto de infração e a sua recusa em apor ciência não implica em confissão, nem agrava a penalidade.

§ 2º O auto de infração poderá conter, para maior elucidação dos fatos, além dos requisitos definidos neste artigo, outros elementos, contábeis e fiscais, comprobatórios da infração, mencionando em anexo, documentos, papéis, livros e arquivos que serviram de base à ação fiscal.

§ 3º O auto de infração deve ser preenchido em todos os seus campos, sem rasuras, entrelinhas ou borrões, descrevendo de forma clara e sucinta as circunstâncias materiais da autuação.

§ 4º Havendo alteração dos elementos constantes do auto de infração, que resulte em prejuízo para a defesa, deverá o autuado ser cientificado para manifestar-se, no prazo de trinta dias.

§ 5º Aplicam-se à Notificação de Lançamento e Notificação de Lançamento de Débito, no que couber, as mesmas regras do Auto de Infração.

Seção III - Do Desenvolvimento da Ação Fiscal

Art. 448. Antes de qualquer ação fiscal, o servidor do Departamento Municipal de Tributação exibirá ao contribuinte ou a seu preposto, identidade funcional e o ato designativo que o credencia à prática da fiscalização.

Art. 449. A ação fiscal iniciará com a lavratura do Termo de Início de Fiscalização, do qual constará necessariamente, além de outros requisitos previstos na legislação, a identificação do ato designativo, do contribuinte, hora e data do início do procedimento fiscal, a solicitação dos livros, documentos e arquivos, eletrônicos ou não, necessários à ação fiscal, seguido do prazo para a apresentação destes, definido na legislação tributária, e o período objeto de fiscalização.

§ 1º No início da ação fiscal deverão ser entregues ao sujeito passivo cópias do ato designativo da respectiva fiscalização e do Termo de Início de Fiscalização.

§ 2º Emitida a Ordem de Serviço ou Portaria, conforme o caso, lavrado o Termo de Início de Fiscalização, o servidor do Departamento Municipal de Tributação terá o prazo definido na legislação tributária para a conclusão dos trabalhos, contados da data da ciência do sujeito passivo, prorrogável, esse período, pelo prazo definido na legislação, a critério e conforme autorização da autoridade designadora, e desde que o sujeito passivo seja devidamente cientificado da prorrogação.

Art. 450. Encerrado o procedimento de fiscalização, será lavrado o Termo Final de Fiscalização do qual constará, além de outros requisitos previstos na legislação, os elementos constantes do Termo de Início e ainda, o resumo do resultado do procedimento.

§ 1º O prazo de conclusão dos trabalhos de fiscalização, na hipótese de a notificação ser efetuada através de Aviso de Receção (AR), terá como termo final a data de sua postagem nos Correios.

§ 2º Verificada alguma irregularidade, da qual decorra autuação, no Termo Final de Fiscalização deverá constar:

I - o número e a data dos autos lavrados;

II - o motivo da autuação e os dispositivos legais infringidos; e

III - a base de cálculo e a alíquota aplicável para o cálculo do imposto, quando for o caso, e a imposição de multa.

§ 3º Inexistindo qualquer irregularidade, deverá constar do Termo Final de Fiscalização a expressa indicação dessa circunstância.

§ 4º Ao final da fiscalização os livros, arquivos e documentos contábeis e fiscais serão devolvidos ao sujeito passivo, por meio de comprovante de entrega.

Art. 451. Para fins de formação do processo, o auto de infração somente será recebido no órgão fiscal competente, se acompanhado do Termo de Início e do Termo Final de Fiscalização, além dos documentos que embasaram a respectiva autuação, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 1º Todos os documentos e papéis, livros, inclusive arquivos eletrônicos que serviram de base à ação fiscal devem ser mencionados ou anexados ao Termo Final de Fiscalização, respeitada a indisponibilidade dos originais, caso necessária.

§ 2º Os anexos utilizados no levantamento de que resultar autuação deverão ser entregues ao autuado, juntamente com as vias correspondentes ao Auto de Infração e ao Termo Final de Fiscalização.

Seção IV - Das Diligências Especiais

Art. 452. Quando, pelos elementos apresentados pelo sujeito passivo, em procedimento fiscal regular, não se apurar convenientemente o movimento do estabelecimento, colher-se-ão os elementos necessários através de livros, documentos, papéis, arquivos, inclusive



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

eletrônicos, de outros contribuintes ou de outros estabelecimentos que mantiverem relação empresarial com o referido sujeito passivo.

Art. 453. Mediante ato específico das autoridades competentes, qualquer ação fiscal poderá ser repetida, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não atingido pela decadência o direito de lançar o tributo ou impor a penalidade.

§ 1º A decadência prevista no *caput* deste artigo não prevalecerá nos casos de dolo, fraude ou simulação.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se, inclusive, aos casos em que o tributo correspondente tenha sido lançado e arrecadado.

Art. 454. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá celebrar com a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, convênio e intercâmbio de assistência mútua para a fiscalização dos tributos de sua competência, e de permuta de informações, no interesse da arrecadação e fiscalização, em caráter geral ou específico.

Seção V - Do Regime Especial de Fiscalização e Controle

Art. 455. Aplicar-se-á o Regime Especial de Fiscalização e Controle nas seguintes hipóteses:

I - prática reiterada de desrespeito à legislação tributária municipal;

II - quando o sujeito passivo reincidir em infração à legislação tributária;

III - quando houver dúvida ou fundada suspeita quanto à veracidade ou à autenticidade dos registros referentes às prestações realizadas e aos tributos devidos;

IV - quando o sujeito passivo for considerado devedor habitual.

§ 1º A autoridade competente aplicará Regime Especial de Fiscalização e Controle, sem prejuízo de outras medidas cabíveis ou processos de fiscalização, que compreenderá o seguinte:

I - inscrição em dívida ativa e execução, pelo órgão competente, em caráter prioritário, de todos os débitos fiscais do devedor;

II - fixação de prazo especial e sumário para recolhimento do tributo devido;

III - suspensão ou cancelamento de todos os benefícios fiscais que porventura goze o contribuinte; e

IV - antecipação do recolhimento do ISS para antes da emissão da Nota Fiscal de Serviços Convencional ou Eletrônica.

§ 2º O sujeito passivo será considerado devedor habitual, conforme disposto no *caput* deste artigo, quando estiver há mais de sessenta dias em atraso no pagamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

§ 3º Não serão computados para os fins do disposto no § 2º deste artigo, os créditos cuja exigibilidade esteja suspensa.

§ 4º O sujeito passivo deixará de ser considerado devedor habitual quando os créditos que motivaram essa condição forem extintos ou tiverem sua exigibilidade suspensa.

§ 5º O sujeito passivo que estiver há mais de noventa dias em atraso com o pagamento do ISS deverá solicitar autorização especial para emissão de cada Nota Fiscal de Serviço Convencional ou Eletrônica.

§ 6º O Regime Especial de Fiscalização e Controle de que trata esta Lei Complementar será aplicado conforme dispuser o regulamento.

Art. 456. As providências previstas nesta Seção poderão ser adotadas conjunta ou isoladamente e, quando necessário, recorrer-se-á ao auxílio da autoridade policial.

CAPÍTULO II - DA DÍVIDA ATIVA

Art. 457. Constitui a dívida ativa tributária os valores concernentes a tributos e seus acréscimos, lançados e não recolhidos, a partir da data de sua inscrição regular, após esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

§ 1º Inscrita a dívida, serão devidos pelo sujeito passivo, honorários advocatícios, custas e demais despesas, na forma regulamentar, observado o disposto na legislação específica.

§ 2º A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 458. O Termo de inscrição em dívida ativa indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;

IV - a indicação de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição do Livro da Dívida Ativa; e

VI - sendo o caso, o número do Processo Administrativo Tributário ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º A certidão conterà, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 459. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no art. 450 deste Código, ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição em Dívida Ativa.

Art. 460. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere o *caput* deste artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Art. 461. Compete à Procuradoria-Geral do Município proceder a inscrição dos débitos tributários e não tributários em dívida ativa, dos contribuintes que inadimplirem com suas obrigações, após esgotado o prazo fixado para o pagamento, pela lei ou decisão final proferida em processo regular.

§ 1º Sobre os débitos inscritos em dívida ativa incidirão atualização monetária anual, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, acrescido de



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

multa, juros e honorários advocatícios, a contar da data de vencimento dos mesmos.

§ 2º Antes de serem encaminhados à execução judicial, os débitos inscritos em dívida ativa poderão ser objeto de cobrança na via administrativa, podendo, inclusive, serem parcelados até o prazo máximo de doze parcelas, mensais e consecutivas.

§ 3º O parcelamento de débito inscrito na dívida ativa será concedido mediante requerimento do interessado e implicará o reconhecimento e confissão pública da dívida.

§ 4º A inadimplência acumulada de três ou mais parcelas, consecutivas ou não, importará no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança total do crédito.

§ 5º O tributo e demais créditos tributários não pagos na data do vencimento terão seu valor atualizado e acrescido de multa de mora e juros de mora, de acordo com as normas estabelecidas neste Código.

§ 6º Os honorários advocatícios serão recolhidos pelo devedor no momento do pagamento do crédito inscrito em dívida ativa e corresponderão a dez por cento do pagamento realizado.

§ 7º Os honorários advocatícios também serão recolhidos pelo devedor em caso de acordo, compensação ou transação envolvendo créditos inscritos em dívida ativa.

§ 8º Os valores arrecadados a título de honorários advocatícios serão depositados no Fundo Especial de Honorários da Procuradoria-Geral do Município de Albertina, cabendo ao Poder Executivo estabelecer por decreto as normas regulamentares respectivas.

§ 9º Os honorários a que se refere o § 6º deste artigo:

I - serão recolhidos no momento do pagamento de cada parcela, na hipótese de parcelamento do débito;

II - na hipótese de parcelamentos especiais que objetivem a regularização de débitos tributários em condições mais favoráveis ao sujeito passivo, tais como nos programas de refinanciamento municipal e de incentivo à adimplência de sujeitos passivos, corresponderão a 10,00% (dez inteiros por cento) sobre o pagamento realizado, e somente incidirão quando houver o ajuizamento da ação, ainda que inscrita a dívida.

Art. 462. Fica dispensada, na forma do regulamento, a inscrição em dívida ativa do Município e respectiva cobrança dos créditos tributários e não tributários constituídos em desacordo com:

I - súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 103-A da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

II - decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle abstrato de constitucionalidade;

III - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida;

IV - acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial repetitivo, com exceção daquele que ainda possa ser objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal;

V - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça;

VI - orientação vinculante firmada no âmbito administrativo municipal, conforme parecer normativo devidamente homologado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 463. A prescrição dos créditos tributários inscritos em dívida ativa, inclusive a

intercorrente, será apreciada e declarada pela Procuradoria-Geral do Município, de ofício ou a requerimento da parte.

CAPÍTULO III - DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 464. A prova de quitação de tributo será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à sua identificação, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o requerimento, além de outras exigências fiscais contidas em regulamento.

§ 1º A certidão será fornecida no prazo de dez dias da data do requerimento no órgão fazendário, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 2º Havendo débito em aberto, de qualquer espécie, a certidão será indeferida e o pedido arquivado.

Art. 465. A expedição da certidão negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.

Art. 466. Tem os efeitos previstos no art. 464 deste Código, a certidão de que conste a existência de créditos tributários não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 467. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o servidor que a expedir, pelo crédito tributário e pelos demais acréscimos legais.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo, não exclui a responsabilidade criminal e funcional, se couber, e é extensiva a quantos colaborarem, por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

Art. 468. A venda, cessão ou transferência de qualquer espécie de estabelecimento ou de qualquer imóvel situado no município de Albertina não poderá efetivar-se sem a apresentação da certidão negativa dos tributos a que estiverem sujeitos, sem prejuízo da responsabilidade solidária:

I - do adquirente;

II - do cessionário;

III - dos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício; ou

IV - de quem quer que os tenha recebido em transferência.

Art. 469. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I - Dos Prazos

Art. 470. Os prazos fixados nesta Lei Complementar ou na legislação tributária do Município de Albertina serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

dia de início e incluindo-se o de vencimento, e só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que tramite o processo administrativo ou deva ser praticado o ato.

Parágrafo único. Se o vencimento do prazo cair em dia no qual não haja expediente, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil no órgão.

Seção II - Disposições Finais Relativas à Administração Tributária

Art. 471. Entende-se:

I - por crédito tributário o somatório dos valores correspondentes ao tributo de competência municipal, multa, juros e demais acréscimos legais, bem como a atualização monetária, quando for o caso;

II - por atividade de fiscalização, toda tarefa relacionada com exigência dos tributos municipais.

Art. 472. O responsável pelo Departamento Municipal de Tributação, mediante ato expresso poderá:

I - expedir as instruções que se fizerem necessárias à fiel execução deste Código;

II - delegar competência às autoridades fazendárias para expedir atos normativos complementares.

Art. 473. O servidor do Departamento de Tributação terá o prazo de dez dias, após o recebimento, para apresentar manifestação ou despacho no processo administrativo tributário.

TÍTULO V - DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES

Art. 474. Infração é toda ação ou omissão, voluntária ou não, praticada por qualquer pessoa, que resulte em inobservância de norma estabelecida pela legislação tributária municipal.

Art. 475. A infração será apurada de acordo com as formalidades processuais específicas, aplicando-se as penalidades respectivas, por intermédio da competente autuação.

Parágrafo único. A legislação tributária disciplinará os casos em que tornará dispensável a lavratura de auto de infração.

Art. 476. A responsabilidade por infrações à legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

§ 1º Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2º Entende-se como infração qualificada a sonegação, a fraude e o conluio definidos na Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária.

CAPÍTULO II - DAS PENALIDADES

Art. 477. Serão aplicadas, por cometimento de infrações, as seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

I - multa;

II - sujeição a regime especial de fiscalização e controle;

III - cancelamento de benefícios fiscais;

IV - proibição de transacionar com os órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município;

V - interdição do estabelecimento ou suspensão da atividade;

VI - cassação de regime especial para pagamento, emissão de documentos fiscais ou escrituração de livros fiscais.

Art. 478. As multas serão calculadas tomando-se por base o valor do respectivo tributo, da operação ou da prestação.

Art. 479. A imposição de penalidades:

I - não exclui:

a) o pagamento de tributos;

b) a fluência de juros de mora de um por cento ao mês ou fração;

c) a atualização monetária do débito.

II - não exime o infrator:

a) do cumprimento de obrigação tributária acessória;

b) de outras sanções civis, administrativas ou penais que couberem.

Seção I - Das Multas

Art. 480. As infrações à legislação tributária municipal sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do tributo, quando for o caso:

I - com relação ao atraso no pagamento de tributo de lançamento direto: Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do tributo devido, por dia de atraso, limitada a 20,00% (vinte inteiros por cento);

II - na hipótese de descumprimento de obrigação acessória, independentemente do recolhimento total ou parcial do tributo, por tipo de infração: Multa de 300 (trezentas) a 1.000 (uma mil) URM;

III - com relação à falta de recolhimento do ITBI:

a) decorrente de atraso no pagamento do imposto: Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do imposto devido, por dia de atraso, limitada a 20,00% (vinte inteiros por cento);

b) nas transmissões realizadas sem pagamento do imposto, com verificação de dolo, fraude ou simulação: multa de 100,00% (cem inteiros por cento) do valor do imposto devido, independentemente da ação penal cabível.

IV - com relação à falta de recolhimento do ISS:

a) decorrente de atraso no pagamento devido pelo prestador do serviço ou pelo responsável tributário, antes do início da ação fiscal: Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do imposto devido, por dia de atraso, limitada a 20,00% (vinte inteiros por cento);

b) após o início da ação fiscal e antes da lavratura do auto de infração, quando ocorrer a falta de recolhimento pelo prestador de serviço, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, em relação ao imposto de lançamento por homologação: Multa de 30,00% (trinta inteiros por cento) do valor do imposto devido;

c) após a lavratura do auto de infração, quando ocorrer a falta de recolhimento pelo prestador de serviço, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, em relação ao imposto de lançamento por homologação: Multa de 30,00% (trinta inteiros por cento) do valor do imposto devido;

d) após o início da ação fiscal e antes da lavratura do auto de infração, quando ocorrer a falta de recolhimento pelo responsável tributário, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, em relação ao imposto não



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

retido na fonte: Multa de 30,00% (trinta inteiros por cento) do valor do imposto não recolhido;

e) após a lavratura do auto de infração, e quando ocorrer a falta de recolhimento pelo responsável tributário, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, em relação ao imposto não retido na fonte: Multa de 30,00% (trinta inteiros por cento) do valor do imposto não recolhido;

f) após o início da ação fiscal e antes da lavratura do auto de infração, quando ocorrer a falta de recolhimento pelo responsável tributário, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, em relação ao imposto retido na fonte: Multa de 30,00% (trinta inteiros por cento) do valor do imposto retido e não recolhido;

g) após a lavratura do auto de infração, e quando ocorrer a falta de recolhimento pelo responsável tributário, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, em relação ao imposto retido na fonte: Multa de 100,00% (cem inteiros por cento) do valor do imposto retido e não recolhido;

h) após a lavratura do auto de infração, e tratando-se de infração dolosa: Multa de 100,00% (cem inteiros por cento) do valor do imposto devido, independentemente da ação penal cabível.

Art. 481. O responsável pelo Departamento Municipal de Tributação, quando da apuração de obrigação tributária ou infração, sempre que constatar situação que, em tese, possa configurar crime contra a ordem tributária definido nos arts. 1º ou 2º da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, deve formalizar representação fiscal para fins penais, na forma estabelecida.

§ 1º Para os crimes definidos no art. 1º da Lei Federal nº 8.137/1990, a notícia sobre crime contra a ordem tributária será encaminhada ao Ministério Público Estadual, quando:

I - após a constituição do crédito tributário, não for este pago integralmente nem apresentada impugnação ou reclamação;

II - após o julgamento de primeira instância administrativa, mantida a exigência fiscal, total ou parcialmente, não for pago integralmente o crédito tributário nem apresentado o recurso cabível; ou

III - após o julgamento de segunda instância administrativa, mantida a exigência fiscal, total ou parcialmente, não for pago integralmente o crédito tributário.

§ 2º Para os demais crimes contra a ordem tributária, a comunicação ao Ministério Público será imediata.

Art. 482. Quando resultantes, concomitantemente do não cumprimento da obrigação tributária principal e acessória, as multas aplicadas serão cumulativas.

Art. 483. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, aplicar-se-á a pena de multa de 1.000 (uma mil) a 2.000 (duas mil), por tipo de infração, ao:

I - síndico, leiloeiro, corretor, despachante ou quem quer que proporcione, facilite ou auxilie, por qualquer forma, a sonegação no todo ou em parte do tributo devido;

II - árbitro que, por negligência, imperícia ou má fé, prejudicar a Fazenda Pública Municipal nas avaliações;

III - qualquer pessoa que embaraçar ou dificultar a ação do Fisco Municipal, inclusive na hipótese de promover o rompimento do lacre previsto quando do procedimento de fiscalização; e

IV - os estabelecimentos gráficos e congêneres que:

a) aceitarem encomendas para confecção de livros e documentos fiscais sem autorização da autoridade competente; e

b) não mantiverem, na forma da legislação, registros atualizados de encomendas, execução e entrega de livros e documentos fiscais.

Art. 484. A variação gradativa dos valores, relativos às multas por descumprimento de obrigação acessória, a serem aplicadas aos infratores, será estabelecida em regulamento.

Seção II - Da Redução e Majoração das Multas

Art. 485. O valor da multa sofrerá redução:

I - na ocorrência de recolhimento integral do crédito tributário lançado:

a) de 30,00% (trinta inteiros por cento), antes de transcorrido o prazo para interposição de impugnação contra o auto de infração;

b) de 20,00% (vinte inteiros por cento), após a interposição de impugnação contra o auto de infração e antes da decisão de primeira instância administrativa;

c) de 15,00% (quinze inteiros por cento), da data da notificação da decisão de primeira instância administrativa, e antes de transcorrido o prazo para a interposição do recurso voluntário; ou

d) de 10,00% (dez inteiros por cento), após a notificação da decisão de primeira instância administrativa, até trinta dias após transcorrido o prazo para a interposição do recurso voluntário.

II - na ocorrência de parcelamento do crédito tributário:

a) de 40,00% (quarenta inteiros por cento), antes de transcorrido o prazo para interposição de impugnação contra o auto de infração;

b) de 30,00% (trinta inteiros por cento), após a interposição de impugnação contra o auto de infração e antes da decisão de primeira instância administrativa;

c) de 20,00% (vinte inteiros por cento), da data da notificação da decisão de primeira instância administrativa e antes de transcorrido o prazo para interposição do recurso voluntário; ou

d) de 10,00% (dez inteiros por cento), da data da notificação da decisão de primeira instância administrativa, até trinta dias após transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário.

§ 1º Os benefícios de que trata este artigo não alcançam os débitos oriundos de atos praticados com dolo, fraude ou simulação, pelo sujeito passivo, ou por terceiro em benefício daquele.

§ 2º No caso de ser cancelado o parcelamento, será extinto o benefício de que trata o *caput* deste artigo, cobrando-se o crédito remanescente, devidamente corrigido e acrescido de juros de um por cento, ao mês ou fração, a partir do lançamento do crédito respectivo.

Art. 486. Para efeito da aplicação gradativa da penalidade tributária, considera-se:

I - atenuante, para efeito de imposição e graduação de penalidade, a procura espontânea do órgão fazendário pelo sujeito passivo, a fim de sanar a infração à legislação tributária, antes do início de qualquer procedimento fiscal; e

II - agravante, para os efeitos do presente Código, a ação do sujeito passivo caracterizada por:

a) suborno ou tentativa de suborno a servidor do órgão fazendário;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

- b) dolo, fraude ou evidente má fé;
- c) desacato a agente fiscal no curso do procedimento de fiscalização;
- d) não atendimento quando notificado por infringência à legislação tributária; ou
- e) ocorrência de reincidência devidamente constatada em procedimento regular.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para os efeitos do agravamento de penalidade a ser aplicada, a repetição, por um mesmo contribuinte, de infração tributária igual à anteriormente cometida no prazo de cinco anos, contados da data em que a decisão condenatória administrativa se tornou irreformável.

Art. 487. Na graduação das penalidades cominadas neste Código, elevam-se as multas, respectivamente em:

I - 100,00% (cem inteiros por cento) as agravantes discriminadas nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II do art. 486 deste Código; e

II - 50,00% (cinquenta inteiros por cento) as agravantes discriminadas nas alíneas "d" e "e", do inciso II do art. 486 deste Código.

Art. 488. As multas não pagas no prazo assinalado serão inscritas em dívida ativa, para execução fiscal, sem prejuízo da fluência de juros de mora de um por cento ao mês ou fração e da aplicação da atualização monetária.

Art. 489. Não comete irregularidade o sujeito passivo que tenha recolhido o tributo, ou servidor que tenha agido de acordo com interpretação constante de consulta tributária, à época do recolhimento ou do ato administrativo, mesmo que esta interpretação venha a ser posteriormente modificada.

Art. 490. As multas previstas neste capítulo serão atualizadas anualmente, com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE, ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo.

LIVRO III - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I - DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art. 491. O Contencioso Administrativo Tributário integra a estrutura do Departamento de Tributação, vinculado diretamente ao titular da respectiva Secretaria, e tem a sua organização definida em regulamento.

Parágrafo único. Compete ao Contencioso Administrativo Tributário na qualidade de órgão preparador, organizar e sanear o processo administrativo, colocando-o pronto para ser julgado em primeira e segunda instâncias administrativas, referente às questões da relação jurídica que se estabelece entre o Município de Albertina e o sujeito passivo de obrigação tributária, relativa aos tributos municipais, nos seguintes casos:

- I - constituição e exigência de crédito tributário;
- II - indeferimento do pedido de restituição de tributos municipais pagos indevidamente;

- III - consulta à legislação tributária municipal; e
- IV - penalidades e demais encargos relacionados com os incisos I e II do parágrafo único deste artigo.

CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Art. 492. O Contencioso Administrativo Tributário é composto de uma Secretaria para instrução e controle de processos e da Junta de Julgamento Tributário (JJT).

Art. 493. O julgamento do processo administrativo tributário compete:

- I - em primeira instância, à Junta de Julgamento Tributário (JJT);
- II - em segunda instância, ao Conselho de Contribuintes.

CAPÍTULO III - DO CHEFE DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Art. 494. O Chefe do Contencioso Administrativo Tributário será escolhido e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, dentre os servidores lotados no Departamento Municipal de Tributação, em efetivo exercício, bacharel em Direito, de notória idoneidade moral e reconhecida experiência em matéria tributária.

§ 1º O Chefe do Contencioso Administrativo Tributário terá sua competência definida em regulamento.

§ 2º O Chefe do Contencioso Administrativo Tributário será auxiliado em suas atividades administrativas por servidor com atribuições definidas em regulamento.

§ 3º Caso não haja no Departamento Municipal de Tributação, em efetivo exercício, bacharel em Direito, de notória idoneidade moral e reconhecida experiência em matéria tributária, poderá ser escolhido Chefe do Contencioso Administrativo Tributário e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, servidor que tenha a formação necessária, lotado em outra repartição municipal.

CAPÍTULO IV - DA JUNTA DE JULGAMENTO TRIBUTÁRIO (JJT)

Art. 495. A JJT, órgão julgador administrativo fiscal de primeira instância e responsável pela emissão de parecer em processo de consulta, é composta de, no mínimo, três servidores, em efetivo exercício, indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, com bacharelado em Direito ou Ciências Contábeis, experiência em matéria tributária, notória idoneidade moral e reputação ilibada.

Art. 496. Compete ao integrante da JJT:

- I - julgar os processos administrativos fiscais em primeira instância;
- II - realizar as diligências e perícias fiscais necessárias ao curso do processo;
- III - emitir, em conjunto com os demais membros da Junta, parecer decorrente de consulta sobre a legislação tributária municipal; e
- IV - efetuar outras atribuições previstas em regulamento.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

CAPÍTULO V - DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 497. Não sendo necessário realizar perícia ou diligência fiscal, nem apresentação de contrarrazões pelo autuante, e restando pronto e saneado o processo administrativo tributário, o seu julgamento ocorrerá no prazo de sessenta dias, prorrogável por igual período.

§ 1º Ao proceder exame e análise e proferir decisão, a autoridade julgadora não ficará restrita às alegações das partes, devendo decidir de acordo com sua convicção e em face das provas trazidas aos autos.

§ 2º Considerando necessária a elucidação dos fatos, o julgador de primeira instância, determinará realização de perícia ou diligência, ou ainda, a produção de novas provas.

§ 3º Não sendo proferida a decisão no prazo do *caput* deste artigo sem causa justificada, nem convertido o julgamento em diligência, poderá o interessado requerer ao Presidente do Conselho de Contribuintes a avocação do processo administrativo que será, de imediato, remetido, da primeira à segunda instância, sob pena de responsabilidade.

§ 4º Na hipótese do § 3º deste artigo, a primeira instância remeterá o processo ao Presidente do Conselho de Contribuintes no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da requisição daquele, ensejando nas providências estabelecidas em regimento, sem prejuízo de sanção administrativa estabelecida em lei.

Art. 498. A decisão de primeira instância conterá:

I - relatório no qual será mencionado os elementos, atos informadores, instrutórios e probatórios, de forma resumida;

II - fundamentos de fato e de direito;

III - conclusão;

IV - o tributo devido e a imposição da penalidade; e

V - a ordem de intimação.

§ 1º As inexistências materiais devidas a lapso manifesto, os erros de escrita ou de cálculo e as obscuridades existentes na decisão, poderão ser corrigidas de ofício, ou a requerimento do sujeito passivo, pela própria autoridade julgadora, não comportando a alteração da decisão.

§ 2º O sujeito passivo será cientificado da decisão para cumpri-la no prazo de trinta dias, contados da data da ciência, ou para interpor recurso ao Conselho de Contribuintes.

§ 3º Da decisão de primeira instância não caberá pedido de reconsideração.

Art. 499. A decisão, redigida com simplicidade e clareza, declarará nulo ou extinto o processo, e decidirá pela procedência, parcial-procedência, improcedência ou nulidade da notificação de lançamento, da notificação de lançamento de débito ou do auto de infração e pela procedência, parcial-procedência ou improcedência do pedido de reconsideração e, em quaisquer casos, definirá os efeitos que lhe são correspondentes.

Parágrafo único. Quando proferir decisão contrária, no todo ou em parte, ao Erário Municipal, o julgador de primeira instância promoverá, obrigatoriamente, a remessa do processo administrativo à segunda instância, para que se opere o reexame necessário, com efeito suspensivo, sempre que o débito fiscal for reduzido ou cancelado em montante superior ao estabelecido em regulamento.

Art. 500. Ultrapassadas as questões preliminares de mérito e não havendo necessidade de perícia, diligência ou contrarrazões, a decisão de primeira instância pronunciará o mérito, momento em que mencionará, também, o prazo para cumprimento da decisão ou para interpor recurso.

CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Art. 501. O Conselho de Contribuintes do Município de Albertina é o órgão administrativo de julgamento em segunda instância, dos processos de natureza tributária junto ao Departamento de Tributação, sem subordinação hierárquica, com autonomia administrativa e decisória, e rege-se por este Código, pelo regulamento e pelo seu regimento interno.

§ 1º O Conselho de Contribuintes em composição plena é constituído por cinco Conselheiros, escolhidos dentre pessoas com experiência em matéria tributária, notória idoneidade moral e reputação ilibada, sendo:

I - 3 (três) representantes do Fisco Municipal; e

II - 2 (dois) representantes das entidades definidas neste Código.

§ 2º Os Conselheiros exercerão suas funções por dois anos, permitida a recondução, e terão, pelos mesmos critérios da titularidade, a indicação de suplentes, na forma do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes.

§ 3º Os representantes do Fisco Municipal devem ser escolhidos dentre servidores com bacharelado em Direito ou Ciências Contábeis, em efetivo exercício do cargo.

§ 4º A representação dos interesses da Fazenda Municipal junto ao Conselho de Contribuintes será exercida por Procurador Municipal, indicado pelo Procurador-Geral do Município, e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes.

§ 5º Para executar os trabalhos do Conselho de Contribuintes, este contará com uma secretaria administrativa, chefiada por um secretário geral, cujas atribuições serão fixadas no Regimento Interno do Conselho de Contribuintes.

§ 6º Os suplentes representantes do Fisco Municipal, poderão ter formação diversa das definidas no § 3º deste artigo para os titulares.

Art. 502. O Presidente do Conselho de Contribuintes e o Vice-Presidente serão escolhidos dentre os membros representantes do Fisco Municipal, por voto direto e secreto dos conselheiros, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 503. Será feita audiência pública, sob a responsabilidade do Departamento Municipal de Tributação, para escolha e indicação dos representantes dos contribuintes que serão conselheiros, obedecidas as normas deste Código.

Art. 504. Ao tomar posse o Conselheiro prestará compromisso perante o Chefe do Poder Executivo Municipal, de bem exercer os deveres de sua função, com a máxima isenção de ânimo e de bem cumprir e fazer cumprir a legislação tributária.

Parágrafo único. A posse será dada em sessão solene, lavrando-se termo em livro especial, assinado pelo Secretário e pelos empossados.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 505. O Conselheiro é impedido de votar nos processos em que seja interessado, direta ou indiretamente, seja na qualidade de sócio, acionista, membro de Diretoria ou de Conselho Fiscal, à época do julgamento ou em época anterior, ou na qualidade de servidor do Fisco atuante no caso.

Art. 506. Fica também impedido de votar o Conselheiro no processo em que seja interessado seu cônjuge, companheiro ou parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau em linha reta ou colateral.

Art. 507. No caso de impedimento do Conselheiro Relator, o processo será submetido a novo sorteio.

Art. 508. Pode ser arguida a suspeição de Conselheiro que tenha amizade íntima ou inimizade notória com alguns dos interessados no julgamento, ou com os seus cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos ou afins até terceiro grau em linha reta ou colateral.

Parágrafo único. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso.

Art. 509. O Conselheiro perderá o mandato em caso de desídia, caracterizada pela inobservância reiterada de prazos ou faltas a mais de três sessões ordinárias consecutivas, salvo motivo justificado, a critério do Presidente do Conselho de Contribuintes.

Art. 510. Considerar-se-á quorum, para efeito de votação, a maioria absoluta dos Conselheiros integrantes do Conselho de Contribuintes.

Art. 511. O Conselho de Contribuintes poderá, além das Resoluções, deliberar sobre matéria tributária de relevante complexidade, e poderá editar Provimento de matéria procedimental.

Parágrafo único. O Conselho de Contribuintes elaborará seu Regimento Interno no prazo de noventa dias, a partir da data da publicação desta Lei Complementar.

Art. 512. Os Conselheiros e os Suplentes convocados, quando servidores, por ocasião da efetiva participação nas sessões ordinárias ou extraordinárias, receberão vantagem remuneratória correspondente ao valor de 15 (quinze) URM por comparecimento.

§ 1º O Regimento Interno do Conselho de Contribuintes fixará a quantidade de sessões ordinárias e o limite de sessões extraordinárias, mensalmente, as quais não excederão de quatro e duas, respectivamente.

§ 2º Os suplentes percebem a cota remuneratória deste artigo quando substituírem os efetivos, e ela não fazendo jus o titular afastado, mesmo no gozo de licença.

CAPÍTULO VII - DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 513. Reunir-se-á, o Conselho de Contribuintes, em sessão plenária, na forma como dispuser o Regimento Interno, para:

I - conhecer e decidir sobre os recursos das decisões prolatadas em primeira instância;

II - pronunciar-se sobre questões fiscais, quando solicitado pelo Secretário Municipal de Finanças;

III - sugerir alterações na legislação tributária do Município, que serão, quando aprovadas, encaminhadas ao Secretário Municipal de Finanças;

IV - deliberar sobre matéria de seu interesse, propondo reforma de seu próprio Regimento;

V - sumular anualmente a jurisprudência resultante de suas reiteradas decisões, na forma disposta em Regimento;

VI - cumprir outras atribuições que lhe forem conferidas no seu Regimento.

Art. 514. O Conselho de Contribuintes só poderá deliberar quando presente a maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 1º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§ 2º A ausência, ainda que justificada, do representante da PGM, não impedirá que o Conselho de Contribuintes se reúna e delibere, havendo *quorum*.

Art. 515. Mediante sorteio, o processo administrativo será distribuído pelo Presidente aos Conselheiros, garantida a igualdade numérica na distribuição.

§ 1º O Conselheiro Relator apresentará, no prazo de dez dias, o processo administrativo que lhe for distribuído, com o seu relatório, para fins de discussão e decisão, no Conselho de Contribuintes.

§ 2º Cumprida qualquer diligência, perícia, ou apresentadas contrarrazões e houver, ainda, apresentação de arrazoados, o relator terá novo prazo de cinco dias, para completar o estudo, contado da data em que receber, novamente, o processo administrativo.

§ 3º Não poderá participar das Sessões, podendo ser, inclusive destituído, o Conselheiro que retiver, além dos prazos previstos, processo sob sua responsabilidade, sem prejuízo de outras sanções disciplinares, quando for o caso, salvo:

I - por motivo de doença comprovada; ou

II - no caso de dilatação do prazo, por tempo não superior a trinta dias, em se tratando de processo com alto grau de complexidade, alegado pelo relator, em tempo hábil, ao Presidente do Conselho de Contribuintes.

§ 4º O Presidente do Conselho de Contribuintes tomará as providências disciplinares junto ao órgão competente e, ato contínuo, comunicará a destituição ao Chefe do Poder Executivo Municipal, com vistas à efetivação na titularidade, pelo Suplente, de nova indicação de suplente.

§ 5º Para cumprimento do disposto no § 4º deste artigo, em cada sessão, a secretaria fornecerá ao Presidente a lista dos processos em atraso, a qual constará da ata.

Art. 516. Facultar-se-á ao sujeito passivo ou ao seu representante legal a sustentação oral do recurso e ao representante da PGM a do seu parecer, durante quinze minutos cada, no decorrer da sessão de julgamento, na forma do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes, podendo a duração ser prorrogada a critério do Presidente do Conselho de Contribuintes.

Art. 517. A decisão do Conselho de Contribuintes, redigida pelo Conselheiro Relator, tomará a denominação de acórdão, e será entregue à secretaria do Conselho de Contribuintes, no máximo em dez dias após o julgamento, para as providências necessárias.

§ 1º Se o relator for vencido, o presidente designará para redigi-la, dentro do mesmo prazo,



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

o membro do Conselho de Contribuintes que tenha proferido o primeiro voto discordante e vencedor.

§ 2º Os votos vencidos, caso queiram os conselheiros, serão lançados em seguida à decisão.

§ 3º As decisões do Conselho de Contribuintes, após publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOM), deverão ser encaminhadas ao Contencioso Administrativo, até o dia dez do mês subsequente.

§ 4º As decisões do Conselho de Contribuintes somente produzem efeitos sobre os respectivos processos objeto de julgamento e não vinculam as autoridades julgadoras de primeira instância, nem os servidores do Departamento Municipal de Tributação, no exercício de suas atividades.

§ 5º O sujeito passivo ou o seu representante legal será intimado do acórdão por meio de comunicação escrita com prova de recebimento, valendo a publicação do acórdão no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOM) como intimação, quando não for possível a sua efetivação por meio de comunicação escrita.

TÍTULO II - DOS ASPECTOS FUNDAMENTAIS NA FORMAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I - Dos Princípios

Art. 518. Rege-se-á o processo administrativo tributário em obediência, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, impessoalidade, publicidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, segurança jurídica, interesse público, eficiência, celeridade, economia processual, verdade material, informalismo, oficialidade, revisibilidade, além do contraditório e da ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerente

Seção II - Dos Direitos e Deveres do Sujeito Passivo

Art. 519. É assegurado ao sujeito passivo de obrigação tributária, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados na legislação processual, os seguintes direitos:

I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o cumprimento de suas obrigações;

II - tomar ciência de todos os atos e vista dos autos do processo administrativo tributário, obter cópias de documentos neles contidos, conforme regulamento, e conhecer as decisões proferidas;

III - formular alegações, produzindo provas documentais, na fase instrutória e antes da decisão, as quais serão objetos de consideração, pelo órgão competente; e

IV - comparecer pessoalmente ou fazer-se assistido, facultativamente, por seu representante legal.

§ 1º O interessado poderá tomar apontamentos e mediante requerimento:

I - fotografar ou escanear os autos do processo, por meios próprios;

II - obter cópias reprográficas dos autos do processo, às suas expensas.

§ 2º A vista dos autos dar-se-á sob o controle de servidor municipal no recinto da própria unidade na qual se encontrem os mesmos.

Art. 520. São deveres do sujeito passivo interessado no processo administrativo tributário, sem prejuízo de outros, previstos em ato normativo:

I - expor os fatos conforme a verdade;

II - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - não agir de modo temerário; e

IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Seção III - Do Dever de Decidir e da Motivação

Art. 521. Todas as decisões serão motivadas, com a indicação dos fatos e dos fundamentos, da legislação aplicável, especialmente quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham deveres, encargos ou sanções;

III - acatem as preliminares de mérito ou decidam em razão deste.

Seção IV - Das Medidas Preliminares ou Incidentes

Art. 522. O servidor incumbido de proceder a exame, diligência ou qualquer procedimento de fiscalização, lavrará termo circunstanciado do que apurar, mencionando, dentre outros elementos necessários, o período, a data de início e fim, os livros e documentos examinados.

Art. 523. Poderão ser retidos os bens móveis, inclusive mercadorias, livros fiscais, arquivos eletrônicos ou outros documentos existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional, do contribuinte ou de terceiro, em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material da infração.

Parágrafo único. Havendo prova ou fundada suspeita de que os bens se encontram em residência particular ou lugar reservado à moradia, serão promovidas a busca e a apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 524. Da retenção administrativa lavrar-se-á termo, com os elementos do auto de infração, no que couber.

Parágrafo único. O termo de retenção conterá a descrição dos bens ou documentos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 525. Os documentos retidos poderão ser devolvidos a requerimento do autuado, ficando no processo administrativo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, devidamente autenticada pela autoridade fiscal, caso o original não seja indispensável a este fim.

Art. 526. Os bens retidos serão restituídos, a requerimento, mediante depósito da quantia exigida, necessária à sua guarda e conservação, arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Art. 527. Os bens retidos serão levados a leilão se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para sua liberação no prazo de sessenta dias, a contar da data da retenção.

§ 1º Quando a retenção recair em bens de fácil deterioração, o leilão poderá realizar-se a partir



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

do próprio dia da apreensão ou, a critério da administração, estes poderão ser doados a entidades beneficentes.

§ 2º Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e acréscimos legais devidos, será o autuado notificado para receber o excedente.

Seção V - Do Informalismo Processual

Art. 528. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente o exigir, considerando-se válidos os atos que, realizados de outro modo, alcancem sua finalidade.

§ 1º Os atos e termos processuais a que se refere o *caput* deste artigo poderão ser apresentados em formato digital, na forma definida em regulamento.

§ 2º Todos os atos do processo administrativo serão expressos no vernáculo e organizados à semelhança dos autos forenses, com folhas devidamente rubricadas e numeradas, observada a ordem cronológica de juntada.

§ 3º Aplicam-se, supletivamente ao processo administrativo tributário, as normas da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) e do Decreto Federal nº 70.235, de 6 de março de 1972.

CAPÍTULO II - DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS

Seção I - Dos Prazos

Art. 529. Os prazos serão contínuos, excluindo-se de sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento, e só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que tramite o processo administrativo ou deva ser praticado o ato.

§ 1º Se o vencimento do prazo cair em dia no qual não haja expediente, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil no órgão.

§ 2º Em nenhum caso, a apresentação no prazo legal de reclamação, impugnação, pedido de reconsideração ou de recurso, perante o Departamento de Tributação, prejudicará o direito da parte, fazendo, de ofício, o setor recebedor, a imediata remessa ao setor competente para conhecer e decidir.

§ 3º Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos definidos neste Código, em regulamento ou em regimento.

Seção II - Das Intimações

Art. 530. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.

Parágrafo único. Os despachos de mero expediente independem de intimação.

Art. 531. A intimação far-se-á sempre na pessoa do contribuinte, do responsável tributário ou do interessado, podendo ser firmada por sócio, mandatário, preposto ou representante legal, pelas seguintes formas:

I - por servidor representante do Fisco, mediante entrega de comunicação subscrita pela autoridade competente;

II - por carta com Aviso de Recebimento (AR);

III - por edital.

§ 1º Quando efetuada na forma do inciso I do *caput* deste artigo, a intimação será comprovada pela assinatura do intimado na via do documento que se destina ao Fisco.

§ 2º Recusando-se o intimado a apor sua assinatura, o servidor declarará essa circunstância no documento, assinando em seguida.

§ 3º Quando efetuada na forma do inciso II do *caput* deste artigo, a intimação será comprovada pela assinatura do intimado, seu representante, preposto, empregado ou assemelhado, no respectivo Aviso de Recebimento (AR), ou pela declaração de recusa firmada por servidor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

§ 4º Quando necessário, far-se-á a intimação por edital, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOM), sempre que se encontrar, a parte, em lugar incerto e não sabido, ou quando não se efetivar por uma das formas indicadas nos incisos I e II do *caput* deste artigo.

§ 5º Os meios de intimação previstos nos incisos I e II do *caput* deste artigo não estão sujeitos a ordem de preferência.

6º Considera-se preposto, para os fins deste Código, o contador, o empregado ou qualquer pessoa capaz que resida ou trabalhe no estabelecimento ou domicílio do sujeito passivo, inclusive o síndico ou empregado de condomínio.

Art. 532. Considera-se realizada a intimação:

I - na data da respectiva ciência pelo sujeito passivo, se efetuada por servidor representante do Fisco;

II - na data da juntada do Aviso de Recebimento (AR), se realizada por carta;

III - no primeiro dia útil posterior ao da data de sua publicação, se realizada por edital.

Parágrafo único. Quando realizada a intimação por carta e não constando dos autos o AR no prazo de trinta dias da sua remessa para a postagem, far-se-á a intimação por edital.

Art. 533. A intimação conterá:

I - a identificação do sujeito passivo da obrigação tributária ou do interessado no procedimento de consulta ou de restituição;

II - a indicação do prazo, da autoridade a quem deve ser dirigida a reclamação, impugnação ou o recurso, e do endereço e local de funcionamento do Contencioso Administrativo Tributário; e

III - o resultado do julgamento contendo, quando for o caso, a exigência tributária.

Seção III - Das Nulidades

Art. 534. São absolutamente nulos os atos praticados por autoridade incompetente ou impedida, ou com preterição de qualquer das garantias processuais constitucionais, devendo a nulidade ser declarada de ofício pela autoridade julgadora.

§ 1º A participação de autoridade incompetente ou impedida não dará causa à nulidade do ato por ela praticado, desde que dele participe uma autoridade com competência plena e no efetivo exercício de suas funções.

§ 2º Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração dos fatos ou na decisão da causa.

§ 3º Não se tratando de nulidade absoluta, considera-se sanada se a parte a quem aproveite deixar de argui-la na primeira ocasião em que se manifestar no processo.

§ 4º No pronunciamento da nulidade, a autoridade declarará os atos a que ela se estende,



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

chamando o feito à ordem para fins de regularização do processo.

Art. 535. As incorreções, omissões ou inexactidões da Notificação de Lançamento, Notificação de Lançamento de Débito e do Auto de Infração não os tornam nulos quando deles constarem elementos suficientes para determinação do crédito tributário, caracterização da infração e identificação do sujeito passivo.

§ 1º Os erros existentes na formalização do crédito tributário poderão ser corrigidos pelo órgão lançador, pelo notificante ou atuante, com anuência do seu superior imediato, enquanto não apresentada a defesa e não inscrito o crédito em dívida ativa, cientificando o sujeito passivo e devolvendo-lhe o prazo para apresentação da defesa ou pagamento do débito fiscal.

§ 2º Estando o processo em fase de julgamento, os erros de fato serão corrigidos de ofício ou em razão de defesa, por determinação do Chefe do Contencioso Administrativo Tributário ou órgão de julgamento, não sendo causa de decretação de nulidade.

§ 3º Nos casos de erros corrigidos de ofício, ou em razão de defesa, o sujeito passivo será cientificado, devolvendo-lhe o prazo para apresentação de contrarrazões ou pagamento do débito fiscal.

§ 4º Quando, em diligências ou exames posteriores, realizados no curso do processo administrativo tributário, forem verificadas incorreções, omissões ou inexactidões de que resultem agravamento da exigência inicial, será lavrada Notificação de Lançamento substituta ou, Notificação de Lançamento de Débito ou Auto de Infração complementar, devolvendo ao sujeito passivo o prazo para apresentação da defesa da matéria agravada.

§ 5º Nenhuma Notificação de Lançamento, Notificação de Lançamento de Débito ou Auto de Infração será retificado ou cancelado sem despacho da autoridade administrativa.

Seção IV - Das Provas

Art. 536. As provas deverão ser apresentadas juntamente com a Notificação de Lançamento, Notificação de Lançamento de Débito, Auto de Infração e com a defesa, precluindo o direito de fazê-lo em outro momento processual, a menos que:

I - fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna por motivo de força maior;

II - refira-se a fato ou a direito superveniente;

III - destine-se a contrapor fatos ou razões trazidas aos autos.

§ 1º A juntada de documentos após a defesa deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, fundamentadamente, a ocorrência de uma das condições previstas nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo.

§ 2º Os órgãos de julgamento, por deliberação singular ou coletiva, quando de julgamento de processo administrativo tributário deverão, em despacho fundamentado, sobre a produção das provas requeridas, indeferir as que forem manifestamente incabíveis, inúteis ou protelatórias e fixar o prazo para produção das que forem admitidas.

§ 3º Caso já tenha sido proferida a decisão, os documentos apresentados permanecerão nos autos para, se for interposto recurso, serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância.

Art. 537. São hábeis todos os meios de provas admitidas em direito, desde que produzidas na forma legal e nos prazos fixados pela autoridade

competente, para demonstrar a verdade dos fatos em litígio e sendo admissíveis, de pronto:

I - a apresentação de documentos, inclusive os extraídos por meio eletrônico; e

II - a realização de diligência ou perícia.

Art. 538. Não depende de prova o fato:

I - afirmado por uma parte e confessado pela parte contrária;

II - admitido, no processo, como incontroverso.

Art. 539. A transcrição de documento digital apresentada à guisa de instrução da Notificação de Lançamento, Notificação de Lançamento de Débito e do Auto de Infração terá o mesmo valor probante do documento digital transcrito, desde que, cumulativamente:

I - seu conteúdo reflita com exatidão os dados que constituem o respectivo documento em forma digital;

II - o Fisco tenha executado procedimentos técnicos tendentes a assegurar a integridade da informação contida no documento em forma digital.

Subseção I - Da Diligência

Art. 540. A diligência consistirá em procedimento que terá por fim a verificação de situação ou fato que ensejou o lançamento, e resultará de termo circunstanciado com as razões invocadas pelas partes.

Parágrafo único. Na realização de diligência a que se refere o *caput* deste artigo, poderão ser chamados a intervir os responsáveis pelo lançamento do tributo e o sujeito passivo.

Art. 541. A autoridade julgadora, de qualquer das instâncias, determinará de ofício, ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, quando entender necessárias, indeferindo as que considerar, de forma fundamentada, prescindíveis ou impraticáveis.

Parágrafo único. Será indeferido o pedido de realização de diligência, quando:

I - desnecessária à vista das provas existentes nos autos;

II - for impraticável a sua realização, devido à natureza transitória dos fatos;

III - seu objeto não for específico ou determinado; ou

IV - o fato depender de conhecimento especial de técnico, fora do âmbito da Prefeitura Municipal de Albertina.

Subseção II - Da Perícia

Art. 542. A prova pericial consistirá em levantamento de dados, exame, vistoria ou avaliação, por representante do Fisco Municipal juntamente com o assistente pericial indicado pelo sujeito passivo.

Parágrafo único. Será indeferida a realização de perícia sob os mesmos fundamentos de indeferimento da realização de diligências, previstos no parágrafo único, incisos I a IV, do art. 541, deste Código.

Art. 543. Quando requerida prova pericial, constarão obrigatoriamente do pedido a formulação dos quesitos e a completa qualificação do assistente técnico que será intimado para prestar compromisso.

§ 1º Para fins de perícia, não serão admitidos quesitos impertinentes.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

§ 2º Quando inexistir divergência entre o representante do Fisco e o assistente pericial, lavrar-se-á laudo conclusivo, com as assinaturas de ambos.

§ 3º Quando houver divergência na formalização de laudo pericial, o representante do Fisco e o assistente pericial poderão lançar, nos autos, conclusões isoladas, não estando, a autoridade julgadora, adstrita a quaisquer das conclusões.

Art. 544. O prazo para realização da perícia será fixado pela autoridade julgadora, atendido o grau de complexidade dela e valor do crédito tributário em litígio.

Art. 545. Se por ocasião da realização de diligência, perícia ou na contestação, o servidor do Fisco indicar fatos novos ou alterar, de qualquer forma, o procedimento inicial, resultando em agravamento da exigência, será reaberto ao autuado novo prazo para a reclamação, impugnação ou aditamento do recurso.

Art. 546. O Chefe do Contencioso Administrativo Tributário e os julgadores administrativos poderão intimar a parte, ou terceiro, para exibir documento, livro ou coisa que esteja ou deva estar na sua guarda, presumindo-se verdadeiros, no caso de recusa injustificada, os fatos contra o mesmo arguidos a serem provados pela exibição, podendo, também, ouvir pessoas para esclarecimento.

Parágrafo único. Para os fins da providência a que alude o *caput* deste artigo, o dever nele previsto não abrange a prestação de informações ou a exibição de documentos a respeito dos quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar sigilo em razão do cargo, função, atividade, ministério, ofício ou profissão.

Seção V - Da Suspensão do Processo Administrativo Tributário

Art. 547. Suspende-se o processo administrativo tributário pela morte ou perda da capacidade processual do reclamante, impugnante ou do recorrente, ou ainda do requerente em procedimento de restituição, promovendo-se a imediata intimação do sucessor para integrar o processo.

Parágrafo único. Durante a suspensão somente serão praticados os atos que não impliquem julgamento do processo ou prejuízo da defesa.

Seção VI - Da Extinção do Processo Administrativo Tributário

Art. 548. Extingue-se o processo:

I - sem julgamento do mérito:

- a) quando o julgador ou o Conselho de Contribuintes acolher a alegação de coisa julgada;
- b) quando não ocorrer qualquer das condições da ação ou do processo, como a possibilidade jurídica, a legitimidade da parte e o interesse processual;
- c) pela decadência;
- d) pela remissão;
- e) pela anistia quando o crédito tributário se referir apenas à multa;
- f) por desistência ou renúncia da parte interessada, mediante manifestação escrita.

II - com julgamento do mérito:

- a) quando confirmada em última instância a decisão absoluta de primeiro grau, objeto de reexame necessário;

b) com a extinção do crédito tributário, pelo pagamento, após decisão de primeira instância administrativa não recorrida;

c) com a extinção do crédito tributário, pelo pagamento, quando confirmada em última instância a decisão condenatória de primeiro grau, objeto de recurso.

TÍTULO III - DO PROCESSO CONTENCIOSO

CAPÍTULO I - DAS PARTES

Art. 549. São partes no processo administrativo tributário o Fisco Municipal e o sujeito passivo da obrigação tributária, ou o requerente, no procedimento de restituição.

Parágrafo único. A parte comparecerá ao Contencioso Administrativo Tributário pessoalmente ou por seu representante legal.

CAPÍTULO II - DO INÍCIO E INSTRUÇÃO

Art. 550. O processo administrativo tributário terá início:

I - com a reclamação, nos casos de lançamento direto, em que não haja a aplicação de penalidades, salvo multa de mora;

II - pela impugnação do Auto de Infração; e

III - pelo pedido de reconsideração, em face do indeferimento pela administração tributária de pedido de restituição de tributo ou penalidades.

§ 1º O procedimento fiscal que resultar de apuração de liquidez e certeza do crédito tributário, tramitará no Contencioso Administrativo Tributário, após sua conversão em relação contenciosa, seja pela reclamação, impugnação ou pedido de reconsideração.

§ 2º O exame de admissibilidade das defesas, previstas no *caput* deste artigo, será realizado pelo Chefe do Contencioso Administrativo Tributário.

§ 3º O pedido de reconsideração será interposto no prazo de trinta dias, contados do recebimento da comunicação, e dirigido à autoridade que indeferiu a restituição, que o encaminhará à Junta de Julgamento Tributário - JJT para julgamento.

Art. 551. A instrução processual caberá à secretaria do Contencioso Administrativo Tributário, que, dentre outras tarefas, certificará o recebimento de documentos, a realização de atos processuais, cientificará ou intimará os interessados, e, quando for o caso, procederá à abertura ou reabertura de prazo.

Art. 552. É assegurada prioridade na tramitação e julgamento dos processos em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, bem como os portadores de doença grave e os processos de elevado valor, nos termos definidos em regulamento, e aqueles em que estiverem presentes indícios de crime contra a ordem tributária.

Art. 553. A defesa interposta em primeira ou segunda instância mencionará, no mínimo, o seguinte:

- I - a indicação da autoridade ou órgão julgador a quem é dirigida;
- II - a qualificação do autuado;
- III - as razões de fato e de direito em que se fundamenta;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

IV - a documentação probante de suas alegações;
V - a indicação das provas cuja produção é pretendida; e

VI - quando requerer realização de perícia ou diligência, a exposição dos motivos e fundamentos que as justifiquem, os quesitos formulados e a indicação do assistente técnico.

Art. 554. Após a apresentação da defesa, caso entenda necessário, o Chefe do Contencioso Administrativo Tributário, antes de encaminhar os autos para julgamento pela JJT, poderá encaminhá-los para o autuante, que terá o prazo de dez dias para apresentar manifestação formal, em face das razões da defesa.

Art. 555. Quando se tratar de infrações ou fatos conexos e continuados, com a mesma fundamentação legal, poderá o sujeito passivo apresentar uma só defesa, desde que o prazo seja comum, caso em que os autos de infração poderão ser reunidos em um só processo.

CAPÍTULO III - DA RECLAMAÇÃO

Art. 556. A reclamação terá efeito suspensivo e deverá ser apresentada no prazo de trinta dias, a contar da data da Notificação de Lançamento ou da Notificação de Lançamento de Débito, devendo o notificado alegar, de uma só vez, toda a matéria que entender oponível à exigência dos tributos ou adicionais.

Parágrafo único. Antes de seu vencimento e a requerimento da parte interessada, o prazo previsto no *caput* deste artigo poderá ser dilatado em até dez dias, a critério e por despacho fundamentado do Chefe do Contencioso Administrativo Tributário, contados da data da ciência do despacho, nos termos e formas de intimação previstas nos incisos I e II do art. 531 deste Código.

Art. 557. A reclamação far-se-á por petição dirigida à Junta de Julgamento Tributário (JJT), fundamentada e instruída com prova documental dos fatos alegados, podendo, ainda, o reclamante, indicar outras provas que desejar produzir.

Art. 558. A reclamação será rejeitada ou indeferida, de plano, pelo Chefe do Contencioso Administrativo Tributário, quando:

I - verificar que a mesma tem objetivo protelatório, de modo a retardar o cumprimento da obrigação tributária; ou

II - for apresentada fora do prazo legal, obrigando-se, o sujeito passivo, ao pagamento do principal com atualização monetária, acrescido de juros e multas devidas.

Parágrafo único. A reclamação, mesmo intempestiva, poderá ser convertida em pedido de revisão, a critério do Fisco, desde que apresente provas que justifiquem a revisão.

CAPÍTULO IV - DA IMPUGNAÇÃO

Art. 559. Observados os princípios processuais constitucionais que asseguram a ampla defesa e o contraditório, o sujeito passivo poderá apresentar a impugnação, com efeito suspensivo, no prazo de trinta dias contados da intimação do Auto de Infração.

§ 1º Antes de seu vencimento e a requerimento da parte interessada, o prazo previsto no *caput* deste artigo poderá ser dilatado em até dez dias, a critério e por despacho fundamentado do Chefe do Contencioso

Administrativo Tributário, contados da data da ciência do despacho, nos termos das formas de intimação previstas nos incisos I e II do art. 531 deste Código.

§ 2º A impugnação far-se-á por petição dirigida à Junta de Julgamento Tributário (JJT), fundamentada e instruída com prova documental dos fatos alegados, podendo, ainda, o impugnante indicar outras provas que desejar produzir.

Art. 560. O sujeito passivo poderá, espontaneamente, depositar o valor correspondente ao lançamento, inclusive os respectivos acréscimos e penalidades legais, calculados à data do referido depósito, ficando, a partir de então, desobrigado do pagamento de qualquer acréscimo.

Art. 561. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

Parágrafo único. No caso de impugnação parcial, não cumprida a exigência relativa à parte não litigiosa do crédito, o Contencioso Administrativo Tributário, antes da remessa dos autos a julgamento, providenciará a formação de autos apartados para imediata cobrança da parte não contestada, consignando essa circunstância no processo original.

Art. 562. Na impugnação, o sujeito passivo deverá alegar toda a matéria que entender útil à sua pretensão, indicando e requerendo as provas que desejar produzir, anexando, de pronto, as que constarem de documentos.

Art. 563. A impugnação será rejeitada ou indeferida, de plano, pelo Chefe do Contencioso Administrativo Tributário, quando:

I - verificar que a mesma tem objetivo protelatório, de modo a retardar o cumprimento da obrigação tributária; ou

II - for apresentada fora do prazo legal, obrigando-se, o sujeito passivo, ao pagamento do principal com atualização monetária, acrescido de juros e multas devidas.

Parágrafo único. A impugnação, mesmo intempestiva, poderá ser convertida em pedido de revisão, a critério do Fisco, desde que apresente provas que justifiquem a revisão.

CAPÍTULO V - DOS RECURSOS

Seção Única - Das Espécies

Art. 564. Da decisão de primeira instância administrativa caberá, com efeito suspensivo:

I - reexame necessário;

II - recurso voluntário.

§ 1º O exame de admissibilidade dos recursos será realizado pelo Presidente do Conselho de Contribuintes.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no art. 552 deste Código, terá prioridade de tramitação na segunda instância administrativa o processo que trate de matéria sobre a qual foi editada súmula pelo Conselho de Contribuintes.

§ 3º O Presidente do Conselho de Contribuintes poderá, com despacho fundamentado, priorizar a tramitação de processo na segunda instância administrativa.

Subseção I - Do Reexame Necessário



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Art. 565. Da decisão de primeira instância contrária, no todo ou em parte, ao Erário Municipal, haverá remessa de ofício ao Conselho de Contribuintes, com efeito suspensivo, para reexame necessário, quando o crédito tributário for reduzido ou cancelado em montante superior ao estabelecido em regulamento.

Parágrafo único. Quando a autoridade julgadora deixar de promover a providência assinalada no caput deste artigo, cumprirá ao servidor iniciador do processo administrativo tributário, ou qualquer outro que do fato tomar conhecimento, provocar a remessa ao Conselho de Contribuintes.

Art. 566. O reexame necessário deixará de ser efetuado sempre que o crédito tributário for reduzido ou cancelado em montante igual ou inferior ao estabelecido em regulamento, circunstância que deverá ser anotada, no texto da decisão singular, pelo respectivo julgador.

Art. 567. Subindo o processo administrativo tributário, a título de recurso voluntário, e sendo também o caso de reexame necessário, tomará o Conselho de Contribuintes conhecimento pleno do processo, como se tivesse havido ambos recursos.

Art. 568. As decisões sujeitas ao reexame necessário não se tornam definitivas na esfera administrativa enquanto não ocorrer a manifestação de segunda instância.

Subseção II - Do Recurso Voluntário

Art. 569. Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário, total ou parcial, para o Conselho de Contribuintes, a ser interposto no prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão de primeira instância administrativa, podendo ser apresentada prova documental, cuja produção não foi possível antes do julgamento de primeira instância.

Parágrafo único. Quando não for apresentado o recurso, na forma prevista neste artigo, encaminhar-se-á o processo administrativo tributário para cobrança administrativa e, quando for o caso, para inscrição em dívida ativa.

Art. 570. O recurso voluntário apresentado intempestivamente será considerado sem efeito, tornando irreformável na esfera administrativa, a decisão de primeira instância.

Art. 571. Em qualquer fase processual o recorrente poderá desistir do recurso em tramitação.

§ 1º A desistência será manifestada em petição ou a termo nos autos do processo.

§ 2º O pedido de parcelamento, a confissão irretratável de dívida, a extinção sem ressalva do débito por quaisquer de suas modalidades ou a propositura pelo recorrente de ação judicial relativa à mesma matéria objeto do litígio, importa em desistência do recurso interposto na esfera administrativa.

§ 3º Se o recurso contiver, também, matéria distinta da constante no processo judicial, julgar-se-á somente a parte diferenciada.

CAPÍTULO VI - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Art. 572. Da decisão do Conselho de Contribuintes que ao interessado se afigure omissa, contraditória, obscura ou contendo erro material, caberá pedido de esclarecimento, interposto no prazo de cinco dias da data de publicação do acórdão no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOM).

§ 1º A segunda instância não conhecerá do pedido de esclarecimento, sendo rejeitado, de plano, pelo Presidente do Conselho de Contribuintes, quando:

I - for considerado manifestamente protelatório;

II - não contenha indicação precisa da contradição, da omissão, da obscuridade ou do erro material apontado.

§ 2º O pedido de esclarecimento de decisão do Conselho de Contribuintes será distribuído ao relator e julgado, preferencialmente, na primeira sessão após o seu recebimento.

§ 3º Caso ocorra o acolhimento do pedido de esclarecimento, facultar-se-á ao sujeito passivo ou ao seu representante legal a sustentação oral do recurso e ao representante da PGM a do seu parecer, nesta ordem, durante quinze minutos cada, no decorrer da sessão de julgamento, podendo a duração ser prorrogada a critério do Presidente do Conselho de Contribuintes.

CAPÍTULO VII - DAS SÚMULAS

Art. 573. O Conselho de Contribuintes editará súmulas em sessão plenária, condensando suas reiteradas decisões proferidas no processo administrativo tributário, com efeito meramente informativo, que serão objeto de publicação no DOM, em ordem sequencial numérica e cronológica.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Conselho de Contribuintes definirá as condições e procedimentos para edição das súmulas uniformizadoras das decisões.

CAPÍTULO VIII - DA EFICÁCIA E DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 574. São definitivas, no âmbito administrativo, as decisões relativas aos processos administrativos tributários proferidas:

I - na primeira instância, quando não sujeitas a reexame necessário, bem como quando, esgotado o prazo, não tenha sido interposto o recurso voluntário, nos termos deste Código;

II - na segunda instância, quando esgotados todos os meios recursais.

Parágrafo único. Quando o recurso voluntário for parcial, tornar-se-á definitiva, desde logo, a parte da decisão que não tenha sido objeto de recurso.

Art. 575. Transitada em julgado a decisão, será adotada a providência adequada pelo setor competente, dentre as quais:

I - a intimação do sujeito passivo para que efetue o recolhimento do crédito tributário, relativo à decisão administrativa, no prazo de dez dias;

II - a conversão do depósito em dinheiro;

III - complementar ou levantar depósitos efetuados em garantia;

IV - a liberação de bens retidos e depositados, ou a restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação;

V - encaminhamento do processo administrativo à Procuradoria Geral do Município para inscrição do crédito tributário em dívida ativa, caso não tenha ocorrido o



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

correspondente recolhimento na forma do inciso I deste artigo;

VI - medidas administrativas quando o pedido de reconsideração for julgado procedente ou parcialmente procedente.

Parágrafo único. Quando a decisão definitiva julgar improcedente a Notificação de Lançamento, a Notificação de Lançamento de Débito ou o Auto de Infração, arquivar-se-á o processo, examinando-se, nos casos de extinção ou nulidade, a viabilidade da realização de revisão fiscal.

Art. 576. Quando os valores depositados forem superiores ao montante do crédito tributário apontado na decisão, será o excesso restituído ao interessado, atualizado monetariamente, e sendo inferiores, será o devedor intimado a recolher a diferença remanescente no prazo de dez dias.

TÍTULO IV - DO PROCEDIMENTO DE CONSULTA

Seção I - Considerações Preliminares

Art. 577. É assegurado ao sujeito passivo e às entidades representativas de categorias econômicas e de profissionais, o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária e tributos de competência municipal, antes da instauração de qualquer procedimento de fiscalização.

Art. 578. A consulta será dirigida ao Contencioso Administrativo Tributário a quem compete aprovar o Parecer, após prévio exame e manifestação da JJT, devendo o consulente apresentar, de forma clara e precisa, o caso concreto, os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicando, se possível, os dispositivos legais e instruindo o processo com documentos.

§ 1º As consultas, quando formalmente efetuadas, serão respondidas sob a forma de Parecer, pelos responsáveis pelos integrantes da JJT, no prazo de trinta dias, prorrogável, a critério da autoridade competente.

§ 2º A Administração dará cumprimento à resposta da consulta, salvo se o consulente não tiver fornecido elementos suficientes à sua consecução.

§ 3º O consulente poderá, a seu critério, expor a interpretação que dá aos dispositivos da legislação tributária aplicáveis à matéria consultada.

§ 4º Cada consulta deverá referir-se a uma única matéria, admitindo-se a cumulação, na mesma petição, apenas quando se tratar de questões conexas.

§ 5º A consulta poderá ser apresentada pelo interessado, seu representante legal ou procurador habilitado no Departamento de Tributação, sendo devidamente protocolizada.

§ 6º Para melhor instrução do procedimento, poderão ser solicitadas informações ou a realização de diligências.

Art. 579. Tratando a consulta sobre matéria já apreciada e elucidada, o órgão fiscal receptor se pronunciará com base em parecer ou legislação pertinente.

Art. 580. A JJT, através do Secretário Municipal de Finanças, poderá encaminhar a consulta à Procuradoria-Geral do Município (PGM), quando inexistir pronunciamento ou legislação sobre a matéria consultada, e esta, ser encaminhada, pela PGM, para diligência ou pronunciamento preliminar por outro órgão.

Parágrafo único. A JJT poderá propor ao Secretário Municipal de Finanças a expedição de ato normativo com base na resposta da consulta, sempre que esta decida matéria fiscal relevante.

Seção II - Dos Efeitos da Consulta

Art. 581. A consulta formulada antes do prazo para recolhimento do tributo exime o consulente do pagamento de multa moratória e demais acréscimos legais incidentes sobre o crédito tributário relativo à matéria consultada, desde que o pagamento do tributo seja efetuado em até quinze dias, contados do recebimento da resposta.

§ 1º Quando formulada após o prazo para recolhimento do tributo devido, o consulente deverá recolher o tributo acrescido de multa moratória e demais acréscimos legais.

§ 2º O consulente poderá evitar o pagamento de multa moratória e demais acréscimos legais se efetuar pagamento ou prévio depósito administrativo correspondente ao seu débito.

§ 3º Resultando indevido o pagamento ou o prévio depósito administrativo, será restituído o valor, atualizado monetariamente, no prazo de trinta dias contados da notificação do consulente.

Art. 582. A mudança de orientação formulada em nova consulta somente prevalecerá após cientificado o consulente da alteração efetuada.

§ 1º A mudança de critério jurídico só poderá ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

§ 2º Na hipótese de mudança de entendimento fiscal, a nova orientação atingirá a todos, ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com o parecer vigente até a data da modificação.

Art. 583. Enquanto não solucionada a consulta, nenhum procedimento fiscal será promovido contra o consulente em relação à espécie consultada, exceto quando versar sobre dispositivo incontroverso, sobre decisão administrativa ou judicial reiterada e definitiva ou for a consulta meramente protelatória.

Art. 584. Nas hipóteses de tributo retido na fonte ou lançado por homologação, antes ou depois de formulada a consulta, continua o contribuinte obrigado a recolhê-lo na forma da legislação pertinente.

Art. 585. Não cabe pedido de reconsideração de decisão de consulta, salvo se, a critério do órgão consultivo, o consulente apresentar argumentos convincentes ou provas irrefutáveis de que a resposta não atendeu à correta interpretação da legislação.

Parágrafo único. O consulente deverá adotar o entendimento contido na resposta de sua consulta ou efetuar o pedido de reconsideração, no prazo de quinze dias, contado da data do seu recebimento.

Art. 586. A consulta não produzirá qualquer efeito e será declarada ineficaz, de plano, pelo Chefe do Contencioso Administrativo Tributário, quando:

I - formulada depois de iniciado o procedimento fiscal contra o consulente;

II - formulada após a lavratura da Notificação de Lançamento, Notificação de Lançamento de Débito ou do Auto de Infração, cujos fundamentos se relacionem com a matéria consultada;



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

III - formulada em desacordo com as formalidades estatuídas na legislação ou quando não descreva, exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contenha os elementos necessários à solução, exceto se a inexatidão for escusável, a critério da autoridade consultada;

IV - o fato objeto de consulta já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

V - for manifestamente protelatória;

VI - o fato estiver disciplinado em ato normativo, publicado antes de sua interposição;

VII - o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei.

Parágrafo único. Compete à autoridade consultada declarar a ineficácia da consulta.

Seção III - Da Comunicação da Resposta

Art. 587. A resposta à consulta será entregue pessoalmente, mediante recibo do consulente, seu representante ou preposto, ou ainda pelos Correios, mediante Aviso de Recebimento (AR), datado e assinado pelo consulente, seu representante, preposto ou por quem, em seu nome, receba a cópia da resposta.

Parágrafo único. Se o consulente não for encontrado, poderá ser intimado, por edital, para comparecer ao Contencioso Administrativo Tributário, no prazo de cinco dias, para receber a resposta, sob pena de ser a consulta considerada sem efeito.

Seção IV - Disposições Gerais Sobre Consulta

Art. 588. Ao requerimento ou comunicação com natureza ou efeito de consulta, aplicam-se as disposições deste Capítulo.

Art. 589. Se os fatos descritos na consulta não corresponderem à realidade, tendo por objeto o retardamento do cumprimento de obrigações tributárias, serão adotadas, imediatamente, as providências fiscais estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 590. As consultas relativas a fatos idênticos poderão ser objeto de uma só decisão, destinando-se cópia do pronunciamento a cada consulente.

Seção V - De Outros Fatos Relevantes

Art. 591. Fica instituída a Unidade de Referência Municipal (URM), a qual será utilizada, como medida de valor e de parâmetro de atualização monetária das bases de cálculo dos tributos, dos créditos tributários e das penalidades no Município de Albertina.

Parágrafo único. A URM terá valor equivalente a R\$3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 592. Até o dia dez de janeiro de cada exercício, o Chefe do Poder Executivo Municipal editará Decreto que atualize a unidade criada no art. 591 e seu parágrafo único, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, com base no ano anterior.

Art. 593. Até o dia dez de janeiro de cada ano, o Chefe do Poder Executivo Municipal editará Decreto, com base em proposta do Departamento de Tributação, estabelecendo:

I - os prazos de vencimento e as condições de pagamento dos tributos municipais; e

II - os prazos e as condições de apresentação de requerimentos visando o reconhecimento de imunidades e de isenções.

Parágrafo único. Os pagamentos de tributos municipais deverão obedecer:

I - para o IPTU e as taxas que o acompanham, cobrança em cota única sem acréscimo, ou em até cinco parcelas mensais e consecutivas, acrescidas de 10,00% (dez inteiros por cento) cada uma, vencendo-se a cota única ou primeira parcela nunca depois de 30 de junho de cada ano;

II - para o ISS de profissionais autônomos e as taxas que o acompanham, cobrados anualmente, a cobrança em quatro parcelas, sendo a primeira até 30 de abril, e as demais nos meses subsequentes;

III - para o ISS cobrado mensalmente, a data limite do dia 10 do mês subsequente àquele no qual os serviços foram prestados, juntamente com a apresentação das notas fiscais; e

IV - para a Taxa de Consumo de Água e a Taxa de Esgoto, cobrança no último dia útil do mês subsequente àquele ao qual se refere a respectiva leitura de consumo.

Art. 594. O Departamento de Tributação imprimirá e distribuirá, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos pelos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo único. Os modelos referidos no *caput* deste artigo conterão, no seu corpo, as instruções e os esclarecimentos indispensáveis ao entendimento do seu teor, obrigatoriedade, prazo e forma de apresentação.

Seção VI - Do Estímulo a Adimplência Mediante Premiação

Art. 595. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover, anualmente, campanha de estímulo à arrecadação do IPTU, a qual consistirá em distribuição gratuita de prêmios, mediante a realização de sorteio com premiação, entre os contribuintes que pagarem o IPTU do respectivo exercício, e ainda não possuírem débitos de IPTU de exercícios anteriores vencidos e não pagos.

Art. 596. Os participantes do programa de que trata o artigo 595 desta Lei Complementar, serão premiados com base no(s) imóvel(is) cadastrado(s) junto ao Cadastro Imobiliário Fiscal (CIF) deste Município, mediante a realização de sorteio.

§ 1º Concorrerão aos prêmios os contribuintes que atenderem as condições previstas nesta Lei Complementar e no Decreto que a regulamentar.

§ 2º A premiação contemplará, anualmente, 10 (dez) imóveis cadastrados no CIF.

Art. 597. O sorteio poderá ser realizado pela extração da loteria federal ou presencialmente, neste caso promovido pela municipalidade.

§ 1º A especificação das premiações será descrita no Decreto regulamentador.

§ 2º Na ocasião de ser o sorteio presencial, promovido pela municipalidade, ficarão impedidos de dele participar, em razão de suas funções:

I - o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito Municipal;

II - os Vereadores Municipais;

III - os Secretários Municipais;

IV - o Procurador Municipal; e



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

V - os membros da comissão organizadora nomeada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 598. Não poderão concorrer aos sorteios os imóveis pertencentes ao patrimônio da União, do Estado e do Município, inclusive suas autarquias, fundações e empresas públicas, os imóveis cujo imposto seja isento ou imune e os imóveis cujo imposto seja objeto de discussão administrativa ou judicial.

Art. 599. Para proceder à premiação dos contribuintes, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a adquirir prêmios na forma da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, ou, da Lei Nacional nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no valor total máximo de 3.000 (três mil) URM.

Parágrafo único. As despesas decorrentes deste artigo serão custeadas, anualmente, pelo respectivo orçamento do Município, mediante dotações específicas, não podendo ser objeto de suplementação.

LIVRO COMPLEMENTAR DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 600. Eventuais alterações de alíquotas tributárias ou reclassificação de índices ou especificações, para menor, assim como a criação ou expansão de despesas, criadas por esta Lei Complementar, possuem adequação financeira e orçamentária com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º A despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstos na Lei Complementar Nacional nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 2º Há nesta Lei Complementar aumento permanente de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, conforme determina a Lei Complementar Nacional nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 601. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos dispositivos que instituem tributo, que majorem o valor do tributo atualmente cobrado ou que extingam isenções, que ficam sujeitos à observância da anterioridade anual e nonagesimal, nos termos das alíneas "b" e "c", do inciso III, do art. 150, da Constituição Federal de 1988.

Art. 602. Revogam-se as disposições contrárias a este Código, em especial a Lei Complementar nº 01, de 23 de dezembro de 2003 (Código Tributário do Município de Albertina), a Lei Complementar nº 02, de 20 de dezembro de 2005, a Lei Complementar nº 04, de 5 de março de 2007, a Lei Complementar nº 06, de 21 de junho de 2007, a Lei Complementar nº 11, de 17 de dezembro de 2008, a Lei Complementar nº 17, de 28 de dezembro de 2010, a Lei Complementar nº 18, de 29 de dezembro de 2010, a Lei Complementar nº 19, de 13 de janeiro de 2011, a Lei Complementar nº 20, de 13 de janeiro de 2011, a Lei Complementar nº 21, de 3 de março de 2011, a Lei Complementar nº 25, de 27 de outubro de 2011, a Lei Complementar nº 36, de 5 de julho de 2013, Lei Complementar nº 38, de 25 de setembro de 2013, Lei Complementar nº 64, de 19 de agosto de 2015, Lei Complementar nº 65, de 19 de agosto de 2015, observando-se que, em cada caso, enquanto não forem expedidos os atos regulamentares necessários à execução deste Código,

continuam em vigor, no que não colidirem com ele, a Lei Complementar Municipal nº 01, de 23 de dezembro de 2003 e demais leis municipais tributárias, suas alterações e seus respectivos regulamentos.

Prefeitura Municipal de Albertina/MG, em 2 de outubro de 2017.

João Paulo Facanali de Oliveira
Prefeito Municipal

Anexo I

Alíquotas (%) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
Anexo referente ao Título III do Livro I desta Lei

Imóveis situados na zona urbana ou de expansão urbana do Município sujeitos ao IPTU

| Situação do Imóvel | Condição | Alíquota (%) |
|--------------------|----------------------|--------------|
| Edificado | Com muro com passeio | 0,25 |
| Edificado | Com muro sem passeio | 0,35 |
| Edificado | Sem muro com passeio | 0,40 |
| Edificado | Sem muro sem passeio | 0,50 |
| Não Edificado | Com muro com passeio | 0,25 |
| Não Edificado | Com muro sem passeio | 0,35 |
| Não Edificado | Sem muro com passeio | 0,40 |
| Não Edificado | Sem muro sem passeio | 0,50 |

1 - A alíquota será aplicada sobre o valor venal do imóvel.

2 - O padrão das edificações será determinado em função das características físicas de cada uma, constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, por ocasião do lançamento.

3 - Os imóveis edificados de utilização mista serão classificados como não residenciais.

4 - A alíquota de incidência será reclassificada a partir do ano seguinte, desde que o imóvel sofra alteração na sua condição, mediante fiscalização do Município ou comunicação do contribuinte ao Departamento de Tributação.

Gleba

Tabela de caracterização de terreno urbano como gleba

| Tabela IX | |
|----------------------------------------|------------------|
| Área da gleba em m ² | Fator de Redução |
| De 1.000,01 a 3.000,00 m ² | 0,20 |
| De 3.000,01 a 5.000,00 m ² | 0,30 |
| De 5.000,01 a 10.000,00 m ² | 0,40 |
| Acima de 10.000,00 m ² | 0,50 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

A caracterização de um terreno urbano como gleba, de acordo com o art. 32 deste Código, ensejará no FCT - Situação do imóvel, um fator de redução, consoante a Tabela IX.

Anexo II

Relação de Logradouros da PGV

| RUA | LOGRADOUR O | FACE DE QUADRA | VALOR URM |
|---------------------------------|----------------|-------------------|--------------|
| ADRIEL WAGNER ALBERTI | 00067-1 | 10030-E | 19,30 |
| | | 10073-D | 19,30 |
| | | 10073-E | 19,30 |
| ANTÔNIO GENEROSO DA SILVA | 00010-8 | 10050-E | 31,02 |
| | | 10078-D | 37,22 |
| | | 10078-E | 31,02 |
| | | 10159-D | 37,22 |
| | | 10159-E | 31,02 |
| | | 10210-D | 37,22 |
| | | 10210-E | 31,02 |
| | | 10277-D | 37,22 |
| | | 10277-E | 31,02 |
| 10337-D | 31,02 | | |
| BENEDITA PEREIRA FILETI | 00044-2 | 10070-D | 18,62 |
| | | 10110-D | 18,62 |
| | | 10184-E | 19,84 |
| BENEDITO LUIZ | 00027-2 | 10130-D | 31,02 |
| | | 10130-E | 31,02 |
| BENEVIDES INÁCIO DINIZ | 00006-0 | 09823-D | 31,02 |
| | | 10027-D | 38,44 |
| | | 10053-E | 37,22 |
| | | 10082-D | 37,22 |
| | | 10120-D | 37,22 |
| | | 10120-E | 37,22 |
| | | 10178-D | 37,22 |
| | | 10178-E | 37,22 |
| | | 10192-D | 37,22 |
| | | 10238-E | 37,22 |
| | | 10242-E | 37,22 |
| | | 10306-E | 37,22 |
| 10313-D | 37,22 | | |
| CACILDA RINCO GONÇALVES | 00029-9 | 10085-D | 31,02 |
| | | 10085-E | 31,02 |
| CARLOS CAMPANHARI | 00041-8 | 10052-D | 37,22 |
| | | 10052-E | 37,22 |
| CARLOS RINCO | 00005-1 | 10026-D | 37,22 |
| | | 10053-E | 37,22 |
| | | 10080-D | 37,22 |
| | | 10120-D | 37,22 |

| | | | |
|---------------------------------|---------|---------|-------|
| | | 10120-E | 37,22 |
| | | 10211-E | 32,18 |
| | | 10240-D | 32,18 |
| CELINHO | 00068-0 | 10080-D | 19,30 |
| | | 10080-E | 19,30 |
| CINEVALDO TEIXEIRA | 00065-5 | 10041-D | 19,30 |
| | | 10041-E | 19,30 |
| DIZÉLIO CAMPAGNARI | 00043-4 | 10030-E | 31,02 |
| | | 10050-E | 31,02 |
| | | 10464-D | 31,02 |
| EXPEDITO ANTÔNIO DA COSTA | 00060-4 | 10075-D | 31,02 |
| FRANCISCO FERRADOZA | 00012-4 | 10069-D | 37,22 |
| | | 10069-E | 31,02 |
| INÁCIO SANCHES | 00011-6 | 10082-D | 37,22 |
| | | 10082-E | 37,22 |
| | | 10163-D | 37,22 |
| | | 10163-E | 37,22 |
| | | 10215-D | 37,22 |
| | | 10215-E | 37,22 |
| JACINTO FACANALI | 00046-9 | 10070-D | 18,62 |
| | | 10070-E | 18,62 |
| JACOMO GOBBO | 00019-1 | 10052-D | 37,22 |
| | | 10052-E | 37,22 |
| | | 10135-D | 37,22 |
| | | 10136-E | 37,22 |
| | | 10186-D | 31,02 |
| JOÃO GABRIEL DE MELO | 00002-7 | 10187-E | 31,02 |
| | | 10053-D | 37,22 |
| | | 10053-E | 37,22 |
| | | 10119-D | 37,22 |
| | | 10132-E | 37,22 |
| | | 10246-D | 31,02 |
| JOÃO MORICONI | 00017-5 | 10246-E | 31,02 |
| | | 10052-D | 37,22 |
| | | 10052-E | 37,22 |
| | | 10131-D | 37,22 |
| | | 10137-E | 37,22 |
| | | 10183-D | 31,02 |
| JOÃO PARMEZANI | 00004-3 | 10238-D | 31,02 |
| | | 10052-D | 37,22 |
| | | 10052-E | 37,22 |
| | | 10119-D | 37,22 |
| JOÃO SANCHES | 00020-5 | 10123-E | 37,22 |
| | | 10219-D | 31,02 |
| | | 10042-D | 31,02 |
| | | 10092-E | 37,22 |
| | | 10097-D | 37,22 |
| | | 10114-D | 31,02 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | | | | | |
|---------------------------|---------|---------|-------|--------------------------|---------|---------|-------|
| | | 10164-D | 31,02 | | | 10102-E | 37,22 |
| | | 10175-D | 37,22 | | | 10168-D | 37,22 |
| | | 10183-E | 37,22 | | | 10168-E | 37,22 |
| | | 10215-D | 31,02 | | | 10293-E | 37,22 |
| | | 10269-D | 37,22 | | | 10333-D | 37,22 |
| | | 10270-E | 31,02 | | | 10370-E | 31,02 |
| | | 10275-D | 31,02 | | | 10502-E | 31,02 |
| | | 10276-E | 37,22 | | | 10612-D | 31,02 |
| | | 10389-D | 37,22 | | | 10665-E | 31,02 |
| | | 10395-E | 37,22 | | | 10705-E | 31,02 |
| | | 10473-D | 31,02 | | | 10785-E | 31,02 |
| | | 10479-E | 37,22 | | | 10976-E | 37,22 |
| | | 10521-D | 31,02 | | | 10994-D | 31,02 |
| | | 10528-E | 31,02 | | | 09956-D | 31,02 |
| | | 10573-D | 31,02 | | | 10062-D | 31,02 |
| | | 10580-E | 31,02 | | | 10063-D | 31,02 |
| JOAQUIM GALDINO CONCEIÇÃO | 00039-6 | 10054-D | 37,22 | LUIZ LUCATELLI | 00051-5 | 10063-E | 31,02 |
| | | 10054-E | 37,22 | | | 10127-E | 31,02 |
| JOSÉ FERNANDES | 00066-3 | 10039-D | 19,30 | | | 10182-D | 37,22 |
| | | 10055-E | 19,30 | | | 10196-E | 24,80 |
| | | 10094-D | 19,30 | | | 10256-D | 31,02 |
| JOSEFINA DA SILVA COSTA | 00021-3 | 10007-D | 31,02 | LUIZ OPÚSCULO | 00018-3 | 10082-D | 37,22 |
| | | 10042-E | 31,02 | | | 10082-E | 37,22 |
| | | 10160-E | 31,02 | | | 10167-D | 37,22 |
| JOSÉ FRANCISCO CONCEIÇÃO | 00015-9 | 10081-D | 37,22 | LUIZ SANCHES | 00001-9 | 10176-E | 37,22 |
| | | 10081-E | 37,22 | | | 10200-D | 31,02 |
| | | 10138-D | 37,22 | | | 10200-E | 31,02 |
| | | 10138-E | 37,22 | | | 10058-D | 31,02 |
| JOSÉ FRANCISCO LUCATELLI | 00057-4 | 10054-D | 31,02 | MANOEL BRANCO FILHO | 00009-4 | 10058-E | 31,02 |
| | | 10064-D | 31,02 | | | 10065-E | 31,02 |
| | | 10118-D | 31,02 | | | 10139-D | 31,02 |
| | | 10126-E | 31,02 | | | 10143-D | 31,02 |
| | | 10188-D | 24,80 | | | 10164-E | 31,02 |
| | | 10202-E | 31,02 | | | 10193-D | 31,02 |
| JOSÉ MARCELINO BENTO | 00049-3 | 10040-E | 18,62 | | | 10275-D | 31,02 |
| | | 10055-E | 18,62 | | | 10340-E | 31,02 |
| | | 10105-E | 18,62 | | | 10053-E | 37,22 |
| | | 10124-D | 18,62 | MANOEL DE CASTRO LEITE | 00003-5 | 10056-D | 37,22 |
| JOSÉ OLÍMPIO CARDOSO | 00025-6 | 10053-D | 37,22 | | | 10123-D | 37,22 |
| | | 10053-E | 37,22 | | | 10123-E | 37,22 |
| | | 10179-D | 37,22 | | | 10238-E | 31,02 |
| | | 10179-E | 37,22 | | | 10239-D | 31,02 |
| | | 10256-D | 31,02 | MARCÍLIO FURLANETO | 00028-1 | 10090-D | 31,02 |
| | | 10256-E | 31,02 | | | 10090-E | 31,02 |
| | | 10388-D | 31,02 | MARIA LÁZARA RUBIM RINCO | 00047-7 | 10101-E | 18,62 |
| | | 10388-E | 31,02 | | | 10104-E | 18,62 |
| LUIZ FERRARI | 00024-8 | 10054-D | 37,22 | | | 10189-E | 18,62 |
| | | 10054-E | 37,22 | | | 10256-E | 18,62 |
| | | 10102-D | 37,22 | MARIA | 00040-0 | 10042-E | 31,02 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | |
|----------------------------------|--------------------|-----------------------|------------------|
| PEÇANHA FARIA | | 10064-D | 31,02 |
| MARIO BERTUCCI | 00030-2 | 10155-D | 37,22 |
| | | 10155-E | 37,22 |
| ONOFRE FERREIRA BARBOSA | 00059-1 | 10042-D | 18,62 |
| | | 10066-E | 18,62 |
| PAULINO DE FARIA | 00042-6 | 10039-D | 31,02 |
| | | 10045-E | 31,02 |
| PREFEITO PAULO CONCEIÇÃO | 00007-8 | 10045-E | 19,30 |
| | | 10096-E | 19,30 |
| | | 10300-D | 19,30 |
| | | 10300-E | 19,30 |
| RAFAEL APARICIO DE LIMA | 00054-0 | 10045-D | 31,02 |
| | | 10090-D | 31,02 |
| | | 10135-D | 32,18 |
| RENATO GOBBO | 00008-6 | 10089-D | 37,22 |
| | | 10180-D | 31,02 |
| | | 10182-D | 31,02 |
| RIOLANDO DINO CORRADI | 00033-7 | 10100-E | 31,02 |
| | | 10120-D | 31,02 |
| ROMILDA CAMPANHARI | 00035-3 | 10044-D | 31,02 |
| | | 10048-E | 31,02 |
| | | 10168-E | 31,02 |
| | | 10231-D | 37,22 |
| | | 10231-E | 37,22 |
| | | 10335-D | 31,02 |
| SALVADOR BUENO SILVA | 00062-1 | 10345-E | 31,02 |
| SARA REGINA LUCATELLI | 00058-2 | 10060-D | 31,02 |
| | | 10119-E | 31,02 |
| | | 10128-D | 31,02 |
| | | 10204-D | 31,02 |
| TEREZA MARUZA RICETTO CAMPANHARI | 00061-2 | 10295-D | 31,02 |
| TEREZINHA CHOFFI SANCHES | 00064-7 | 10020-E | 19,30 |
| | | 10126-D | 19,30 |
| | | 10126-E | 19,30 |
| VALDOMIRO RINCO | 00048-5 | 10015-D | 18,62 |
| | | 10080-D | 18,62 |
| | | 10100-D | 18,62 |
| | | 10120-D | 18,62 |
| VITORIA DE FARIA | 00038-8 | 10066-D | 31,02 |
| | | 10071-E | 31,02 |
| ZAIDA VIEIRA ALBERTI | 00045-1 | 10070-D | 18,62 |
| | | 10070-E | 18,62 |
| <i>AVENIDA</i> | <i>LOGRADOUR O</i> | <i>FACE DE QUADRA</i> | <i>VALOR URM</i> |
| | 00022-1 | 10075-D | 37,22 |
| | | 10075-E | 37,22 |

| | | | |
|-------------------------|--------------------|-----------------------|------------------|
| ALEXANDRE VILELA | | 10186-E | 37,22 |
| | | 10272-E | 31,02 |
| | | 10323-E | 31,02 |
| | | 10377-E | 31,02 |
| | | 10412-E | 24,80 |
| DA SAUDADE | 00050-7 | 10017-D | 24,80 |
| | | 10111-D | 24,80 |
| | | 10111-E | 24,80 |
| | | 10300-E | 24,80 |
| JOSÉ DA SILVEIRA CAMPOS | 00023-0 | 10081-E | 37,22 |
| | | 10142-E | 37,22 |
| | | 10147-D | 31,02 |
| | | 10216-D | 31,02 |
| | | 10220-E | 37,22 |
| | | 10264-D | 31,02 |
| | | 10347-E | 31,02 |
| | | 10377-E | 31,02 |
| JOSÉ INÁCIO DINIZ | 00013-2 | 10060-D | 37,22 |
| | | 10060-E | 37,22 |
| | | 10186-E | 37,22 |
| | | 10263-D | 37,22 |
| MINAS GERAIS | 00032-9 | 10000-E | 31,02 |
| | | 10000-D | 31,02 |
| <i>PRAÇA</i> | <i>LOGRADOUR O</i> | <i>FACE DE QUADRA</i> | <i>VALOR URM</i> |
| EPAMINONDAS BRUM | 00053-1 | 10000-E | 37,22 |
| JOSÉ INÁCIO DINIZ | 00014-1 | 10044-E | 49,62 |
| | | 10084-D | 49,62 |
| | | 10084-E | 49,62 |
| | | 10343-D | 49,62 |
| | | 10343-E | 49,62 |
| | | 10395-D | 49,62 |
| | | 10395-E | 49,62 |
| SANTA CLARA | 00036-1 | 10745-E | 31,02 |
| SENHOR BOM JESUS | 00016-7 | 10044-D | 49,62 |
| | | 10150-D | 49,62 |
| | | 10150-E | 49,62 |
| | | 10207-D | 49,62 |
| | | 10207-E | 49,62 |
| | | 10260-D | 49,62 |
| | | 10260-E | 49,62 |
| <i>RODOVIA</i> | <i>LOGRADOUR O</i> | <i>FACE DE QUADRA</i> | <i>VALOR URM</i> |
| ADELINO SIMIONATTO | 00055-8 | 10000-D | 31,02 |
| | | 10000-E | 31,02 |

Anexo III



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Valor Genérico, em URM, do m² do Tipo de Construção da PGV

| Tipo de Construção | Valor Genérico, em URM, m ² da Construção |
|-----------------------------|------------------------------------------------------|
| Casa | 155 |
| Apartamento | 160 |
| Loja / Comércio / Indústria | 165 |
| Galpão | 160 |
| Telheiro | 60 |
| Especial | 170 |

Anexo IV

Lista de Serviços

1 – Serviços de informática e congêneres

- 1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
- 1.02 – Programação.
- 1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.
- 1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo *tablets*, *smartphones* e congêneres.
- 1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
- 1.06 – Assessoria e consultoria em informática.
- 1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- 1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
- 1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza

- 2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres

- 3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
- 3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, *stands*, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
- 3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
- 3.05 – Cessão de andaimos, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres

- 4.01 – Medicina e biomedicina.
- 4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortopédia.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres (dedutível o valor das despesas com os segurados, relativas a serviços enquadrados nos itens e subitens desta lista de serviços).

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário (dedutível o valor das despesas com os segurados, relativas a serviços enquadrados nos itens e subitens desta lista de serviços).

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres

- 5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
- 5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
- 5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
- 5.04 – Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.
- 5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
- 5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres

- 6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
- 6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
- 6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
- 6.05 – Centros de emagrecimento, *spa* e congêneres.
- 6.06 – Aplicação de tatuagens, *piercings* e congêneres.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, canais, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfuração, concretagem, testemunhagem, pesca, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, *apart-service* condominiais, *flat*, *apart-hotéis*, hotéis residência, *residence-service*, *suite service*, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (*leasing*), de franquia (*franchising*) e de faturização (*factoring*).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores e de aeronaves.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, *taxi-dancing* e congêneres.

12.07 – *Shows*, *ballet*, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

- 12.12 – Execução de música.
- 12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, *ballet*, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
- 12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
- 12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, *shows*, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
- 12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia

- 13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres.
- 13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truçagem e congêneres.
- 13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.
- 13.05 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros

- 14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.02 – Assistência técnica.
- 14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.
- 14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.
- 14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 14.07 – Colocação de molduras e congêneres.
- 14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
- 14.10 – Tinturaria e lavanderia.
- 14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
- 14.12 – Funilaria e lanternagem.
- 14.13 – Carpintaria e serralheria.
- 14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito

- 15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

- 15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

- 15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

- 15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

- 15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF) ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

- 15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

- 15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

- 15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

- 15.09 – Arrendamento mercantil (*leasing*) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (*leasing*).

- 15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

- 15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

- 15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

- 15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

- 15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

- 15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

- 15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal

16.01 – Serviços públicos de transporte coletivo urbano operados, exclusivamente, por ônibus, mediante concessão outorgada pelo Poder Público Municipal.

16.02 – Serviços de transporte de natureza municipal, excetuados aqueles mencionados no subitem 16.01.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Dattilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.08 – Franquia (*franchising*).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (*factoring*).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres

19.01 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços de terminais rodoviários.

20.01 – Serviços de terminais rodoviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais

21.01 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres

24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 – Serviços funerários

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores,



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27 – Serviços de assistência social

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos

32.01 – Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres

33.01 – Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres

34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas

35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins

37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação

39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda

40.01 – Obras de arte sob encomenda.

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| 1. EMPRESA, SOBRE O PREÇO DO SERVIÇO | |
| 1.1. Subitem 16.01 do item 16 | 0,20% |
| 1.2. Subitem 16.02 do item 16 | 2,00% |
| 1.3. Item 4 e respectivos subitens, exceto 4.22 e 4.23 | 3,00% |
| 1.4. Item 7 e respectivos subitens, exceto 7.10 | |
| 1.5. Item 8 e respectivos subitens e subitens 17.13 e 17.18 do item 17 | 4,00% |
| 1.6. Subitens 4.22 e 4.23 do item 4, 1.8. Subitem 7.10 do item 7 e demais itens da lista de serviços e respectivos subitens | |
| 2. PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS | VALORES FIXADOS (EM URM) POR ANO |
| 2.1. Nível Superior | 110 |
| 2.2. Nível Médio | 70 |
| 2.3. Taxista | 100 |
| 2.4. Outros | 30 |
| 3. SOCIEDADES DE PROFISSIONAIS | VALORES FIXADOS (EM URM) POR PROFISSIONAL POR MÊS |
| 3.1. Nível Superior - 180 URM / profissional / ano | 15 |
| 3.2. Nível Médio - 120 URM / profissional / ano | 10 |
| 4. PESSOAS JURÍDICAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL - REGIME ISS FIXO | VALORES FIXADOS (EM URM) POR PROFISSIONAL POR MÊS |
| 4.1. Nível Superior - 96 URM / profissional / ano | 8 |
| 4.2. Nível Médio - 60 URM / profissional / ano | 5 |

Anexo V

| ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA | | |
|----------------------------------------------------------|-----|-----------|
| DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES E ITENS | DAS | ALÍQUOTAS |

Anexo VI

Da Taxa de Licença e Fiscalização para Funcionamento

| Código | Atividade | Base de Cálculo | Incidência | Quantidade |
|--------|---------------------------------------------|-----------------|------------|------------|
| | Estabelecimento de informática e congêneres | URM | Por ano | 60 |
| | Estabelecimento | URM | Por ano | 60 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | | |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|---------|-----|
| | de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza | | | |
| | Estabelecimento prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres | URM | Por ano | 60 |
| | Estabelecimento de saúde, assistência médica, odontológica e congêneres | URM | Por ano | 120 |
| | Estabelecimento de medicina e assistência veterinária e congêneres. | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimento de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres | URM | Por ano | 60 |
| | Estabelecimento relativo a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimento de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza | URM | Por ano | 150 |
| | Estabelecimento relativo a hospedagem, turismo, viagens e congêneres | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimento de intermediação e congêneres | URM | Por ano | 50 |
| | Estabelecimento de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres | URM | Por ano | 60 |
| | Estabelecimento de diversões, lazer, entretenimento e congêneres | URM | Por ano | 60 |

| | | | | |
|--|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|---------|-----|
| | Estabelecimento relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia | URM | Por ano | 60 |
| | Estabelecimento relativos a bens de terceiros | URM | Por ano | 60 |
| | Estabelecimento relacionado a serviços bancários ou financeiros, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito | URM | Por ano | 300 |
| | Estabelecimento de transporte de natureza municipal | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimento de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres | URM | Por ano | 50 |
| | Estabelecimento de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros, prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimento de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimento de terminal rodoviário | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimento de registros públicos, cartorários e notariais | URM | Por ano | 160 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | | |
|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|---------|-----|
| | Estabelecimento de exploração de rodovia | URM | Por ano | 600 |
| | Estabelecimento de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres | URM | Por ano | 90 |
| | Estabelecimento de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres | URM | Por ano | 90 |
| | Estabelecimento funerário | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimento de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas e congêneres | URM | Por ano | 260 |
| | Estabelecimento de assistência social | URM | Por ano | 90 |
| | Estabelecimento de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza | URM | Por ano | 90 |
| | Estabelecimento de biblioteconomia | URM | Por ano | 90 |
| | Estabelecimento de biologia, biotecnologia e química | URM | Por ano | 90 |
| | Estabelecimento técnico em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres | URM | Por ano | 90 |
| | Estabelecimento de desenhos técnicos | URM | Por ano | 60 |
| | Estabelecimento de desembaraço aduaneiro, comissário, despachante e congêneres | URM | Por ano | 120 |
| | Estabelecimento de investigações particulares, detetives e congêneres | URM | Por ano | 90 |
| | Estabelecimento | URM | Por ano | 100 |

| | | | | |
|--|-----------------------------------------------------------------------|-----|---------|-----|
| | de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas | | | |
| | Estabelecimento de meteorologia | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimento de artistas, atletas, modelos e manequins | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimento de museologia | URM | Por ano | 80 |
| | Estabelecimento de ourivesaria e lapidação | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimento relativo a obras de arte sob encomenda | URM | Por ano | 100 |
| | Estabelecimentos comerciais | URM | Por ano | 50 |
| | Estabelecimentos industriais | URM | Por ano | 90 |
| | Estabelecimentos de rudimentar relevância | URM | Por ano | 30 |
| | Demais estabelecimentos não contidos nos itens anteriores | URM | Por ano | 100 |

Anexo VII

Taxa de Licença e Fiscalização de Obras

| Código | Atividade | Base de Cálculo | Incidência | Quantidade |
|--------|------------------------------------------------------|-----------------|-----------------------------|------------|
| | Alinhamento e nivelamento (zona urbana e zona rural) | URM | Por metro linear de testada | 2 |
| | Construção (até 2 pavimentos) | | | |
| | até 60,00 m ² | URM | Por obra | 40 |
| | de 60,01 até 100,00 m ² | URM | Por obra | 50 |
| | de 100,01 até 200,00 m ² | URM | Por obra | 70 |
| | acima de 200,00 m ² | URM | Por obra | 100 |
| | Construção (acima 2 pavimentos) | | | |
| | até 60,00 m ² | URM | Por obra | 50 |
| | de 60,01 até 100,00 m ² | URM | Por obra | 70 |
| | de 100,01 até 200,00 m ² | URM | Por obra | 100 |
| | acima de 200,00 m ² | URM | Por obra | 150 |
| | Reconstrução ou Reforma | URM | | |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | | |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----------------------|------|
| | até 60,00 m ² | URM | Por obra | 30 |
| | de 60,01 até 100,00 m ² | URM | Por obra | 50 |
| | acima de 100,00 m ² (por unidade autônoma) | URM | Por obra | 70 |
| | Ampliação | URM | Por m ² | 0,10 |
| | Demolição | URM | Por m ² | 0,15 |
| | Análise de processo referente a desmembramento, remembramento, desdobro ou fracionamento de área | | | |
| | até 200,00 m ² | URM | Por projeto | 30 |
| | de 200,01 até 400,00 m ² | URM | Por projeto | 40 |
| | de 400,01 até 600,00 m ² | URM | Por projeto | 50 |
| | de 600,01 até 1.000,00 m ² | URM | Por projeto | 60 |
| | de 1.000,01 até 2.000,00 m ² | URM | Por projeto | 80 |
| | acima de 2.000,00 m ² | URM | Por projeto | 100 |
| | Consulta prévia de loteamento | URM | Por lote | 3 |
| | Aprovação de loteamento | URM | Por lote | 10 |
| | Aprovação de arruamento | URM | Por (m ²) | 2 |
| | Análise de processo de demarcação, pela extensão do perímetro da área analisada | URM | Por lote | 20 |
| | Habite-se | | | |
| | até 60,00 m ² | URM | Por obra | 20 |
| | de 60,01 até 100,00 m ² | URM | Por obra | 25 |
| | acima de 100,00 m ² | URM | Por obra | 30 |
| | Ampliação | URM | Por m ² | 0,10 |
| | Demolição | URM | Por m ² | 0,15 |
| | Limpeza de lote | URM | Por m ² | 0,10 |
| | Limpeza de fachada | URM | Por metro linear | 0,10 |
| | Demais atividades | URM | Por processo | 5 |

Anexo VIII

Taxa de Licenciamento Ambiental

| Código | Base de Cálculo | Incidência | Licença Prévia | Licença de Instalação | Licença de Operação |
|--------|-----------------|------------|----------------|-----------------------|---------------------|
| | URM | Por ano | 30 | 60 | 40 |

| Atividades Diversas | | | |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------|
| Código | Atividade | Incidência | VALOR (EM URM) |
| | Autorização para limpeza de área (resíduos sólidos, entulho e vegetação suprimida) | Por m ² | 0,10 |
| | Autorização ambiental para execução de obras de canalização | Por metro linear | 0,20 |
| | Autorização ambiental para corte de vegetação arbórea | Por unidade | 5 |
| | Autorização ambiental para poda de vegetação arbórea | Por unidade | 3 |
| | Autorização ambiental para supressão de vegetação arbórea com Levantamento Florestal / Fitossociológico | Por hectare | 10 |
| | Autorização ambiental | Por metro linear | 0,10 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | |
|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----|
| | para supressão de vegetação arbórea com Levantamento Florestal / Fitossociológico por trecho de intervenção em ruas, avenidas e rodovias | | |
| | Autorização de transplante e de vegetação arbórea | Por unidade | 1 |
| | Autorização para utilização de som em vias públicas, praças e outros espaços públicos para realização de eventos, <i>shows</i> e espetáculos com fins lucrativos | Por hora | 5 |
| | Vistoria técnica ambiental | Por vistoria | 10 |
| | Vistoria ambiental com medição de ruídos / nível sonoro e expedição de seu respectivo laudo | Por vistoria | 15 |
| | Emissão de parecer técnico ambiental | Por parecer | 15 |

Obs.: Para a renovação da Licença Ambiental de Operação com validade superior a um ano, descrita na Tabela X deste Anexo VIII, o valor da licença ambiental será proporcional ao tempo concedido em anos.

Anexo IX

Taxa de Licença e Fiscalização de Anúncios

| Código | Atividade | Base de Cálculo | Incidência | Quantidade |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|------------|
| | Anúncios próprios ou de terceiros em placas painéis, cartazes, faixas e similares, colocados em terrenos, tapumes, jardins, cadeiras, andaimes, muros, telhados, platibandas, bancos, campos de esportes, qualquer que seja o sistema de colocação | URM m ² | Por ano | 10 |
| | Anúncios próprios ou de terceiros mediante luminosos ou iluminados | URM m ² | Por ano | 15 |
| | Anúncios próprios ou de terceiros mediante luminosos ou iluminados, em <i>outdoor</i> | URM m ² | Por ano | 15 |
| | Propaganda falada através de veículos, por veículo | URM | Por dia | 3 |
| | Propaganda escrita, por meio de folhetos para distribuição externa em vias e logradouros públicos | URM | Por distribuição | 5 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|---------|----|
| Publicidade e sonora, fixa ou volante, produzida por qualquer aparelho ou instrumento, em qualquer local permitido | URM | Por mês | 10 |
| Demais atividades não relacionadas nos itens anteriores | URM | Por ano | 50 |

Anexo X

Taxa de Registro, Inspeção e Fiscalização Sanitária

| Área do Estabelecimento / Evento | Incidência | Valor (URM) |
|--------------------------------------------------|------------|-------------|
| até 30,00 m ² | Anual | 10 |
| de 30,01 m ² a 50,00 m ² | Anual | 12 |
| de 50,01 m ² a 100,00 m ² | Anual | 15 |
| de 100,01 m ² a 200,00 m ² | Anual | 20 |
| de 200,01 m ² a 500,00 m ² | Anual | 30 |
| acima de 500,00 m ² | Anual | 40 |

Anexo XI

Taxa de Registro, Inspeção e Fiscalização Sanitária Agropecuária

| Código | Atividade | Incidência | Valor (URM) |
|--------|-----------------------------------------------------------|---------------|-------------|
| | Defesa e Inspeção Sanitária | | |
| | Registro ou renovação anual de registro | | |
| | Produtor de mudas | Por documento | 30 |
| | Viveiros de comercialização de mudas | Por documento | 30 |
| | Estabelecimento comercial de insumos agrícolas, inclusive | Por documento | 30 |

| | | | |
|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|----|
| | agrotóxicos e afins | | |
| | Propriedade para produção orgânica | Por documento | 20 |
| | Indústria de produtos de origem vegetal ou de transformação | Por documento | 30 |
| | Alteração de registro | Por documento | 10 |
| | Cadastro de insumos agrícolas, exceto agrotóxicos e afins, registrado pela indústria (por produto) | Por documento | 20 |
| | Alteração de cadastro de insumos agrícolas, exceto agrotóxicos e afins, registrado pela indústria (por produto) | Por documento | 10 |
| | Certificação de produtos orgânicos | | |
| | Auditoria inicial | Por auditoria | 25 |
| | Emissão de selos de certificação / agricultura familiar | Por 1.000 selos | 3 |
| | Emissão de selos de certificação | Por 1.000 selos | 7 |
| | Permissão de trânsito vegetal (por partida) | Por documento | 2 |
| | Certificado de sanidade vegetal por lote aferido ou transportado | Por documento | 8 |
| | Defesa e Inspeção Sanitária Animal | | |
| | Inspeção Sanitária em estabelecimentos de abate, produção e beneficiamento de produtos de origem animal | | |
| | Vistoria e Laudo de inspeção do terreno (área não edificada) | Por documento | 5 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | |
|--|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|----|
| | Vistoria e Laudo técnico-sanitário prévio de adequação do estabelecimento (área edificada) | Por documento | 7 |
| | Vistoria e Laudo técnico-sanitário final do estabelecimento | Por documento | 7 |
| | Análise de planta baixa com <i>layout</i> | Por projeto | 10 |
| | Registro de estabelecimento | Por documento | 30 |
| | Análise de processo de registro de rótulo | Por rótulo | 5 |
| | Certificado de registro de rótulo | Por documento | 20 |
| | Alteração de rótulo | Por documento | 10 |
| | Renovação anual de registro de estabelecimento | Por documento | 20 |
| | Atualização de classificação do estabelecimento (por inclusão, exclusão ou correção) | Por documento | 10 |
| | Fiscalização Sanitária da Produção | | |
| | Produtos cárneos salgados e defumados | Por tonelada ou fração | 2 |
| | Produtos de salsicharia, embutidos e não embutidos | Por tonelada ou fração | 2 |
| | Produto cárneo em conserva, semiconserva ou outros produtos cárneos | Por tonelada ou fração | 2 |
| | Toucinho, banha, gordura bovina, gordura de ave em rama ou outros produtos gordurosos comestíveis | Por tonelada ou fração | 1 |
| | Farinhas, sebo, pele, óleo, graxa branca | Por tonelada ou fração | 1 |

| | | | |
|--|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|-----|
| | ou outros subprodutos não comestíveis | | |
| | Leite pasteurizado ou esterilizado | Por 1.000 litros ou fração | 0,5 |
| | Leite aromatizado, fermentado, gelificado, bebida láctea (pasteurizada ou fermentada) ou iogurtes | Por 1.000 litros ou fração | 0,5 |
| | Leite desidratado concentrado, evaporado, condensado ou doce de leite | Por tonelada ou fração | 2 |
| | Leite em pó desidratado de consumo direto | Por tonelada ou fração | 2 |
| | Leite em pó industrial | Por tonelada ou fração | 4 |
| | Queijos de coalho, manteiga, muçarela, requeijão, ricota ou outros queijos | Por tonelada ou fração | 5 |
| | Manteigas, margarinas ou creme de leite de mesa | Por tonelada ou fração | 5 |
| | Ovos de aves | Por 100 dúzias | 0,5 |
| | Produção de mel, cera ou produtos à base de mel | Por 100kg ou fração | 0,5 |
| | Pescados em qualquer processo de conservação | Por tonelada ou fração | 2 |
| | Defesa Sanitária Animal | | |
| | Licença para Eventos Agropecuários (exposição, feira agropecuária, leilão, prova hipica, cavalgada, rodeio ou congêneres) | Por evento | 20 |
| | Outras atividades da SDR | | |
| | Certificado de desinfecção | Por documento | 2 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | |
|----------------------------------------|-------------|-----|
| desinfestação de veículo (por veículo) | | |
| Aplicação de vacina | Por dose | 0,5 |
| Coleta de material para sorologia | Por amostra | 1 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

Anexo XII

Da Taxa de Fiscalização da Ocupação do Solo em Áreas e Vias ou Logradouros Públicos

| Código | Atividade | Base de Cálculo | Incidência | | Quantidade | |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|--------------|-------------------|--------------|----------|
| | | | Fiscalização | Ocupação | Fiscalização | Ocupação |
| | Banca de jornais, revistas, frutas, verduras ou similares | URM | Por ano | Por mês ou fração | 30 | 5 |
| | Balcão, barraca, mesa, tabuleiro e semelhantes, com ou sem depósitos de materiais | URM | Por ano | Por mês ou fração | 30 | 5 |
| | Tenda ou similar, stand, para eventos comerciais (mercadorias ou serviços) | URM | | Por mês ou fração | 30 | 10 |
| | Desfile, feira ou outro evento com a finalidade de divulgação de mercadorias e serviços | URM | | Por mês ou fração | 30 | 20 |
| | Espaço ocupado por parque de diversão e circo | URM | Por ato | Por mês ou fração | 30 | 35 |
| | Veículo de aluguel (táxi e outros) | URM | Por ano | Por ano | 40 | 40 |

| | | | | | | |
|--|---------------------------------------------------------------------------------|-----|---------|-------------------|----|----|
| | Ambulante ou eventual | URM | Por ano | Por mês ou fração | 30 | 7 |
| | Uso de calçada, praças, passeios, para colocação de mesas (por m ²) | URM | Por ano | Por mês ou fração | 30 | 1 |
| | Outros não enumerados, desde que devidamente autorizados pelo Município | URM | | Por mês | 50 | 60 |

Anexo XIII

Taxa de Serviços Municipais Diversos

| Código | Atividade | Base de Cálculo | Incidência | Quantidade |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|------------|
| | Depósito e liberação de bens, animais e mercadorias apreendidas | | | |
| | Apreensão, depósito e liberação de animais de qualquer espécie | URM | Por cabeça/dia | 20 |
| | Apreensão, depósito e liberação de veículos | URM | Por unidade/dia | 20 |
| | Apreensão, depósito e liberação de mercadorias de qualquer espécie (exceto veículo) | URM | Por quilo/dia | 1 |
| | Numeração de unidades imobiliária | URM | Por obra | 20 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | | |
|--|--------------------------------------------------------------------------|-----|--------------------|-----|
| | s (sem placas que será cobrada à parte) | | | |
| | Cemitério | | | |
| | sepultamento | URM | Por ato | 30 |
| | exumação | URM | Por ato | 100 |
| | translado de ossos | URM | Por ato | 50 |
| | emplantamento | URM | Por ato | 20 |
| | autorização de obras | URM | Por ato | 100 |
| | construção de túmulo perpétuo | URM | Por m ² | 50 |
| | venda de direitos perpétuos | URM | Por m ² | 100 |
| | Permissão e exploração de transporte coletivo (por veículo) | | | |
| | Licença para permissão e exploração de transporte coletivo (por veículo) | URM | Por ano | 100 |

Anexo XIV

Da Taxa de Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Extradomiciliares

| Código | Atividade | Incidência | Valor (URM) |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------|
| | Coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos extradomiciliares | Por ato | |
| | Coleta, transporte e disposição final de restos de entrepostos de alimentos, restos de alimentos sujeitos à rápida deterioração | Por ato | 50 |

| | | | | |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--|---|
| | o proveniente s de feiras públicas permanentes, mercados, supermercados, açougues e estabelecimentos congêneres, alimentos deteriorados ou condenados | | | |
| | Coleta manual, transporte e disposição final de bens móveis domésticos imprestáveis e demais resíduos volumosos | Por ato | | 5 |
| | Coleta manual, transporte e disposição final de resíduos de poda, de manutenção de jardim, pomar ou horta, especialmente troncos, aparas, galhadas e assemelhados | Por ato | | 5 |
| | Coleta, transporte e disposição final de resíduos gerados em edificações unifamiliares ou multifamiliares com características de resíduos domiciliares, que exceda ao volume de duzentos litros ou sessenta quilos, por período de vinte e | Por ato | | 5 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | |
|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|----|
| | quatro horas, por unidade domiciliar, fixado para a coleta regular | | |
| | Coleta, transporte e disposição final de resíduos gerados em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, com características de resíduos domiciliares, que exceda ao volume de duzentos ou sessenta quilos, por período de vinte e quatro horas, por contribuinte, fixado para a coleta regular | Por ato | 10 |
| | Coleta, transporte e disposição final de resíduos gerados em estabelecimentos industriais ou imóveis não residenciais, com características de resíduos domiciliares | Por ato | 10 |
| | Coleta, transporte e disposição final de resíduos gerados em estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, | Por ato | 5 |

| | | | |
|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|----|
| | com características de resíduos perigosos, os quais, por disposição de normas e regulamentos necessitem de tratamento especial | | |
| | Coleta manual, transporte e disposição final de produtos da limpeza de terrenos não edificadas ou não utilizados | Por ato | 5 |
| | Coleta, transporte e disposição final de outros resíduos sólidos que, pela sua composição qualitativa ou quantitativa, se enquadrem na presente classificação de extradomiciliar, conforme disposto no regulamento desta lei | Por ato | 10 |
| | Disposição final de resíduos sólidos extradomiciliares classificados como RCD (Resíduos de Construção e Demolição), bem como entulhos relativos a construção civil (por caçamba de | Por ato | 7 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | |
|--|---------------------------|--|--|
| | até cinco metros cúbicos) | | |
|--|---------------------------|--|--|

Anexo XV

Taxa de Serviços de Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliares

| <i>Código</i> | <i>Atividade</i> | <i>Base de Cálculo</i> | <i>Incidência</i> | <i>Quantidade</i> |
|---------------|-------------------------------------|------------------------|-------------------|-------------------|
| | Residencial (área construída) | | | |
| | até 100,00 m ² | URM | Por ano | 12 |
| | de 100,01 até 200,00 m ² | URM | Por ano | 13 |
| | acima de 200,00 m ² | URM | Por ano | 16 |
| | Comércio, Serviço e Indústria | | | |
| | até 100,00 m ² | URM | Por ano | 15 |
| | de 100,01 até 200,00 m ² | URM | Por ano | 20 |
| | de 200,01 até 500,00 m ² | URM | Por ano | 25 |
| | acima de 500,00 m ² | URM | Por ano | 30 |
| | Hospitais e Congêneres | | | |
| | de pequeno porte | URM | Por ano | 100 |
| | de médio porte | URM | Por ano | 200 |
| | de grande porte | URM | Por ano | 500 |
| | Outros | URM | Por ano | 50 |

ANEXO XVI

Taxa de Expediente

| <i>Código</i> | <i>Atividade</i> | <i>Base de Cálculo</i> | <i>Incidência</i> | <i>Quantidade</i> |
|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-------------------|-------------------|
| | Requerimentos, petições e afins dirigidos a qualquer autoridade municipal, para qualquer fim | URM | Por ato | 10 |
| | Atestados e Certidões | URM | Por unidade | 6 |
| | Certificado ou declaração | URM | Por unidade | 5 |

| | | | | |
|--|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|-------------|----|
| | de isenção, não incidência ou imunidade tributária | | | |
| | Declaração Ambiental Diversa | URM | Por unidade | 8 |
| | Declaração de localização cadastral do imóvel | URM | Por unidade | 6 |
| | Declaração para obtenção de financiamento bancário para construção | URM | Por unidade | 6 |
| | Declarações Diversas, por unidade | URM | Por unidade | 5 |
| | Emissão de Alvará | URM | Por unidade | 5 |
| | Emissão de notas fiscais de serviço avulso | URM | Por unidade | 3 |
| | Emissão de exemplar do Diário Oficial Eletrônico do Município (DOM) | URM | Por edição | 2 |
| | Inscrição de Cadastro de Fornecedores | URM | Por ato | 7 |
| | Pesquisa e cópia autenticada nos arquivos do DOM | URM | Por edição | 5 |
| | Publicação de matéria no DOM, conforme regulamento, em tamanho de até uma página | URM | Por ato | 3 |
| | Vistorias | URM | Por unidade | 4 |
| | Averbação, em decorrência do lançamento de uma propriedade para fins de registro. | URM | Por ato | 15 |
| | Licença concedida ou transferida | URM | Por ato | 5 |



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

| | | | | |
|--|---------------------------------------|-----|---------|----|
| | Registro, Averbação e Cadastro | URM | Por ato | 5 |
| | Concessões, privilégios ou permissões | URM | Por ato | 20 |
| | Outros não citados acima | URM | Por ato | 10 |

PORTARIA Nº 4.833/2017

O Prefeito Municipal de Albertina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 33, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias regulamentares, a(o) servidor(a) CRISTIANE SASSARRÃO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, de 02/10/2017 a 31/10/2017 referente ao período aquisitivo de 09/11/2015 a 08/11/2016, a partir desta data.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Albertina, 29 de Setembro de 2017.

João Paulo Facanali de Oliveira
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.834/2017

O Prefeito Municipal de Albertina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 33, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias regulamentares, a(o) servidor(a) MARCELO PIGHI, ocupante do cargo efetivo de OFICIAL ESPECIALIZADO II, de 02/10/2017 a 31/10/2017 referente ao período aquisitivo de 20/03/2016 a 19/03/2017, a partir desta data.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Albertina, 29 de Setembro de 2017.

João Paulo Facanali de Oliveira
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.835/2017

O Prefeito Municipal de Albertina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 33, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias regulamentares, a(o) servidor(a) MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA DA COSTA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE, de 02/10/2017 a 31/10/2017 referente ao período aquisitivo de 15/05/2016 a 11/05/2017, a partir desta data.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Albertina, 29 de Setembro de 2017.

João Paulo Facanali de Oliveira
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.836/2017

O Prefeito Municipal de Albertina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 33, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias regulamentares, a(o) servidor(a) RODRIGO EDUARDO ORNAGHI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, de 02/10/2017 a 31/10/2017 referente ao período aquisitivo de 04/12/2015 a 03/12/2016, a partir desta data.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Albertina, 29 de Setembro de 2017.

João Paulo Facanali de Oliveira
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.837/2017

O Prefeito Municipal de Albertina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 33, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias regulamentares, a(o) servidor(a) ROSANGELA FELISBERTO ADÃO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNO/EXTERNOS, de 02/10/2017 a 31/10/2017 referente ao período aquisitivo de 08/09/2016 a 07/12/2017, a partir desta data.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Albertina, 29 de Setembro de 2017.

João Paulo Facanali de Oliveira
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.838/2017

O Prefeito Municipal de Albertina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 33, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias regulamentares, a(o) servidor(a) VANDERLEI PAULINO, ocupante do cargo



DIÁRIO OFICIAL

do Município de Albertina

segunda-feira, 02 de outubro de 2017. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº973 Ticket: 97300

efetivo de OFICIAL ESPECIALIZADO I, de 02/10/2017 a 31/10/2017 referente ao período aquisitivo de 04/12/2015 a 03/12/2016, a partir desta data.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Albertina, 29 de Setembro de 2017.

João Paulo Facanali de Oliveira
Prefeito Municipal

IX) Concursos Públicos

Não há publicação.

X) Publicações Diversas

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e dezessete reuniram-se na sala de reunião da Prefeitura Municipal de Albertina, a única candidata inscrita para seleção pública de estagiários do curso em graduação em Enfermagem, conforme Edital 006/2017, juntamente com a Secretária de Saúde Marli Gabriel de Melo Almeida, a Chefe de Gabinete Silvana Izidoro Luiz, Secretária de Administração Maria Gabriela Teixeira de Oliveira e o Exmo Sr. Vice- prefeito Reginaldo Sydine Luiz e Noéle Souza Brentegani candidata a vaga do Edital 006/2017. Analisado o currículo Histórico Escolar da candidata Noéle Souza Brentegani sendo sua média de 8.2 pontos de média. Visto isto foi classificada a candidata do curso em graduação em Enfermagem Noéle Souza Brentegani. A candidata Noéle Souza Brentegani relata desistir do prazo recursal que se refere ao item 9.1 do Edital 006/2017. Nada mais havendo a tratar, eu Maria Gabriela Teixeira de Oliveira, encerro a presente Ata que após lida será por todos assinada. Albertina 29 de setembro de 2017.

XI) Poder Legislativo

Não há publicação.
